

PPGS
EDITAL 468/
2023

Rafael Baldin



Memórias da Favela do
“Cabo Dito”
Pato Branco (1968-2010)

**“Memórias da Favela do
Cabo Dito”**
Pato Branco (1968-2010)

Rafael Baldin



Dedico este livro a todos os trabalhadores do mundo que lutam pela subsistência, mesmo quando lhes faltam emprego, moradia, alimento; mesmo quando o fatalismo impera e o sentido da vida se esvai, porque a felicidade se torna um sonho distante. Dedico, porque são esses pobres, objeto do meu estudo, que não conhecem os seus direitos porque não foram instruídos, por terem deixado de estudar para trabalhar, por não possuírem uma moradia digna, por sentirem fome, por conviverem com a exploração, o desprezo e a violência de classe, e, principalmente, por serem estigmatizados e não conseguirem armas para libertar-se.

Dedico, também, aos ex-moradores(as) e trabalhadores(as) da favela do Cabo Dito. Vocês fizeram História. Neste livro, contamos um pouco dela.

Existem apenas duas classes sociais: a dos que não comem e a dos que não dormem com medo da revolução dos que não comem.

Milton Santos

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
APRESENTAÇÃO	9
CAPÍTULO 1 A FAVELA DO CABO DITO COMO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO A PARTIR DO OLHAR TEÓRICO DO MARXISMO INGLÊS	15
CAPÍTULO 2 ASPECTOS DA HISTÓRIA RURAL E URBANA DE PATO BRANCO (PR)	27
CAPÍTULO 3 MEMÓRIAS DA FAVELA DO "CABO DITO"	61
CAPÍTULO 4 QUANDO DESTRUÍRAM A FAVELA DO CABO DITO	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS	141

PREFÁCIO

O fazer-se cotidiano de uma pesquisa histórica exige dos pesquisadores uma série de escolhas, renúncias, leituras, releituras e, sobretudo, a reescrita do texto em sua versão mais madura. Lembro-me da versão apresentada por Rafael Baldin para revisão final: o texto possuía mais de duzentas páginas e dezenas de subcapítulos temáticos. Lapidar o texto foi obra demorada, pacienciosa. Mas, se trabalhosa foi, igualmente, gratificante, pois Rafael aparecia no decorrer do texto refletindo, ponderando, explicando, problematizando o conjunto documental reunido para produzir a pesquisa. Na versão defendida, o autor e sua obra estavam maduros e consistentes para uma pesquisa de Mestrado em História.

Escrever sobre a história da favela do Cabo Dito exigiu de Rafael muitas leituras para além da área específica de História. Transitou por leituras de obras literárias, do jornalismo, da Arquitetura, da Sociologia e de Antropologia Urbana. Tais leituras foram importantes para perceber como o Estado tem, ou não, construído políticas públicas e ações afirmativas sobre as favelas brasileiras. A escolha do aporte teórico (o marxismo inglês) para explicitar a história da população pobre, marginal e excluída da história foi de Rafael (por definir-se como um marxista), que nesta versão do texto em formato de livro foi reduzida de forma considerável. Mas, minimamente, explicita o percurso teórico adotado e que, no decorrer dos capítulos, foi chamado para o debate com as fontes documentais e as reflexões a partir das informações apresentadas.

Não menos importantes são a riqueza documental e, sobretudo, os depoimentos orais coletadas para ouvir os ex-moradores da favela e produzir outros olhares sobre o lugar onde as mazelas pessoais e sociais conviviam com amizades, romances, afetos, desafetos, conflitos e violências. O cruzamento dos depoimentos com fotografias, matérias de jornais e mapas propiciou ao pesquisador perceber a complexidade daquele microcosmo da favela do Cabo Dito e os caminhos adotados pelos poderes públicos em utilizar mecanismos diversos para justificar a desocupação e a destruição favela, removendo os moradores para outros bairros da cidade. Ao serem entrevistados algum tempo após a destruição da favela, muitos dos ex-moradores manifestaram sentir saudades dos antigos vizinhos, do entorno da favela e da proximidade com o centro da cidade.

Outro ponto importante deste estudo consistiu em mostrar que os moradores da favela do Cabo Dito eram, em sua maioria, pessoas que experimentaram a dura realidade promovida pela modernização da maquinaria e das técnicas agrícolas em área rurais no entorno de Pato Branco a partir das décadas de 1960 e 1970, expulsando pessoas do campo e transformando-as em “boias-frias”; passaram a viver em barracos de lona ao longo da rodovia ou na favela do Cabo Dito. A perversidade da modernidade, da maquinaria moderna e de novas práticas de plantio, limpeza e colheita, denominadas por muitos de “Revolução Verde”, resultou em um sem-número de famílias de trabalhadores braçais (arrendatários, meeiros, parceiros origem cabocla, negra, mestiça e descendentes de migrantes europeus pobres, ou empobrecidos) a perceberem que a “revolução” era para alguns e não para todos; que a modernidade se traduzia em exclusão, em miséria, em fome e em desesperança.

A favela do Cabo Dito não existe mais; foi destruída com máquinas pesadas. Mas as memórias sobre ela sobreviveram a ponto de transformarem-se em pesquisa histórica e, agora, em livro. A astúcia de Rafael Baldin em transformar a favela no seu objeto de pesquisa relegou à comunidade local e regional, ao final da pesquisa, farta memória histórica sobre a favela e seus ex-moradores. Fica o convite para ler a obra e, por extensão, pensar que a escrita e reescrita da história pode, e deve, ser realizada pelo viés dos pobres, dos despossuídos e dos marginalizados, rurais ou urbanos.

Antonio Marcos Myskiw

APRESENTAÇÃO

Eram cinco horas da manhã e o cortiço acordava [...] das portas surgiram cabeças congestionadas de sono [...]. Daí a pouco, em volta das bicas era um zunzum crescente; uma aglomeração tumultuosa de machos e fêmeas. Uns, após outros, lavavam a cara, incomodamente, debaixo do fio de água que escorria da altura de uns cinco palmos. O chão inundava-se. As mulheres [...], via-se-lhes a tostada nudez dos braços e do pescoço, que elas despiam, suspendendo o cabelo todo para o alto do casco; os homens, esses não se preocupavam em não molhar o pelo, ao contrário metiam a cabeça bem debaixo da água e esfregavam com força as ventas e as barbas, fossando e fungando contra as palmas da mão. As portas das latrinas não descansavam, era um abrir e fechar de cada instante, um entrar e sair sem tréguas. Sentia-se [...] o prazer animal de existir, a triunfante satisfação de respirar sobre a terra (Azevedo, 1890).

No ano de 1876, Aluísio Azevedo migrou para o Rio de Janeiro com o objetivo de estudar na Academia Imperial de Belas-Artes e, antes de lançar-se à escrita literária, trabalhou como caricaturista para alguns periódicos. Sua arte era sutil, detalhista e sarcástica, levando o leitor a refletir sobre os traços feitos a bico de pena. Azevedo é considerado um dos fundadores do Movimento Naturalista na literatura brasileira, que propunha dar ênfase ao comportamento humano sob influência do realismo. O primeiro exercício de Aluísio Azevedo foi a tessitura da obra *O Mulato* (1881), em que imprimiu um olhar para a questão racial e a escravidão negra num momento em que os debates em torno do

aboliconismo tomavam fôlego. Algum tempo depois, Aluísio dedicou atenção à feitura de outra obra, **O Cortiço** (1890), que discorre sobre a trajetória de João Romão, um comerciante português que residia no bairro Botafogo (Rio de Janeiro) e que, na ânsia por enriquecer, construiu um cortiço. Com a mesma destreza do tempo em que atuou como caricaturista, soube retratar o cotidiano de muitas pessoas ao criar algumas personagens (João Romão, Miranda, a escrava Bertoleza, Jerônimo, Piedade, Rita Baiana, Pombinha, entre outros) para explicitar a desigualdade social, a pobreza e a miséria daquele cortiço. O cortiço era, também, uma personagem. A epígrafe registrada anteriormente traz alguns traços da sutileza da narrativa de Aluísio Azevedo.

Desde os primeiros cortiços do Rio de Janeiro no longínquo século XIX, em que pobres, imigrantes e negros libertos foram narrados pela literatura, até a obra de **As Cores de Acari** (2001) de Marcos Alvito, havia, na favela, um hiato não só diacrônico, mas também identitário. Do ufanismo de Affonso Celso à miséria descortinada nos versos e textos de **Quarto de despejo** (1960) escrito por Carolina Maria de Jesus, existem histórias e uma profusão de memórias silenciadas que precisam ser explicitadas e cotejadas à luz de documentos históricos para que saiam das sombras do esquecimento e tornem-se conhecimento, informação e reflexão. Um exemplo: só na cidade do Rio de Janeiro, desde o morro da Providência (cuja origem remete ao ano de 1897) até a Rocinha (tornada ícone da favela brasileira pela mídia), há mais de um século de histórias e memórias ainda por serem escritas, reescritas ao sabor de diferentes recortes temporais, aportes teóricos e tipologias documentais. Mas não existem favelas só no Rio de Janeiro. Elas estão em quase todas as cidades brasileiras. Em reportagem recente sobre o aumento do número de favelas no Brasil, o jornalista Fernando Canzian (do jornal **Folha de São Paulo**) aponta, com base em dados e estimativas do IBGE, que o total de favelas saltou de 6.329 em 323 municípios para 13.151 em 734 cidades, entre 2010 e 2019. Não só o número de favelas aumentou, mas também o número de habitações construídas: de 3,2 milhões em 2010 para 5,1 milhões de unidades em 2019 (Canzian, 2021).

Os moradores das favelas têm sido historicamente relegados ao rótulo de “cidadãos de segunda classe”, beirando a animalidade, como narrou Aluísio Azevedo em *O Cortiço*. Tal estigma infelizmente tem sido continuamente utilizado para classificar/separar os “verdadeiros” cidadãos e os cidadãos a serem excluídos da história, da memória e de seus direitos políticos, civis e sociais. Entretanto, na centenária história das favelas brasileiras, sujeitos históricos emergem como força político-social e se impõem ao mundo “civilizado”, como Marielle Franco (Franco, 2014). Hoje, passadas já duas décadas do século XXI, talvez tenhamos chegado a um ponto de intersecção social diferente: o olhar sobre o outro parece ter assumido uma mesma dimensão humana e temporal, afastando-se da visão etnocêntrica de mundo. Na grande área das Humanidades, segundo Edgard Ferreira Neto (1997, p. 322), o “outro” se impõe, e a história se “tornou um gigantesco e complexo diálogo entre culturas de densidades históricas análogas”, providas de julgamentos de valor, da não-neutralidade, fruto dos condicionantes socioculturais em que o historiador está inserido. A aceitação da racionalidade desse “outro” não representou, porém, o reconhecimento de sua igualdade (Novak, 2006, p. 21-22). Um dos exemplos da desigualdade no Brasil são as favelas.

A formação das primeiras favelas no Brasil estava atrelada ao aumento do número de negros e negras nascidos livres, alforriados e libertos quando da promulgação da Lei Áurea, em 1888. Mas, na atualidade, nem só de negros a favela é formada nas grandes ou pequenas cidades. Há cores, etnias e modos de vidas plurais. De uma forma ou de outra, na favela estão ainda mais explícitos os reflexos nefastos dos mecanismos de violência de Estado e da exclusão social propiciados por modos de vida e trabalho que transformam tudo, todos/todas, em mercadoria.

Hoje há um consenso em compreender a favela como um fenômeno urbano e como um espaço de ausências (de miséria, de falta de infraestrutura, de condições sanitárias, de alta densidade populacional, com residências disformes e precárias). Mas é necessário ir além dessa compreensão e olhar para a favela como um lugar que possui histórias e memórias, as quais podem fornecer outras leituras e

reflexões sobre o tempo passado e o tempo presente do País, de uma parte dele ou sobre uma cidade à medida que os sujeitos históricos que ali vivem (ou sobrevivem) possam ser objeto de atenção e reflexão para trazer à luz suas escolhas, modos de vida, vivências e sociabilidades, muitas vezes contraditórias, como adverte Marcel Roncayolo:

Os comportamentos não dependem inevitavelmente da proximidade ou da homogeneidade social. Em primeiro lugar, determinam o fato de os interessados escolherem um bairro, um tipo de habitat, uma vizinhança idêntica. Os comportamentos determinam a composição territorial mais do que esta explica aqueles: mas no total os dois efeitos completam-se. Inversamente, a justaposição no mesmo espaço de grupos diversos, de famílias que seguem trajetórias opostas e oportunidades diferentes, modifica ou pode modificar os comportamentos duns e doutros, acentuando o que os separa e agravando a percepção que disso tem (1986, p. 397).

A favela se traduz na fala de homens e mulheres, em suas vidas, seus trabalhos, sua sobrevivência e na forma como se organizam em sociedade. Longe daquilo que Gabriel Bonnot de Mably denunciou (há dois séculos) como um imenso amontoado linear de fatos, propomos uma síntese a partir da qual seja possível ter uma visão mais ampla da sociedade por meio da pesquisa, definida da seguinte forma por Josep Fontana: “conjunto de métodos cuja principal finalidade seja a de ajudar os homens a, através da decifração do seu passado, compreender as razões que explicam sua situação presente e as perspectivas das quais devem partir na elaboração de seu futuro” (2006, p. 9-10).

O estudo que realizamos tem por meta conhecer a dinâmica histórica do microcosmo social que foi a favela do “Cabo Dito” em Pato Branco, estado do Paraná, tendo como recorte temporal os anos de 1968 e 2010, período em que a favela “funcionou” e que coincide com tempo de intensa luta por direitos civis e sociais no Brasil e no mundo. O local era um terreno alagadiço, um banhado, com pouco mais de mil metros quadrados, e fazia parte do bairro Vila Esperança. Nesse banhado, chegaram a viver 52 famílias. Reconstruímos a história dessa favela e, ao mesmo tempo, de alguns sujeitos históricos que ali viveram, sem descartar as memórias referentes à exclusão social.

Em 1968, o então proprietário do imóvel, Benedito Ramos de Andrade, vulgo “Cabo Dito” (daí deriva o topônimo da favela), edificou uma moradia para si e, no entorno dela, construiu algumas habitações precárias. Ao longo dos anos, outras habitações foram erguidas e alugadas informalmente. Por volta do ano 2000, a Prefeitura de Pato Branco, após diálogos com os filhos de Benedito Ramos de Andrade, moveu um processo judicial com o propósito de desapropriar a área mediante a indenização aos herdeiros de Benedito Ramos. O Executivo municipal retirou, em 24 de novembro de 2010, as 15 famílias que ainda residiam, em condições precárias, na favela do “Cabo Dito”. As famílias tiveram como destino casas alugadas pela municipalidade, até que dois conjuntos habitacionais de interesse social fossem construídos para abrigá-las.

Esta obra é composta por quatro capítulos, além do Prefácio e da Apresentação. O primeiro capítulo apresenta ao leitor uma breve discussão teórica sobre os aportes teóricos do marxismo, com ênfase ao marxismo inglês, para pensar a favela do Cabo Dito, bem como alguns conceitos, como a História “vista de baixo”, o uso da História Oral como ferramenta na busca e produção documental para ver a história do Cabo Dito pelo ângulo dos seus ex-moradores. O segundo capítulo trata da história do sudoeste do Paraná, com enfoque a Pato Branco, buscando compreender a sua formação “socioespacial”, com destaque para os processos de ocupação e consolidação do espaço urbano. O terceiro capítulo trata de construir a história da favela do Cabo Dito, entre 1968 e 2010, pelo olhar dos ex-moradores sobre o lugar, os sujeitos, na seara dos temas sensíveis, das sociabilidades e da questão dos mundos do trabalho informal. Já o quarto capítulo trata do processo de destruição da favela do Cabo Dito, precedido pela remoção dos moradores para casas locadas. Também damos voz aos depoimentos dos ex-moradores sobre os novos lugares de moradia e suas angústias de terem sido removidos da favela sem opinarem para onde queriam ir.

Dentre as considerações que nasceram com o desenvolvimento deste estudo, está a validade do marxismo nos dias atuais, ressaltando-se a premência da superação do modelo vigente e na espera de que tenhamos contribuído para apresentar a realidade concreta da favela, a compreensão do funcionamento da ordem urbana capitalista, desmistificando estigmas sociais impostos sobre os favelados e estimulando a consecução de novas pesquisas. Infelizmente, tarefas desse tipo incorrem, vez ou outra, em injustiças, ainda que involuntárias. Esperamos, contudo, que o iluminar de novas leituras sobre a história local possa dirimir eventuais deficiências.

CAPÍTULO 1

A FAVELA DO CABO DITO COMO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO A PARTIR DO OLHAR TEÓRICO DO MARXISMO INGLÊS

Da minha infância (década de 1980), algumas expressões a respeito da favela do Cabo Dito ficaram cristalizadas em minha memória. “Negadinha do picomã” era uma dessas expressões, utilizada para caracterizar a população que lá vivia. “Negadinha”, em referência à presença indígena, cabocla e negra como parte das composições étnicas do Cabo Dito; e “picomã”, atrelada à fuligem negra que saía das chaminés dos fogões a lenha (ou de outra forma de cozinhar e aquecer a habitação) e que, junto à fumaça, se impregnava nas paredes, nas roupas e na pele das pessoas. Para muitos, a cor da pele, o cheiro de fumaça e os vestígios de fuligem nas vestes e cabelos dos habitantes do Cabo Dito se traduziam na expressão racista e xenófoba “negadinha do picomã”, utilizada por parte da população de Pato Branco em alusão aos habitantes do Cabo Dito e seu entorno.

Passei a compreender as representações em tela, tecidas por um intrincado jogo de resistências, contradições e conflitos que, pela experiência do contato com a população local, permitiu vislumbrar o

quão negativo e excludente era o estigma que lhes foi imputado com a expressão “negadinha do picomã” há muitas décadas, partindo de um universo turbulento que extrapola, invariavelmente, os limites das fontes oficiais.

Principiei a pesquisa sobre a favela do Cabo Dito tendo como aporte teórico o marxismo, centrado nos escritos de Karl Marx e Friedrich Engels, com remissões a alguns autores para dialogar com os 32 depoimentos coletados com diferentes sujeitos históricos sobre a favela do Cabo Dito e retornando à incontornável contribuição do materialismo histórico-dialético para pensar a favela. Ao ler ***A situação da classe trabalhadora na Inglaterra***, de Friedrich Engels, encontramos diversos trechos que se aproximam ao nosso objeto de estudo. Engels trouxe para o debate os “bairros de má fama”, que reproduzimos a seguir:

É certo ser frequente a miséria abrigar-se em vielas escondidas, embora próximas aos palácios dos ricos; mas, em geral, é lhe designada uma área à parte, na qual, longe do olhar das classes mais afortunadas, deve safar-se, bem ou mal, sozinha. [...] A habitação da classe operária [...] pequenos casebres térreos, quase sempre sem qualquer revestimento sobre o chão e compostos de uma única peça, que é simultaneamente cozinha, sala e dormitório. Num desses buracos, que não media mais que seis pés de comprimento por cinco de largura, vi duas camas – e que camas! – que, junto com uma escada e um fogareiro, enchiam todo o cômodo. [...] Todo esse conjunto de estábulos habitados por seres humanos [...] labirinto de habitações, igualmente mal construídas e malconservadas (Engels, 2010, p. 70-95).

A descrição do interior das habitações, a falta de higiene, de salubridade e o amontoado de pessoas em poucas peças explicitam a condição subumana em que os operários sobreviviam. A isso, somavam-se a má alimentação, o contato e o convívio com animais que poderiam transmitir doenças, pessoas enfermas e a poluição oriunda das fábricas. Enfim, a degradação da vida humana ao extremo. Tudo isso, longe dos olhos das pessoas que circulavam pelas ruas comerciais e pela área central de Manchester, porque a cidade havia

sido planejada com a finalidade de ocultar a miséria, a pobreza e os operários fabris, como se vivessem em um mundo à parte.

Na obra *O Capital*, Karl Marx lembra que um dos vetores da origem da acumulação originária capitalista estava na migração de pessoas do campo para as cidades, sobretudo junto às fábricas e suas periferias (Marx, 1984, p. 277). A mão de obra barata, em função do excedente de migrantes na condição de tornar-se operário fabril, levou ao aumento da taxa de “mais-valia” e, por sua vez, a maior lucratividade por parte dos empresários. A favela do Cabo Dito era sinônimo do atraso em diversos aspectos; a modernidade encontrava-se junto ao parque fabril, comercial e nos espaços residenciais pensados de forma planejada, em áreas nobres da cidade, para acolher as classes mais abastadas.

Karl Marx e Friedrich Engels foram os fundadores do marxismo (ou socialismo científico). Suas obras, que não foram poucas, deram origem a diversas correntes de pensamentos e ações. Em torno das especificidades das realidades de cada nação, os intelectuais criaram o que podemos chamar de “escolas” de pensamento. Dentre eles, os historiadores que integraram o Partido Comunista Britânico, a partir da década de 1930: Eric Hobsbawm, Christopher Hill, Rodney Hilton, George Rudé, Maurice Dobb, Raymond Williams e Edward Palmer Thompson, destacando-se pela opção teórica – o marxismo – e a preocupação fundamental com o social, isto é, a

[...] realidade construída a partir dos conceitos de luta de classes, fenômeno capaz de captar, no calor dos enfrentamentos sociais cotidianos, as aspirações, os sonhos e frustrações das classes subalternas. Desenha-se, assim, uma clara opção pelos desfavorecidos e silenciados, em detrimento das elites ou classes dominantes (Silva, 1995, p. 112).

Thompson, na obra *The Making of the English Working Class* (“A formação da classe operária inglesa”), publicada em 1963, traz importantes contribuições ao domínio especificamente historiográfico, reconstruindo a história da formação do proletariado inglês. O seu “fazer-se”, mediante uma variada tipologia documental, descortinava a gestação de uma cultura popular em oposição à cultura de elite e

as possíveis relações desse processo com a percepção de classe social e da consciência de classe operária. A noção de experiência constitui-se elemento nodal do trabalho de Thompson. O processo de constituição de classe está diretamente ligado, de um lado, à experiência de exploração, repressão, carestia, desigualdade e, de outro, à solidariedade, partilha e comunidade (Müller; Munhoz, 2010, p. 36).

Outro texto de Edward Thompson que, em nosso entender, traz elementos importantes para a escrita da história da favela do Cabo Dito pelo olhar de quem lá viveu é *History from Below* (“História vista de baixo”), publicado em 1966 (Thompson, 2001). A “história vista de baixo” apresenta importantes contribuições para a escrita da história da favela do Cabo Dito. Um ano após Thompson publicar *A formação da classe operária inglesa*, Eric Hobsbawm trouxe a público o livro *Os trabalhadores: estudos sobre história do operariado* (Hobsbawm, 1981). Como experimentado por Thompson em *A formação da classe operária inglesa*, para a escrita da história “vista de baixo”, é necessária uma variedade enorme de documentos (cartas, jornais, panfletos, atas, fotografias, textos manuscritos, diários) escritos pelos operários. Uma das críticas de Thompson era à história quantitativa e comparativa (que surgia como uma novidade na academia e foi abraçada pela Sociologia), pois ocultava o conteúdo social, a cultura popular, o cotidiano, enfim, a história social.

Mas não basta reunir, é preciso compreender a importância de cada fragmento do passado que foi recuperado e, com base neles, reconstruir a história da favela e de sujeitos históricos comuns (homens, mulheres, negros, indígenas) que ali viveram e, ao final, trazer ao conhecimento público um passado até então desconhecido, silenciado, ocultado. Com isso, desconstruir uma versão da história local calcada na história da elite; de deslegitimar verdades históricas construídas com a finalidade de manter o poder e uma determinada memória histórica local, “não apenas descobrir o que foi o passado, mas explicá-lo e, ao fazê-lo, forjar um elo com o presente [...], sobretudo por que tantos de nós nos identificamos como homens e mulheres desconhecidos – e ainda mais com elas – do passado” (Hobsbawm, 1990, p. 31).

Decorridos mais de 20 anos após o texto de Edward Palmer Thompson sobre a “História vista de baixo”, o historiador Jim Sharpe produziu uma excelente síntese e reflexão sobre a escrita da história “vista de baixo” no início da década de 1990. Sharpe destaca a contribuição de Thompson e Eric Hobsbawm, entre outros, sobretudo em relação a como eles manusearam documentos de diferentes naturezas para explicitar e reconstituir memórias de pessoas comuns, em diferentes contextos históricos. “Como abordagem, a história vista de baixo preenche comprovadamente duas funções importantes”, pondera Jim Sharpe (2011), que segue:

A primeira é servir como um corretivo à história da elite; A segunda é que, oferecendo esta abordagem alternativa, a história vista de baixo abre a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais da história (Sharpe, 2011, p. 54).

E, como bem diz Jim Sharpe, na estreia de novos estudos, a “história vista de baixo mantém sua aura subversiva [...] ajudando a convencer aqueles de nós nascidos sem colheres de prata em nossas bocas, de que temos um passado, de que viemos de algum lugar” (2011, p. 62-63).

Acoplados à dimensão da História Social, à opção teórica-epistemológica do materialismo histórico-dialético e da “história vista de baixo”, lançamos mão do depoimento oral na escrita da história dos “de baixo”. Isso é significativo, pois, segundo o célebre historiador medievalista francês Jacques Le Goff, “devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens” (2012, p. 457); da mesma maneira que ela pode ser empregada para elucidar fatos e acontecimentos obscuros da vida de uma pessoa, comunidade, região ou nação. Daí a importância da memória e da abordagem de História Oral.

Paolo Rossi, na obra *O passado, a memória, o esquecimento* (2010), adverte que existem muitas formas de se induzir ao esquecimento/apagamento e muitas razões pela qual se pretende provocá-lo: “Apagar

também tem a ver com esconder, ocultar, despistar, confundir os vestígios, afastar da verdade, destruir a verdade. Com frequência se pretende impedir que as ideias circulem e se afirmem, desejou-se (e se deseja) limitar, fazer calar, direcionar para o silêncio e o olvido” (Rossi, 2010, p. 32). Para Paolo Rossi, o ato de rememorar traz à superfície não o passado como foi, e sim uma representação seletiva do passado lembrado, mas vivendo o tempo presente (Rossi, 2010, p. 23). Já para o sociólogo francês Maurice Halbwachs, *plus ultra*, nossas lembranças não existem fora dos contextos sociais em que se produzem, pois é “em sociedade que, normalmente, o homem adquire suas lembranças, que ele se recorda delas e, como se diz, ele as reconhece e as localiza” (Halbwachs, 1975, p. 16); que a memória (individual e coletiva) não preserva o passado tal como foi, mas continuamente o reconstrói, reelabora e ressignifica, a partir do tempo presente (Halbwachs, 1990).

Outro sociólogo francês, Michael Pollak – cujas reflexões teóricas confluem para a relação entre memória, histórias de vida e história oral –, previne:

Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. [...] É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (Pollak, 1992, p. 201).

Aqui, Pollak concorda com Maurice Halbwachs sobre a memória coletiva, porém propõe que pensemos a memória coletiva também como memória social, socializada e herdada; que a memória é seletiva; que nem tudo fica gravado; que nem tudo fica registrado; que a memória é “um fenômeno construído” (Pollak, 1992, p. 203). Quais memórias foram construídas, cristalizadas e acolhidas como expressão e representação dessa favela?

No artigo “Memória, Esquecimento, Silêncio” (1989), Michael Pollak aponta que a História Oral é de grande valia àqueles que desejam estudar

a história vista de baixo, a história dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, porque traz à luz histórias “subterrâneas” e que, ao serem objeto de apreciação pelo pesquisador, entram em disputa com a memória oficial a respeito de diversos temas. O silêncio das minorias e dos excluídos da história é um ato de resistência à espera da “hora da verdade” (Pollak, 1989, p. 8).

Como pontua Verena Alberti, a coleta de depoimentos orais, as formas de transcrição e o uso das narrativas orais como fonte documental foram possíveis graças ao “recurso do gravador portátil”, que, a partir da década de 1960, “permitiu ‘congelar’ o depoimento, possibilitando sua consulta e avaliação em qualquer tempo e transformando-o em fonte para múltiplas pesquisas. As entrevistas passaram a ter estatuto de documento” (Alberti, 2005, p. 19).

Para Alistair Thomson (2002), lidar com as narrativas orais é uma importante ferramenta para explorar a subjetividade. Se não utilizássemos as fontes orais, muitos aspectos do vivido seriam negligenciados, incorrendo no risco de uma narrativa “monocausal”. Ou seja, através de histórias “(co)movedoras”, os “mundos internos” dos entrevistados foram perscrutados como eles construíam e atribuíam significados às experiências passadas. Assim, podemos reformular as maneiras pelas quais a favela é entendida (Thomson, 2002, p. 345-349).

No que se refere à favela do Cabo Dito, entendemos necessário conceber a sua história (e das pessoas que ali viveram) atentamente à história de Pato Branco e da região sudoeste do Paraná, bem como a contextos e acontecimentos mais amplos que, de diferentes maneiras, moldaram o modo de vida e de trabalho das pessoas que, em diferentes tempos, migraram para o Cabo Dito; de pessoas comuns que viveram parte de suas vidas num lugar repleto de carências e, na peleja cotidiana, conscientes de seu tempo histórico, buscaram superar as adversidades existentes, estudando, trabalhando, protestando e reivindicando seus direitos civis, políticos e sociais. Não deixaram de ser vistos como “um dos problemas com que o governo tinha de lidar”, mas, quando puderam, foram protagonistas de seus próprios destinos e produziram mudanças que resultaram em alterações no modo de vida da favela do Cabo Dito.

A favela do Cabo Dito apenas aparece nas matérias veiculadas na imprensa quando houve, por diferentes motivos, algo que rompeu a “normalidade” da vida política, econômica e social pato-branquense. Definir os rumos de uma favela sem ouvir os habitantes (ou ouvir apenas alguns moradores) é fazer calar o coletivo dos sujeitos históricos da favela do Cabo Dito. Não explicitar os reais interesses (comerciais, políticos, sanitarista) do poder público e da iniciativa privada na migração dos moradores da favela para outro lugar, com direito a residências e um novo conjunto habitacional, traduzia-se na prática de confundir, despistar, confundir os vestígios de verdade em torno dos usos futuros do terreno em que a favela fora edificada. Migrar para um novo lugar, com casas mais confortáveis e infraestrutura básica de apoio acessíveis (luz, água tratada, coleta de lixo, centro de saúde) pode ser compreendido como uma forma de produzir o silêncio e o esquecimento sobre o passado vivido na favela, das diferentes formas de exclusão, dos preconceitos e dos racismos vividos e sentidos por aqueles que lá sobreviviam. Remetemo-nos, aqui, novamente, à expressão “negadinha do Picomã”.

Nem todos os moradores do Cabo Dito eram operários fabris e trabalhadores urbanos; alguns trabalhavam em propriedades rurais, para outras pessoas, como boias-frias e meeiros. Mas, independentemente do seu local de trabalho, todos eram explorados economicamente e o que conseguiam adquirir, trocar ou ganhar era suficiente apenas para sobreviver.

A favela do Cabo Dito foi fruto de um grande processo de introdução de tratores, implementos agrícolas e adubos químicos nas propriedades agrícolas, denominada “modernização agrícola”, e que provocou: forte êxodo rural; o esgotamento de terras para fins de colonização pública e privada no oeste de Santa Catarina e no sudoeste do Paraná, empurrando um número significativo de caboclos e imigrantes pobres (ambos na condição de posseiros) para as cidades; a destruição de toldos indígenas em diferentes pontos do sudoeste do Paraná, empurrando-os para Terras Indígenas, aldeamentos indígenas, para periferias de áreas urbanas ou para as margens de rodovias.

A formação da classe operária inglesa, de Edward Palmer

Thompson, nos ajuda a pensar a vida cotidiana daqueles que viviam na favela do Cabo Dito. Nem todos tornaram-se trabalhadores de fábricas, de casas de comércio e empresas de prestação de serviço. O trabalho na condição de diarista, na área rural e urbana, era uma realidade para muitos homens, mulheres e jovens, como “boia-fria” ou “doméstica”, para, no final do dia ou da semana, receber algum dinheiro para as despesas básicas. A experiência de vida dentro e fora do Cabo Dito, individual e coletiva, os fez perceber as diferentes formas de exploração da mão de obra, as expropriações, as desigualdades, as carestias; ao mesmo tempo, dentro da favela do Cabo Dito, fez os trabalhadores conceberem momentos de solidariedade, a vida de partilha entre famílias e a vida em comunidade, ainda que carente de quase tudo.

As tortuosas ruas de terra e saibro, as casas de madeira remendadas com chapas de metal, o banhado que compunha a paisagem da favela, entre tantas outras coisas, tornaram-se parte da constituição da identidade das pessoas e, ao mesmo tempo, geraram um vínculo com as memórias daqueles que ali viveram. Mesmo depois de destruída, a favela do Cabo Dito é um lugar de memórias, individuais e coletivas. Ela existe e resiste ao esquecimento por parte dos sujeitos históricos que rememoram suas histórias ao lembrar de determinada rua, casa, bar, viela, espaços em que ocorreram acontecimentos importantes.

A favela faz parte da realidade brasileira. Estudar essa parcela da classe trabalhadora é reconhecê-la integrante do espaço *da e na* cidade. A produção memorialística e acadêmica sobre a cidade de Pato Branco nos ajudou, significativamente, na problematização da questão urbana neste estudo. Como nos chama a atenção Ecléa Bosi (1994, p. 414), o historiador é como “um arqueólogo querendo reconstituir, a partir de fragmentos pequenos, um vaso antigo. É preciso mais que cuidado e atenção com esses cacos; é preciso compreender o sentido que o vaso tinha para o povo a quem pertenceu”.

É uma história da cidade que ainda não foi contada. Uma história a contrapelo daquela hegemônica, escrita de modo que as pessoas “entendam” qual era (ou é) o seu lugar na cidade. Insurgimo-nos contra essa experiência do viver urbano mediada por ideologias que reforçam e legitimam a exploração de uma classe sobre a outra. Isso

se mostrou particularmente marcante a partir do século XIX, quando a industrialização reconfigurou e remodelou cidades, produzindo seus próprios centros urbanos segundo as necessidades da produção (Lefebvre, 2016, p. 7) em prol do capitalismo que transforma tudo e todos em mera mercadoria, inclusive o dinheiro e o trabalho. A relação da indústria e do comércio com os habitantes da cidade é uma relação efêmera, que, não poucas vezes, nega aos moradores ao menos dois direitos fundamentais: o direito à memória e o direito à cidade e ao enraizamento.

Olhar para a cidade (o centro, os bairros e a periferia) de Pato Branco é perceber um enorme palco de conflitos (simbólicos e materiais) e disputas que serviram para legitimar interesses políticos específicos. O corolário disso foi o processo de silenciamento, de exclusão social e segregação do espaço habitado, de modo que alguns grupos se sobressaíssem sobre outros em determinadas partes da cidade. Sobre isso, destaco a reflexão de Andréa Maia sobre a importância da escuta atenta aos moradores antigos para resgatar o sentido de comunidade que dava “vida” ao espaço urbano, no centro ou na periferia:

[...] em meio à fluidez das relações sociais na vida contemporânea, ao avanço da especulação imobiliária, seus constantes deslocamentos impostos pelas transformações urbanas, a escuta atenta dos moradores mais velhos acerca das ruas e bairros que habitam pode oferecer importantes subsídios para a compreensão do papel da memória no resgate do sentido de comunidade que dá vida ao espaço [...] uma perspectiva plural [...] que utilizam a metodologia de história oral e o debate sobre a memória dos sujeitos históricos para construir conhecimentos sobre a problemática dos direitos à cidade [que] produza ações em prol da transformação social e impulsione novos debates e reflexões sobre o que é viver na cidade e no mundo contemporâneo (Maia, 2021, p. 7-13).

As memórias da remoção de famílias pobres da favela do Cabo Dito explicitam a vida anterior do local em que viviam, bem como o

enfrentamento aos preconceitos e à estigmatização cotidiana de um(a) favelado(a). O bairro Vila Esperança, onde ficava o Cabo Dito, passou por transformações: de um bairro de classes empobrecidas, com casebres de “pau a pique”, para um local onde empresas, velhos e novos negócios consolidaram-se. Enquanto o preço do metro quadrado subia rapidamente, dando lugar a uma classe social afluyente, os pobres eram expulsos (de forma gradual ou abrupta) para as franjas da cidade. É como nos diz Belisário Franca, diretor do documentário *Menino 23*: “na fina camada entre memória e esquecimento, por vezes o que se revela, desconcertante e assustador, é o presente”.

CAPÍTULO 2

ASPECTOS DA HISTÓRIA RURAL E URBANA DE PATO BRANCO (PR)

Em janeiro de 1903, uma extensa atividade comemorativa estava sendo preparada pelo Governo do Paraná para comemorar o quinquagésimo aniversário de emancipação política do estado. A Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná foi incumbida de organizar uma exposição na praça Eufrásio Correia, situada, naquela época, junto à estação ferroviária e outras construções modernas recém-edificadas (hotéis, residências e órgãos públicos). Romário Martins (1903a, p. 3) informa que, além do pavilhão central, seriam edificados pavilhões menores para abrigar e expor produtos agrícolas, industriais e artesanais oriundos dos municípios paranaenses. Também estavam a organizar dois concursos: o primeiro deles, destinado à elaboração da medalha comemorativa; e o segundo, à escrita de um livro científico ou de divulgação sobre o estado do Paraná.

O jornalista, memorialista e militar Domingos Virgílio Nascimento decidiu participar do concurso para a elaboração de um livro sobre o Paraná, após ter realizado uma extensa viagem pelas fronteiras sul, sudoeste e oeste do estado, em companhia do general Lino Ramos e do general José Bernardino Bormann (que estava no comando do

5º Distrito Militar, em Curitiba). Domingos Nascimento, com base em seu caderno de notas, em menos de um mês, deu forma ao livro *Pela Fronteira*, entregando-o à comissão do concurso. O resultado final foi publicado na edição de 16 de outubro de 1903, do jornal *A República*, informando o vencedor do certame e tecendo elogios à obra escrita por Domingos Nascimento, pois revelava aos leitores cenários contraditórios do território paranaense. As paisagens que faziam transparecer as riquezas do Paraná contrastavam com o desinteresse de órgãos governamentais (estaduais e federais) em relação às fronteiras com Santa Catarina, Argentina e Paraguai (Martins, 1903b, p. 1). A fronteira era um “paraíso do assombro”, resumiu Domingos Nascimento (1903).

Os campos de Palmas e de Bela Vista (que mais tarde seria denominada Clevelândia) foram objeto de longa descrição por Domingos Nascimento, por onde a comitiva de viagem passou, a cavalo, em meados de abril de 1903. À beira do caminho e dos capões de pinheiros, aponta Domingos Nascimento, “de distância em distância, alvejam fazendas com grandes cercas de pedras, outras feitas de moirões e fechames de pinheiro. [...] São as divisas das numerosas propriedades que povoam esses magníficos campos de criação” (1903, p. 32). As fazendas de criação mais importantes e produtivas dos campos de Palmas, em 1903, eram as fazendas “do Norte, do coronel Rufino Ribas; Santa Bárbara, de Constantino Fabrício; São Pedro, de Cândido Mendes de Almeida Sampaio, e a do coronel Brasileiro Marcondes” (Nascimento, 1903, p. 36). Destaque foi dado ao abandono e à decadência em que se encontravam as fazendas da Companhia Frigorífica (instalada nos campos do Irani), resultado, na leitura de Domingos Nascimento, da passagem dos revolucionários da Revolução Federalista (1893-1895) por aqueles campos: “levaram tudo por diante com seus arrebanhamentos em massa, deixando os campos despovoados, quando não devastaram as mais importantes fazendas” (Nascimento, 1903, p. 36).

Os campos de Bela Vista, por sua vez, situavam-se a oito léguas da vila de Palmas. Os habitantes da referida localidade também foram alvo dos revolucionários federalistas quando seguiam rumo aos campos de Guarapuava: saques a residências e casas comerciais, roubos de

animais bovinos e cavaleiros, violência física a homens, mulheres, idosos e crianças. Após 10 anos, sinaliza Nascimento, em Bela Vista, surgiram várias fazendas de criação, sendo as mais promissoras aquelas pertencentes aos irmãos Lustosa, aos irmãos Pacheco, a Dona Joaquina Ferreira Mendes, a Anthero Ferreira Pinto, à família Marcondes, à do major Estevão e à do capitão Paulo. Segundo os relatos de Domingos Nascimento, rivalizavam com áreas agricultáveis cultivadas por camponeses e pequenos fazendeiros oriundos do Rio Grande do Sul.

É importante frisar que a migração de gaúchos para os campos de Palmas e Bela Vista tornou-se frequente durante e após a Revolução Federalista. Domingos Nascimento (1903, p. 41) adverte que as duas localidades se tornaram “[...] refúgio de famílias rio-grandenses expulsas pelas rivalidades políticas. [...] Quer duma, quer doutra parcialidade política, numerosas famílias têm passado nestes últimos tempos para a nossa fronteira, em busca de sossego ou de aplicação dos seus trabalhos campeiros”. A guerra civil e/ou disputas políticas nascidas com o desfecho da Revolução Federalista parecem ter instigado a migração gaúcha. Com isso, várias fazendas de criação em decadência nos campos de Palmas (algumas delas pertencentes à Companhia Frigorífica) foram arrendadas por migrantes gaúchos. Nas margens do rio Chopim e do rio Pato Branco, a poucas léguas de distância da Colônia Militar de Chopim e da vila de Bela Vista, famílias gaúchas estabeleceram novas posses, dando origem a áreas de pastagens e de cultivo de sementes. Joaquim Nastácio, João Arruda, Felisbello José Antônio e João Ribeiro Damasceno foram, de acordo com o memorialista Sittilo Voltolini (1996, p. 30-32), os primeiros pioneiros gaúchos naquelas terras.

Outras famílias de migrantes gaúchos, no entanto, buscaram proteção, moradia e terras junto à Colônia Militar do Chopim. Com base nas memórias de Osório Prates, Sittilo Voltolini aponta que os caminhos que davam acesso à Colônia Militar do Chopim, a partir de Bela Vista e de Palmas, estavam em estado de abandono desde a passagem das tropas de Gumercindo Saraiva naquelas imediações. Devido a isso, as famílias Venâncio, Chirutta, Campos, Souza Machado (mais conhecidos

como “os Conrado”) e Vacariano acabaram assentando posses, moradias e culturas entre os rios Ligeiro e Santana (Voltolini, 1996, p. 70). Aos poucos, essas famílias gaúchas deram forma à comunidade de “Villa Nova”, às margens do rio Ligeiro.

A formação da comunidade de Villa Nova atraiu a atenção do engenheiro e ervateiro argentino Luiz Pastoriza, empresário ligado à extração e ao comércio de erva-mate entre Barracão, Palmas e Bela Vista. Em pouco tempo, Luiz Pastoriza montou um barbaquá próximo ao rio Ligeiro e a pouca distância de Villa Nova, empregando mão de obra indígena e cabocla. Nas memórias de seus depoentes, Sittilo Voltolini conta que Luiz Pastoriza deu alento à Villa Nova:

As tropas de cargueiro de Luiz Pastoriza, que transportavam a erva-mate para a Argentina, no retorno, abasteciam Villa Nova com todo tipo de gêneros de primeira necessidade, indispensáveis à sobrevivência: alimentos, ferramentas, tecidos, remédios e tudo o mais reclamado pelo modo de vida que aqui levava a população. A garantia de emprego ofertada pelos argentinos na extração e preparo da erva-mate foi atraindo mais gente e a vila aumentando o número de moradores, desenvolvendo-se sob o comando econômico da Argentina (Voltolini, 1996, p. 41).

William Weber, em suas pesquisas sobre a Colônia Militar de Chopim, sinaliza que muitas famílias de colonos matriculados, entre 1900 e 1903, abandonaram os lotes coloniais, as benfeitorias e migraram para Bela Vista e Villa Nova. A desestruturação da Colônia Militar, a falta de manutenção dos caminhos e a ausência de comércio para os produtos e animais criados pelos colonos na Colônia Militar do Chopim, para Weber (2006, p. 110), estavam entre os principais motivos da migração dos colonos¹.

¹ Segundo William Weber, quinze famílias de colonos matriculados há vários anos na Colônia Militar do Chopim, acabaram abandonando suas benfeitorias e terrenos no decorrer dos anos de 1902 e 1903. O principal motivo parece estar ligado à falta de conservação dos caminhos, impedindo os colonos de comercializar sua produção agrícola e pecuária em vilas e cidades maiores. William Weber sinaliza que os militares encarregados de manter as estradas e caminhos em bom estado, com frequência, eram designados para auxiliar no alargamento e ampliação da Estrada Estratégica, que ligava Guarapuava à Colônia Militar de Foz do Iguaçu (WEBER, William. **A Colônia Militar do Chopim**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 2006. p. 110).

Sittilo Voltolini comenta que os migrantes gaúchos travaram contatos, amizades, compadrios e casamentos com indígenas, caboclos e negros (libertos, alforriados, ex-escravos) que habitavam e exploravam as terras e os campos de Palmas, Bella Vista e Villa Nova. Estevam Bello (primeiro filho de Felisbello José Antônio e de Filisbina Maria do Nascimento), por exemplo, casou-se com a índia Gumercinda Gomes da Silva (Voltolini, 1996, p. 31). Com o passar dos anos, as novas gerações de filhos assumiram muitas das práticas agrícolas e de criação utilizadas pelos caboclos, bem como características socioculturais. Ocuparam os limites dos campos de criação de gado, as florestas de araucárias e as florestas de erva-mate. Além da extração de erva-mate, destacaram-se as criações de suínos e aves em sistema de faxinal (terras de plantar e de criar, utilizadas em comum).

As áreas de terras ocupadas por migrantes gaúchos e caboclos junto aos rios Ligeiro, Santana e Pato Branco foram legalizadas e tituladas em 1893, a descendentes da família Lemes do Amaral, mais precisamente a Maria Isabel Belém e Almeida, esposa do Tenente Coronel José Joaquim de Almeida (um dos primeiros fazendeiros dos campos de Palmas). A história dessa legalização remete ao ano de 1860, tendo sido detalhada pelo memorialista Francisco Negrão:

Em 1860, tendo o então Major Antonio de Sá Camargo anunciado a venda de 2 fazendas de criar, denominadas "Floresta" e "S. Rufino" em Palmas, sem dar confrontações, o Snr. Fidelis José da Silva Carrão, veio pelo jornal **19 de Dezembro** dando a seguinte explicação: 'A fazenda "S. Rufino" que é situada além do rio Chapecó, e na partilha geral que fez a extincta sociedade exploradora dos campos de Palmas, tocou naquele quinhão ao sócio Brigadeiro Loures, que vendeu ao sócio Sá Camargo, que por sua vez comprou a parte de D. Maria Rita de Almeida, quinhão este que confinava com o "Arroio do Fachinal", hoje do "Monjolo", até fazer barra no rio Chapecó. Na mesma partilha tocou o outro quinhão ao declarante (Fidelis Carrão) que a denominou fazenda das "Marrecas". O Major Sá Camargo associou-se a seu cunhado Antonio de Oliveira Ribas, ao qual encarregou da administração de suas propriedades em Palmas. Esses, derrubaram as cercas do protestante e invadiram parte de suas

propriedades. O Snr. Fidelis Carrão, mais tarde, vendeu o seu quinhão, da fazenda das “Marrecas” ao Tenente Coronel José Joaquim de Almeida (1928, p. 464-465).

José Joaquim de Almeida legalizou a compra da fazenda “Marrecas” na Comarca de Palmas em 1893, período em que teve início a migração de gaúchos para os campos de Palmas e arredores. Na documentação cartorial, a fazenda “Marrecas” passou a ser denominada fazenda “Bom Retiro”, titulada em nome de Maria Isabel de Belém e Almeida. A legalização das terras em cartório era uma estratégia visando assegurar a posse efetiva da propriedade, além de assegurar os respectivos limites junto a outras posses então existentes.

Segundo o memorialista Sittilo Voltolini, a família Lemes do Amaral, descendentes de José Joaquim de Almeida e Maria Isabel, ficou conhecida e reconhecida na região sudoeste do Paraná como os “Pimpão” (como descendentes de Brasileiro Marcondes Pimpão, um dos primeiros fazendeiro dos campos de Palmas e Palmeira). Sittilo Voltolini destaca que as terras destinadas ao cultivo e as áreas de criar da fazenda “Bom Retiro”, a princípio, foram redivididas entre os familiares que, com auxílio de caboclos posseiros, exploravam erva-mate, criavam porcos e gado vacum.

A criação da Colônia Bom Retiro, no sudoeste do Paraná, em 1918, era uma ação isolada de ocupação e colonização com nacionais levada a efeito pelo Governo do Paraná, visto que a política de ocupação de terras e de colonização traçada pelos governadores do Paraná nas duas primeiras décadas do século XX, até então, centrava-se na criação de núcleos coloniais para assentamento de imigrantes nos arredores de vilas e municípios. Durante a Guerra do Contestado (1912-1916), um número significativo de caboclos que residiam na região em litígio migraram para os campos de Palmas e Clevelândia. Após embates com os fazendeiros, aos poucos, os caboclos reemigraram para as margens dos rios Chopim e Pato Branco. Nos vales desses rios, os caboclos passaram a fazer suas roças e a criar porcos. Com o final da Guerra do Contestado e a definição das fronteiras entre Paraná e Santa Catarina, ocorreu uma nova onda de migração cabocla para a região Sudoeste do Paraná, aponta Ruy Wachowicz (1987, p. 55-56).

Com receio de que ocorressem novos conflitos armados com os caboclos (muitos deles, já experientes na lide com armamento bélico e técnicas de sobrevivência nas florestas e nos campos), o Governo do Paraná decidiu criar a Colônia Bom Retiro como estratégia de controle sobre a população cabocla. O engenheiro Francisco Gutierrez Beltrão foi encarregado pelo Governo do Paraná para projetar, medir, demarcar e coordenar o assentamento dos caboclos nos 250.462 hectares da antiga fazenda Bom Retiro (ver Figura 1). O memorialista Sittilo Voltolini destaca que os trabalhos desenvolvidos pela equipe do engenheiro Francisco Gutierrez Beltrão foram “excessivamente morosos”, resultando em falhas no controle de assentamento dos colonos:

Pelo regulamento, os lotes seriam medidos e vendidos aos ocupantes em 10 prestações anuais, sendo-lhes fornecido o título definitivo no final do pagamento. Enquanto isso, receberiam um título provisório. Os trabalhos de medição e distribuição regular de áreas apresentavam-se morosos, não atendendo à demanda exigida pelo surto migratório. Isso fez com que muitas áreas fossem aleatoriamente ocupadas, descontrolando os serviços de agrimensura. [...] Essa ocupação desordenada e a falta de pagamento, em caso de contrato regular, tornaram poucos os títulos definitivos fornecidos pelo Governo, imperando a forma de 'posse' da terra, sem valor legal algum, mas que era respeitada pela população local, como de fé pública (Voltolini, 1996, p. 33).

Sittilo Voltolini destaca que, por ocasião da instalação do Distrito Judiciário em Bom Retiro, em dezembro de 1920, foi realizado um censo populacional que acusou o montante de, aproximadamente, 1.310 pessoas nas povoações de Bom Retiro e Vila Nova. Com o funcionamento do Distrito Judiciário, registros de nascimento, casamento e óbitos passaram a ser celebrados na comunidade de Bom Retiro. Em seguida, uma escola passou a funcionar na comunidade. O Distrito Judiciário e a escola eram sinônimos de civilização e da presença da ordem constituída, no entender do memorialista Sittilo Voltolini (1996, p. 202).

No entanto, a passagem de grupo de combatentes da Coluna Prestes pela Colônia Bom Retiro, assim como a longa estadia dos soldados legalistas na região Sudoeste do Paraná, desestabilizou a recém-instalada Colônia Bom Retiro. O memorialista Jorge Baleeiro de Lacerda publicou no *Jornal de Beltrão* (edição de 24 de maio de 2008) uma carta escrita pelo Coronel João Alberto Lins de Barros para Luís Carlos Prestes, datada de 20 de fevereiro de 1925, em que narra os combates na região de Pato Branco e Clevelândia. Ainda que extensa, reproduzimos a missiva em seu inteiro teor:

Prestes

Conforme combinamos continuei avançando sobre Clevelândia. Em Paiol dos Antunes (duas léguas de Pato Branco) comecei a tirotear e pôr em fuga as primeiras patrulhas inimigas. Para não dar tempo a que eles armassem emboscadas, forcei a marcha da infantaria e anteontem, às 10 horas da manhã, ocupei o São Francisco.

Às 11 horas de ontem, uma coluna de 300 a 400 provisórios nos atacou no passo. Como eu não podia retirar diante do inimigo de dia sem ser perseguido, auxiliado pelo Fidêncio, resisti até a noite, não conseguindo a chimangada tomar nossas posições, que foram depois abandonadas em silêncio.

Hoje recuei para uma légua à retaguarda numa boa posição, porque, se continuássemos no São Francisco, teríamos que combater hoje novamente. Ainda não recebi munição da retaguarda e o Fidêncio é que me auxiliou com 1 ½ cunhetes.

Tu podes bem calcular minha situação no combate com tal munição.

Tive dois mortos e oito feridos. As baixa inimigas foram grandes. Somente no passo vimos seis mortos hoje pela manhã, de longe. Eles acamparam próximo ao passo. Acabo de receber um cunhete de munição e vou mandar buscar o cunhete destinado ao Siqueira que, além de estar bem municado, não combateu. Estou em ligação com ele e só pretendo ocupá-lo em caso de absoluta necessidade. Depois da posição que estou ocupando, só existe boa colocação em Pato Branco. Quando tiveres algum

portador para Barracão, vê se providencias medicamentos, porque os feridos estão quase sem curativos. Qualquer munição que exista por aí, manda pra cá, porque necessito. O Fidêncio recuou para Pato Branco e vai guarnecer uma estrada que sai de São Francisco para os Gonzagas, perto de Pato Branco. Era bom teres uma guarda na estrada que vai para Clevelândia pelo divisor, nas alturas de S. Anna ou Forquilhas. Não posso atendê-la por ficar muito longe. Caso não possas, manda avisar.

Aqui não tenho outro recurso a não ser gado escasso, de modo que falta o sal (em Pato Branco arranjei erva), já não falo um pouco de farinha e açúcar porque são coisas que não vejo a dias. Desculpa a demora deste, porque estive muito atarefado depois do combate.

Sem mais, do amigo

João Alberto (Lacerda, 2010, p. 62).

A narrativa de João Alberto Lins de Barros a Prestes nos fornecem indícios daquele momento histórico, quer para os militares, quer para a população local que era seguidamente visitada e saqueada pelos militares legalistas e os revolucionários. O Distrito Judiciário foi incendiado e toda documentação foi destruída, tendo voltado a funcionar somente em 1927. Os serviços de medição, demarcação e assentamento, desenvolvidos pela equipe do engenheiro Francisco Gutierrez Beltrão foram interrompidos e não voltaram a ser retomados nos anos seguintes. Ruy Wachowicz informa que tanto na Colônia Bom Retiro, como em outras áreas de terras adjacentes, passaram a ser apossadas também por migrantes oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Passou a ser comum, também, o comércio de terras apossadas entre caboclos e os migrantes gaúchos e catarinenses (Wachowicz, 1987, p. 68-71)

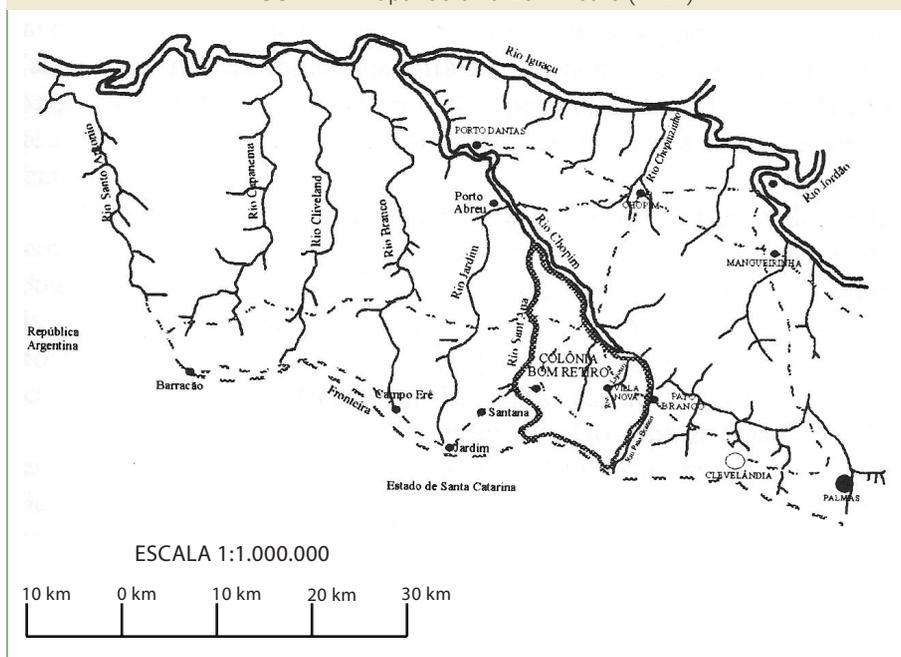
Sittilo Voltolini traz histórias de diversas comunidades que nasceram ao redor da Colônia Bom Retiro e Vila Nova a partir dos anos finais da década de 1920. Destacamos aqui as origens da comunidade da Encruzilhada (trevo da atual avenida Tupi com a PR-280, também conhecido como trevo da Patrolinha ou trevo da Encruzilhada) com famílias oriundas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, como a dos irmãos Ângelo Colla e Ernesto Colla, narrada desta forma por Voltolini:

Ângelo Colla conseguiu vencer a distância entre Sananduva, no Rio Grande do Sul, e o Paraná, precisamente, Bom Retiro. Aquelas terras rio-grandenses escarpadas e pedregosas não absorviam os sonhos de Ângelo Colla e, com a esposa Marieta Maria, deixou tudo para trás vindo para o Paraná, em montarias e animais de carga. Cinco ao todo e um madrinheiro. De Clevelândia em diante por picadas, orientando-se pelos fios da linha telegráfica, único elo de ligação entre o mundo civilizado e o sertão bravio. Gostou do lugar e ficou. Ali, mais tarde, seria a Encruzilhada. Barraco de chão batido, tábua lascada, falquejada a facão, e cobertura de tabuinhas. Como vizinho um caboclo que se deu a conhecer como Paraguaio. Em 1930, chegaram outros: Venâncio Carvalho de Lima, de Palmeira das Missões, Depois, mais Manoel Valêncio, Gildo Fabian, Vergílio Loregian. Em 1932, acompanhado dos tios Osmar e Bepi, bateu por aqui Ernesto Colla, adquirindo a posse de terras vizinhas às do irmão Ângelo. Foram 19 dias de viagem em 4 carroças. [...] Ernesto Colla saiu recém-casado do Rio Grande e com 250 mil réis no bolso. O capital foi lhe suficiente para custear a viagem, comprar a posse de 64 alqueires de terras, uma vaca de leite, uma arroba de erva-mate e um casal de leitões. Foi lhe suficiente, não! Sobrou... Sobraram-lhe 50 mil réis. A casa foi feita com tábuas serradas por Pedro Bortot, arrastada com uma mula – diríamos hoje – de um lado a outro da cidade de Pato Branco (1996, p. 102-103).

É necessário destacar, a partir dessa narrativa, a presença e o convívio dos migrantes sulistas com os caboclos, não apenas quando da negociação das posses de terras, mas nas relações cotidianas ligadas ao trabalho de derrubada de florestas, de formação de áreas de plantio, de cuidados na criação de porcos e outros animais domésticos, nos tempos de carestia de alimentos que obrigavam à busca de alimentos nas florestas e nos rios, nos momentos mais críticos em que, por ausência de cuidados médicos e por meio do convívio com indígenas, os caboclos conheciam plantas e chás que amenizavam dores e ajudavam a cicatrização de ferimentos.

A abertura de uma estrada carroçável macadamizada ligando Clevelândia, Villa Nova, Bom Retiro, Barracão e Dionísio Cerqueira, a partir dos anos finais da década de 1920, foi objeto de menção nos relatos jornalísticos da comitiva de viagem à fronteira oeste de Santa Catarina, pelo Presidente do Estado de Santa Catarina, Adolfo Konder. Após a passagem por Dionísio Cerqueira, a comitiva percorreu a estrada, mediante o uso de cavalos e mulas até Pato Branco e, dali em diante, seguiram viagem com veículos automotores, passando por Clevelândia, Palmas, São João, Porto União, Mafra e outras localidades até chegar a Florianópolis (CEOM, 2005).

FIGURA 1. Mapa: Colônia Bom Retiro (1924)



Fonte: mapa elaborado pelo professor Julio Caetano Tomazoni, publicado em Voltolini (1996, p. 33).

Além da estrada, outro fator que consideramos importante para o fortalecimento e o crescimento das povoações que se formavam foi a instalação de um telégrafo na povoação de Bom Retiro em fins da década de 1920, pela Comissão Rondon, que estava a serviço do Governo Federal. Sittilo Voltolini detalha esse momento ao tratar da trajetória de vida do comerciante Manoel Branco:

O Governo Federal, para manter elo com a região, implantou uma linha telegráfica, que cruzando pelos Campos Gerais – Ponta Grossa e Guarapuava – alcançava Clevelândia, estendendo-se até Barracão, na fronteira com a Argentina. Entre Clevelândia e Barracão essa linha contava com dois postos de atendimento e manutenção: um instalado, precisamente, às margens do rio Pato Branco, na boca da Colônia Bom Retiro, e outro em Campo Erê. [...] Do posto do rio Pato Branco os recados eram trazidos para Villa Nova por quem lá passasse [...] em Villa Nova estavam a maioria dos usuários do telégrafo. [...] Oriundo de Clevelândia, Manoel Branco, veio para Villa Nova em fevereiro de 1937 [...] Sua atividade principal era uma casa de comércio. [...] Mas o feito historicamente mais importante de Manoel Branco em favor de Villa Nova ocorreu quando ainda era Fiscal Municipal do Distrito. Valendo-se de sua função, somada ao prestígio e respeito de que gozava, dirigiu-se ao Inspetor da Linha do telégrafo em Clevelândia, Pedro do Canto Pacheco, solicitando-lhe uma extensão dos serviços telegráficos para Villa Nova. [...] Com a chegada do ramal a Villa Nova, o posto do rio Pato Branco ficou quase que totalmente no abandono em termos de usuários. Não tardou que tal situação determinasse seu fechamento, com definitiva transferência de pessoal e equipamentos para Villa Nova... Villa Nova de Pato Branco (Voltolini, 1996, p. 139-141).

A instalação do telégrafo em Villa Nova ocorreu somente em 1938. Em 1940, a povoação de Villa Nova de Pato Branco passou à condição de Distrito de Clevelândia, sob o nome de Distrito de Pato Branco, e o cartório começou a utilizar o nome Pato Branco, pelo uso do termo do ramal telegráfico (Bocchese, 2004, p. 117; Pozza, 2014, p. 396; Voltolini, 2005, p. 83).

Naquele tempo, Getúlio Vargas já completava uma década na condição de Presidente do Brasil e, com auxílio de diversos intelectuais, elaborou diversos planos de desenvolvimento econômico e social, de ocupação e defesa territorial, com viés nacionalista. Para a região de fronteira, integrando o programa “Marcha para o Oeste”, colocado em prática em 1938, propôs a instalação de Colônias Agrícolas Nacionais, por meio da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da

Agricultura. Essas Colônias Militares tinham a função de tornarem-se “cidades-indústrias”, potencialmente lançadas em regiões de baixa densidade populacional e, em seu entorno, pequenas propriedades rurais. Em 1943, pouco antes da criação do Território Federal do Iguazu, abrangendo as regiões oeste e sudoeste do Paraná e a região oeste de Santa Catarina (65.854 km²), Vargas ordenou a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), com mais de 300 mil hectares destinado a assentar colonos nacionais, cuja sede deveria ficar na localidade de “Separação”, a pouca distância de Dionísio Cerqueira e Barracão, fronteira com a Argentina. Mas, após relatórios mais precisos, o recém-nomeado Diretor da CANGO, Eduardo Virmond Suplicy, decidiu que o projeto deveria iniciar a partir do Distrito de Pato Branco e a sede seria assentada às margens do rio Marrecas (Myskiw, 2013, p. 172).

A existência de estrada, telégrafo, estrutura urbana em crescimento e um contingente populacional composto de nacionais contribuíram para a acolhida de Eduardo Suplicy quanto à escolha do lugar para iniciar o projeto colonizatório. O memorialista Sittilo Voltolini assim descreve aquele momento inicial, com base nos depoimentos e documentos coletados:

Ocorre, no entanto, que a Estratégica, única via e acesso ao Sudoeste, estava totalmente concluída somente até o rio Pato Branco. De lá em diante, havia apenas alguns trechos prontos, espaços que a vegetação ia gradativamente conquistando. Por uma estrada que cruzava pelas propriedades da família Damasceno, Três Pontes, todavia, a estratégica ligava-se a Pato Branco. E era o fim da estrada transitável por veículos. A administração da CANGO, comandada pelo lapeano Eduardo Virmond Suplicy, impedida de chegar ao seu destino, por falta de estradas, instalou-se em Pato Branco. A CANGO chegou forte, com máquinas, veículos, equipamentos, diretoria administrativa e... dinheiro. Provocou uma revolução na modesta vila de Pato Branco. Um movimento jamais visto de pessoas, caminhões e máquinas pesadas para rasgar estradas para chegar com toda parafernália ao destino final: o povoado de Rio Marrecas. De fora só veio a alta equipe administrativa. A mão de

obra foi contratada aqui mesmo, gerando oferta de dezenas e dezenas, quando não mais de uma centena, de empregos dos mais diversos níveis, desde trabalho braçal até serviços burocráticos, passando por mecânicos, motoristas, ajudantes de agrimensura, operadores de máquinas, chefes de seções, capatazes de obras, auxiliares de área de saúde, etc... [...] Baseada em Pato Branco, a administração da CANGO, durante 4 anos, foi criando condições para se fixar em definitivo no povoado de Rio Marrecas. [...] Foi-se a CANGO! Ficaram, todavia, os excelentes resultados de sua passagem por Pato Branco (Voltolini, 1996, p. 144-145).

Todo esse movimento criou expectativas diversas, pois propagandas divulgadas pelo Governo Vargas passaram a ser veiculadas em jornais impressos e nas rádios, detalhando os incentivos a serem concedidos aos migrantes nacionais que viessem morar nas terras do sudoeste do Paraná. Tal tática chamou a atenção de negociantes de terras e de migrantes catarinenses, gaúchos e de paranaenses. Antigos fazendeiros da região, os caboclos que haviam conseguido alguma área de terras da Colônia Bom Retiro e um número maior de caboclos que tinham se apossado de terras, passaram a negociá-las, bem como casas e outros bens, com os migrantes, “a preço de banana”, como aponta Sittilo Voltolini:

No auge das transações, o caboclo espertou-se e, tomando o comprador sulista por otário, imaginava um preço alto, multiplicando-o por 2, 3, 4 para a proposta. E o comprador topava, enchendo o caboclo de dinheiro. A coisa mais bem-vinda era o comprador de terras. [...] Longe de se considerar um otário, o comprador migrante sulista, na outra ponta, nutria versão oposta. As terras daqui eram quase de graça, se comparadas com as do Rio Grande. Por uma bagatela se conseguia comprar a posse de enormes terras, bem mais fáceis de se cultivar e, em grande parte, coberta de pinheiros e madeira de lei, que, no Rio Grande, já alcançavam considerável valor comercial (1996, p. 147).

É necessário observar que, ao negociar suas terras, os caboclos migravam para outras áreas de florestas e, com eles, seguiam o modo de vida, as formas de cultivo de sementes, de criação de porcos e a lide com as florestas. Em pouco tempo, substituía-se um modelo econômico por outro, uma população por outra, seguindo o ritmo da colonização moderna, como bem aponta Ricardo Abramovay (1981). Houve uma ruptura que determinou a substituição do sistema agrário caboclo para o de colonato, sobrepondo-se aos territórios nativos, conclui Valdir Gregory (2002, p. 89). Aqui se percebe a trajetória de diferenciação dos sistemas agrários, com base no processo histórico de ocupação e de transformação da agricultura familiar da região da Fronteira Sul. Essa diferenciação foi construída no tempo e no espaço da fronteira e hoje está presente em nossas identidades, em muitos aspectos de nosso *modus vivendi*. Os descendentes de caboclos continuaram o processo de miscigenação, em meio a uma sociedade constituída de migrantes que se fixaram e transformaram a paisagem e a sociedade da região, como bem destaca Marcos Mondardo:

Diluídos na sociedade capitalista da região, temos que muitos de seus descendentes estão nas periferias das cidades [...] principalmente nas cidades maiores [...]. Esses descendentes diretos estão trabalhando em sua maioria no subemprego, na construção civil e em indústrias das cidades da região (2008, p. 18-19).

Segundo Roberto Lobato Corrêa, em 1950, Pato Branco estava com 3.434 habitantes e destacava-se como um entreposto comercial regional na produção de suínos e na atividade madeireira (Corrêa, 1970, p. 131). Tais atividades econômicas, como sinalizamos anteriormente, estavam sendo praticadas mesmo antes de a CANGO ser instalada provisoriamente em Pato Branco. Para Edson Luiz Flores (2009), muitos agricultores oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina fizeram uma espécie de “aliança” com os madeireiros para derrubar as florestas de araucária; e, com a intensificação do processo migratório, quando da chegada da CANGO, o número de serrarias também cresceu. Elas se tornaram, por algum tempo, polos agregadores de operários e outros trabalhadores afins, além de generalização do uso dos caminhões – e,

consequentemente, de abertura e manutenção das estradas (Flores, 2009, p. 36). Sittilo Voltolini, em seus livros de memória, menciona algumas serrarias instaladas em Pato Branco. Pedro Bortot, na década de 1930; Raimundo Cadorin, “Irmãos Cadorin Ltda” em 1944; Merlin e Miotto, que em 1949 instalaram a “Industrial Madeireira Pato Branco Ltda”; Alfredo De Bortolli, 1952, “De Bortolli e Filhos Ltda”, “Serraria Santo Antônio”, da família Thomazi, e “Serraria São Francisco de Assis”, da família Moretti (Voltolini, 2000).

Além de polo gerador de empregos, as serrarias também provocaram o surgimento e o fortalecimento de comunidades e bairros em seu entorno. Dados do Censo Industrial do IBGE referente a Pato Branco, em 1960, demonstram que o perfil da industrialização regional era composto, sobretudo, pelo setor madeireiro, responsável pela geração de aproximadamente 73% dos empregos nas indústrias, com participação de 70% no valor da produção². Sittilo Voltolini destaca que a ação extrativa da madeira “polarizou social e economicamente a vida em Pato Branco”, transformando pessoas simples em “novos-ricos”,

2 Os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1960 apresentavam uma população de 51.581 habitantes, dos quais 80% na zona rural. Foram contados 8.719 domicílios, sendo 3.420 no distrito-sede. O Censo Industrial de 1960 contou 165 estabelecimentos, onde trabalhavam 1.055 operários, dos quais o ramo de madeira perfazia 112 estabelecimentos (2/3 de todas as indústrias), 909 operários em média e 83,4% do valor da produção; seguido pelo de produtos alimentares, com 15 estabelecimentos, 37 operários em média e 11,5% do valor. Outros gêneros: minerais não metálicos (4 estabelecimentos), metalúrgica (1), medicina (1), mobiliário (7), bebidas (15) e editorial e gráfica (2), couros e peles e produtos similares (2), vestuário, calçado e artefatos de tecidos (6). Conta com um aeroporto, a 2 km da cidade, com pista de 110 x 1.600. A Empresa Aérea Sadia faz, diariamente, ligação com o norte do Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Circulam ônibus, diariamente, para Porto Alegre, Curitiba, União da Vitória, e diversas cidades de seu próprio Estado, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. São 18 empresas de transportes (6 com sede em Pato Branco), 13 de passageiros e 5 de cargas. Liga-se, de rodovia até Coronel Vivida, 2 horas; Mangueirinha, 3 horas; Itapejara d'Oeste, 1 hora e 30 minutos; Verê, 2 horas; Dois Vizinhos, 4 horas; Francisco Beltrão, 2 horas e 30 minutos; Vitorino, 30 minutos; Mariópolis, 1 hora; Clevelândia, 1 hora e 30 minutos; e Curitiba, 12 horas. Em 1965 estavam registrados 110 automóveis, 300 caminhões, 243 jipes, 32 ônibus, 315 camionetas e ainda 4 outros veículos. Na sede municipal funcionam uma agência postal-telegráfica. No quadro urbano da cidade a Telefônica Municipal já instalara 250 aparelhos até novembro de 1965. A cidade está dividida em 3 bairros: o da Baixada, Bortot e Cristo Rei. Possui 55 ruas. Existem 1.730 prédios, com 1.342 ligações elétricas domiciliares, e quase todas as vias públicas iluminadas. A cidade possui 7 hotéis, 6 pensões, 2 restaurantes, 16 salões de barbeiros e 7 cabeleireiros para senhoras. Prestam serviços profissionais, 9 advogados e 4 engenheiros. Existe 1 sindicato dos empregadores rurais. A assistência médica é prestada pelo Hospital da Polícia Militar do Estado, pelo São Lucas de Pato Branco e pela Policlínica Pato Branco, totalizando 115 leitos. Há, ainda, 1 posto de higiene e um gabinete dentário da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural. Exercem suas profissões: 9 médicos, 4 dentistas, 2 farmacêuticos e 4 enfermeiros. Há 4 farmácias na cidade. 138 professores regentes de classe e 38 não regentes. Em 1965, 19 escolas estaduais de ensino primário, com 74 professores e 2.280 alunos, 64 municipais, com 58 professores e 1.748 alunos, e 1 particular, com 6 professores e 453 alunos. A Rádio Celinauta, 2 cinemas, um deles com 984 lugares. Circulam os jornais ‘A Razão’, semanal, e o ‘Contestado’, mensal. As entidades esportivas recreativas são 6. Existem, entre outras, coletorias federal e estadual, Distrito Fiscal, Inspetoria de Terras, Inspetoria Regional de Ensino e a Agência Municipal de Estatística; Até 30 de outubro de 1965, estavam inscritos 7.792 eleitores (IBGE, 1967).

multiplicando e diversificando os empreendimentos: alimentação, equipamentos domésticos, vestuário, fármacos, ferramentas, estimulando, ainda, um outro tipo de indústria: a da metalurgia (2000, p. 122-125).

Em seus estudos sobre a urbanização de Pato Branco, o geógrafo Edson Luiz Flores (2009) deu ênfase a dois casos entre os “pioneiros” que investiram na urbanização e industrialização: as famílias Piassa e Petrycoski, ambas sul-rio-grandenses. Os Piassa vieram para Pato Branco em 1930, para trabalhar como safrista de porcos e na extração de erva-mate. Os lucros obtidos foram investidos em construção de imóveis e na montagem de casas comerciais em localidades vizinhas a Villa Nova. Theóphilo Petrycoski, por sua vez, consertava fogões a lenha e, na década de 1940, mudou-se para Pato Branco. Experiente na prática metalúrgica (absorvida de um mestre italiano), começou a produzir de forma artesanal fogões a lenha para vender na região. Em 1955, a Petrycoski e Cia. Ltda. produzia até 40 fogões a lenha por mês (Flores, 2009, p. 33-34). Outro caso que podemos citar é o de João Viganó, cuja família mantinha uma casa comercial e um matadouro, além de realizar transporte e comércio de produtos agrícolas em carretões puxados por seis a oito mulas. Em 1945, estabeleceram-se em Campo Erê, onde trabalhavam como safristas e tinham gado de corte. Chegaram a ter quatro açougues simultaneamente em Villa Nova. Também entraram no ramo de serrarias e de moinho. De família influente na política local, João Viganó foi o segundo prefeito a assumir o mandato de Pato Branco (1955-1956), quando da renúncia de Plácido Machado (Voltolini, 2000, p. 210-214).

2.1 PATO BRANCO NO TEMPO DO ÊXODO RURAL

A partir de meados de 1960, inicialmente de forma compassada, passou a ocorrer a implantação de um novo modelo de produção agrícola, subordinado ao padrão de acumulação de capital do setor industrial, atado a um “pacote” tecnológico exógeno que alterou drasticamente as relações de produção no campo com consequências diretas, rápidas e intensas para os núcleos urbanos, na migração e

divisão social do trabalho. São características desse período de transformações: a modernização e tecnificação das práticas agrícolas, a precarização das condições de vida e trabalho de uma parcela da população rural e o início de um violento e contínuo processo migratório do campo para as cidades, para as periferias e para as margens de estradas. Elir Battisti sintetiza bem esse processo que, para ele, foi “a mudança da base tecnológica dirigida pelo capital industrial” e, a partir da cidade, “absorveu e recriou o campo com outros significados”, subordinando a produção agrícola aos imperativos da produção industrial; uma modernização conservadora homogeneizante que, ao mesmo tempo, estrutura e desestrutura as relações sociais, provocando o êxodo rural, a expulsão de trabalhadores do campo para as cidades, desterritorializando e marginalizando a maioria; concentrando renda e capital numa minoria (Battisti, 2006, p. 75).

Nesse tempo, pontua Sittilo Voltolini, uma das mudanças sutis identificadas nos padrões de consumo para as famílias pato-branquenses urbanas foi a questão do leite:

Hoje em dia ninguém mais faz isso. Depois que a CAPEG instalou uma usina de beneficiamento, foi até proibido de se entregar leite direto nas casas. Alguns tentaram insistir, mas... depois que os fiscais começaram a jogar fora o leite que estavam levando, pararam de vez, agora todo o leite vai para a usina de beneficiamento da CAPEG e o pessoal compra nos mercados (Voltolini, 2005, p. 125).

Para piorar a situação dos trabalhadores do campo, no decorrer da década de 1970, ocorreu o fechamento da fronteira agrícola por não haver mais áreas de terras para serem ocupadas pelas novas levas de migrantes euro-brasileiros. Somam-se a isso a consolidação do pacote tecnológico que se ocultava atrás do discurso da “Revolução Verde” (adubos químicos, defensivos agrícolas, sementes tratadas, maquinarias agrícolas, animais selecionados geneticamente) e o uso intensivo de crédito bancário em bancos públicos e privados mediante hipotecas, que, não poucas vezes, levavam os trabalhadores rurais a se comprometerem com pagamentos de longas dívidas. E, por mais

estranho que pareça, esse novo modelo agrícola e tecnológico era apresentado aos trabalhadores rurais pelos técnicos da Extensão Rural que, em tese, teriam de alertar para os riscos existentes. Para Marcos Mondardo, a modernização da agricultura impossibilitou muitas pessoas de continuarem no campo, impondo um processo de “darwinismo social”, pois “só os mais fortes sobreviveram” no campo, só os mais abastados e com condição de se modernizarem sobreviveram e/ou conseguiram se “adaptar” ao novo processo produtivo e a um novo modo de vida no campo ligado à modernização (Mondardo, 2011, p. 119).

As causas do êxodo rural são diversas e se traduzem na espoliação que limita ou impede a acumulação primitiva, como Marx já registrava (Marx, 2017, p. 785-833; Marx; Engels, 2020, p. 519-542). Nessa esteira, é conveniente prestar atenção à fala do economista e militante Pedro Calil Padis, que realizou pesquisa documental e de campo sobre vários aspectos do sudoeste do Paraná entre fins da década de 1970 e os primeiros anos da década seguinte:

Nesse momento, pode-se dizer, a região sudoeste do Paraná está definitivamente integrada no subsistema paranaense, e com ele no sistema econômico nacional, sofrendo ipso facto as mesmas consequências, isto é, as decorrentes do ser fornecedor de produtos primários, especialmente alimentos e comprador de produtos industrializados. E com isso desencadeia-se o processo de formação do já referido sistema dúplice de comercialização do produto [...]. Agora o problema não é mais o de dispor de uma área suficiente para a produção destinada ao autoconsumo, mas atingir um volume de produção maior que garanta melhores possibilidades de acesso ao mercado consumidor. Nesse processo, as desvantagens recaem todas sobre os proprietários menores. Estes, dotados de pequeno volume de capital, e contando quase sempre apenas com a força do trabalho familiar, não têm muitas possibilidades de mecanizar a sua produção, de torná-la mais rentável mediante o uso de adubos ou corretivos do solo. Assim, além do volume de sua produção ser pequeno, provoca o rápido desgaste de suas terras. A conjugação desses fatores adversos os conduz necessariamente a rendimentos decrescentes.

Por sua vez, o grande proprietário, cujas condições técnicas e financeiras são diametralmente opostas, tem possibilidades de criar um volume de produção compatível com a introdução de equipamentos, adubos, etc. A essa estrutura de produção [...] superpõe-se a estrutura de comercialização dos produtos, [...] regra geral [...] mercados consumidores [...] situados a grandes distâncias da região (Padis, 2006, p. 232-233).

Quase que dialogando com Pedro Calil Padis, Sittilo Voltolini expôs suas impressões sobre aquele tempo de mudanças, sobretudo na área rural:

A situação do interior me deixou tanto angustiado pelo desânimo dominante na população impulsionada desistir do cultivo da terra prometida pelos problemas que circundam as pequenas e diversificadas Agricultura e Pecuária que já estiveram no topo da pirâmide financeira do município e repercute negativamente na cidade a sua economia reduzindo a circulação de dinheiro e na sua Ordem Social pela recepção de tantas famílias de agricultores despreparados para a luta da Sobrevivência e do Progresso. [...] Pesado tributo, que a cidade cobra de quem se aventura a enfrentá-la com despreparo profissional, social e psicológico, é amargo. [...] Ó Rondinha! Tu também vais te entregar aos latifundiários, deixando teus filhos órfãos na periferia da cidade de Pato Branco? [...] Orgulhoso de ver a cidade de Pato Branco explodir em crescimento populacional, horizontal e verticalmente, não queria que fosse por esse caminho, às custas do esvaziamento do interior. A forma cruel de uma cidade crescer (Voltolini, 2005, p. 127, 175-178).

Através dessa modernização conservadora, ocorreu a expulsão do campo de trabalhadores rurais rumo à cidade, que, por seu turno, gerou demandas para as quais o universo urbano e o planejamento urbano não estavam preparados. As tendências são a antinomia entre grupos estabelecidos e *outsiders*, a naturalização da desigualdade, a violência física (do Estado) ou simbólica (do olhar timorato das classes afluentes). Trata-se, acima de tudo, de relações de poder, que jogam populações inteiras para as franjas das cidades, sem o direito

de produzir sua própria existência, pois os meios de produção lhes foram arrancados à força. Isso nos remete a outro texto de Marx: *Os Despossuídos* (2017, p. 25), quando ele distingue a pobreza resultante de condições naturais da “pobreza produzida artificialmente” pelas condições sociais de exploração modernas.

Mas não foram somente os trabalhadores rurais, os camponeses que sofreram esse revés. Na cidade, a crise dos camponeses significou a do próprio comerciante, dando fim àquele laço de dependência que existia entre ambos: a troca de produtos, os acordos de aquisição de lote de animais, entre outros aspectos. Muitos comerciantes migraram para outras localidades, como Curitiba, Mato Grosso ou o Paraguai. Enquanto muitos empobreciam, no final da década de 1970, filhos dos moradores mais abastados concluíam seus estudos em centros maiores e retornavam a Pato Branco. Para Rudi Bodanese (1982), a chegada de novos profissionais liberais vindos principalmente do Rio Grande do Sul, do Sudeste e de outras regiões do próprio Paraná contribuiu para o progresso crescente de Pato Branco. O fortalecimento do setor de saúde atraiu diversos profissionais da área e surgiram clínicas médicas de diversas especialidades, que ajudaram a impulsionar o processo de urbanização (Bodanese, 1982, p. 60-62). Em 1981, Pato Branco já era considerado o 4º município do Paraná em desenvolvimento, e o 97º do Brasil. Como bem alertava Pedro Calil Padis (2006, p. 232), para o sudoeste paranaense, passou a ocorrer um novo processo migratório, não mais de agricultores, mas de profissionais cuja capacitação serviam para atender comércio, indústria, prestação de serviços e profissionais liberais de diferentes áreas de formação.

2.2 CRESCIMENTO URBANO DE PATO BRANCO (PR)

Como apontado anteriormente, foi o engenheiro Francisco Gutierrez Beltrão que demarcou a colônia e assentou as primeiras famílias na Colônia Bom Retiro. Mas Sittilo Voltolini (1932) sinaliza que foi Duílio Trevisani Beltrão, filho de Francisco Gutierrez Beltrão, quem traçou o primeiro perímetro urbano de Pato Branco, nomeando o arruamento principal com nomes indígenas: Tupi, Tapajós, Guarani, Ibiaporã, Itabira, Xingu, Tocantins, Itapuã, Tamoio, Caramuru... E, para Ivo

Pegoraro, Duílio teria liderado um movimento político para tornar Pato Branco Distrito de Clevelândia e, em 1951, se emancipar (Pegoraro, 2015, p. 177).

O primeiro perímetro urbano de Pato Branco foi delineado em 1932. Era um polígono de 750 hectares, cingido por 86 propriedades rurais; mas, desde 1928, a povoação de Villa Nova já contava com um escritório do 3º Comissário de Terras, comandado pelo engenheiro Francisco Gutierrez Beltrão. Dada a preocupação com a presença de argentinos e paraguaios na região Sudoeste, em 1933, o engenheiro assinou contrato com o governo do Estado do Paraná para prosseguir com os trabalhos de colonização de terras devolutas. Com isso, foi instalada a 6ª Inspetoria de Terras, sob a direção do engenheiro Duílio Trevisani Beltrão, filho do primeiro. Duílio impulsionou as medições de terras na vila³ de Bom Retiro (Pozza, 2014, 181-182; Voltolini, 2005, p. 256-257).

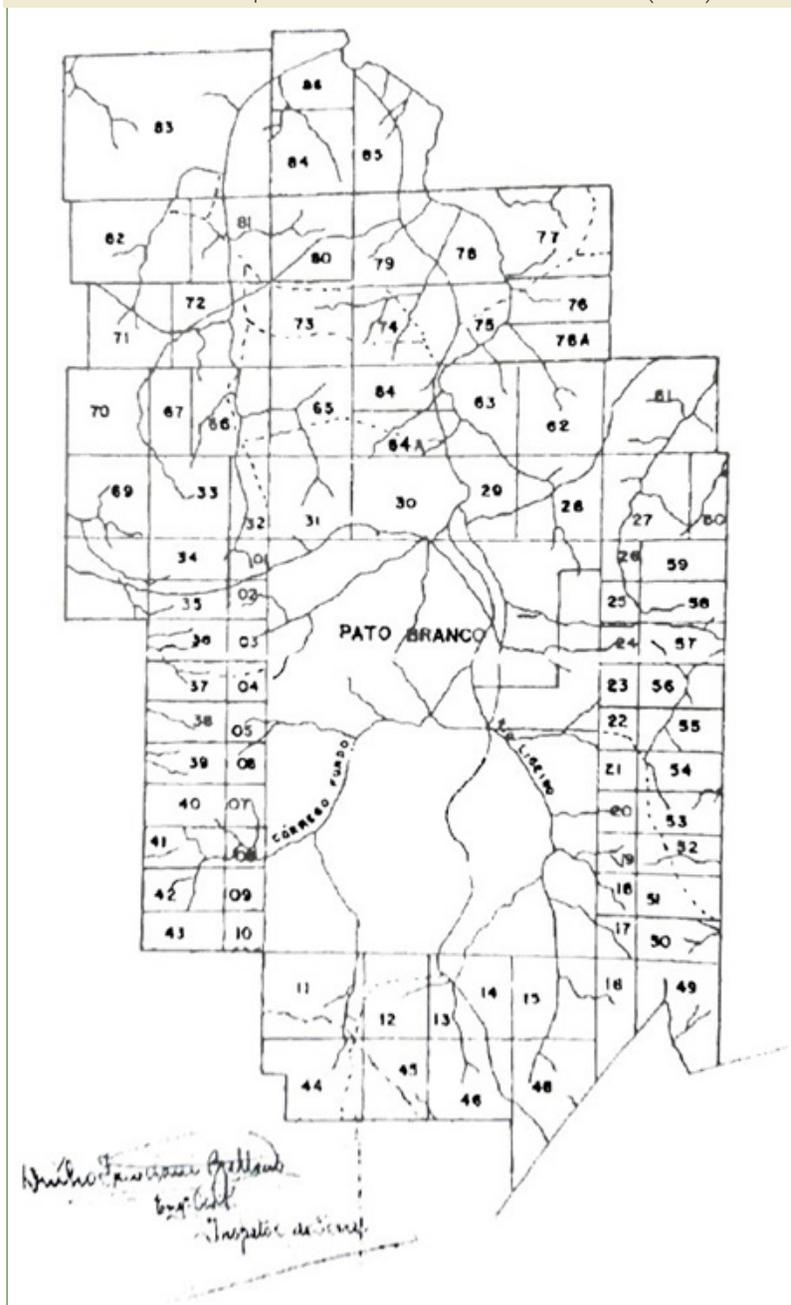
O croqui do primeiro perímetro urbano de Pato Branco feito por Duílio contava com um retângulo central de 750 hectares,

[...] um projeto ousado, amplo e definitivo seria simetricamente traçado com ruas e avenida central Sul-Norte, ao longo do curso do rio Ligeiro, com transversais Leste-Oeste, formando quadras regulares e aplicado, especificamente, à singular topografia de Vila Nova (Pato Branco) (Schwarz, 2001, p. 96).

Foram divididos 11 núcleos, registrando-se em mapas as respectivas subdivisões dos lotes rurais que cingiam o perímetro urbano. Esses lotes eram, então, medidos e documentados pela Inspetoria de Terras – ao todo, 86 propriedades rurais, além de área reservada para a urbanização do núcleo urbano (Voltolini, 2005, p. 257). O traçado inicial da avenida Tupi deveria seguir uma linha mestra do atual bairro Cristo Rei até o Bortot, formando quadras regulares. Contudo, a Inspetoria não deu conta do volume de migrantes que chegavam. Duílio não conseguiu realizar integralmente seu plano; a prefeitura de Clevelândia embargou o projeto urbanístico de Villa Nova (Pozza, 2014, p. 181; Voltolini, 2005, p. 256).

3 Entre os rios Vitorino, Chopim e Pato Branco, tendo ao sul a Fazenda Santo Antônio do Pato Branco, entre os municípios de Mariópolis e Vitorino (Voltolini, 2005, p. 257).

FIGURA 2. Croqui: área rural e urbana de Pato Branco (1932)



Fonte: acervo Resgate Histórico (Voltolini, 2005, p. 258).

Apesar de inconcluso, o intento de Duílio de ter uma avenida que cortasse o núcleo urbano no sentido Norte-Sul se concretizou: a avenida Tupi. Sabemos que é por meio da expansão urbana que novas áreas são pensadas, projetadas e materializadas na cidade; essa avenida teve, pois, um papel preponderante nesse aspecto, visto que a maioria das famílias de colonos situaram-se às margens do rio Ligeiro. Com o passar dos anos, foram surgindo novos bairros, novos mercados consumidores... e novas centralidades. Exemplos disso são as doações de terrenos para empresas (Pato Branco, 1973). Para Maria Encarnação Beltrão Sposito (2021, p. 73), centralidade não é sinônimo de lugar, mas de uma condição: “a expressão de central que uma área pode exercer e representar”; a centralidade não é concreta, ela é percebida, representada socialmente; ela compõe a “memória urbana”.

A primeira legislação municipal que tratou do perímetro urbano de Pato Branco foi a lei n. 12, de 16 de julho de 1969, que delimitou o quadro urbano da cidade, passando a pertencer a este as chácaras, os loteamentos e os lotes rurais. A mesma lei também estabeleceu a cobrança de impostos Territorial Urbano e Predial Urbano numa área de 14,4 km² (Kunen, 2018, p. 104). Assim, quando o Cabo Dito iniciou sua história na região sudoeste do Paraná, o IPTU ainda não era cobrado.

A cidade de Pato Branco teve início num vilarejo que foi crescendo espontaneamente, apesar dos projetos da Inspetoria, que não lograram êxito. Pode-se dizer que o povoamento se deu ao longo das cabeceiras/vale do rio Ligeiro. Ela tem a ver, segundo Lewis Mumford (1998, p. 12-16), com “marcos de retorno”. Independentemente da discussão teórica sobre o surgimento das cidades, a maioria dos historiadores aponta que ela nasceu próxima aos cursos d’água: precisamos de água para beber; as terras próximas aos rios são mais férteis; é mais fácil prover irrigação para a agricultura; alimentação (pesca); transporte; escoamento dos dejetos, etc. Desde a Antiguidade, a humanidade se constituía próxima aos cursos d’água; Pato Branco não foi diferente: junto aos rios e riachos, foram abertas as primeiras estradas que ligavam a região a outros núcleos (como Clevelândia, Colônia Chopim, Independência), facilitando a fixação dos moradores.

Esse eixo de expansão ainda “na década de 1930 promovia a cidade para o Sul e o Oeste”, que teve ápice na década de 1980, com a criação dos bairros Planalto (o maior bairro de casas populares do

Sudoeste, e entre os cinco maiores do estado, perfazendo 1.189 casas populares) e São João, formado pela remoção da ocupação às margens da BR-158, de que trataremos no capítulo seguinte (Lustosa, 2010, p. 72). Já a partir da década de 1990 houve uma inflexão no crescimento da cidade para a Zona Norte, com grande ampliação do perímetro urbano. Para Kunen, esse fato estaria relacionado à implantação do Centro de Educação Tecnológica Federal do Paraná (CEFET-PR) e às Incubadoras Tecnológicas (Kunen, 2018, p. 120). Trocando em miúdos: áreas mais valorizadas e próximas às instituições de ensino superior (IES).

É fácil se equivocar com o raciocínio de que a cidade estaria se expandindo para o lado oposto aos bairros proletários. Mas a realidade é mais complexa. Para o urbanista Nereu Faustino Ceni (2021), que acompanhou o plano de uso e ocupação do solo de 1987/1988, já se apontava o crescimento para as regiões Norte, Leste e Oeste. Uma das causas era exatamente a questão da povoação em torno das cabeceiras da bacia do rio Ligeiro e do Córrego Fundo, que se consolidou na Zona Sul. Essas microbacias necessitam de uma taxa de permeabilidade maior, medidas construtivas diferenciadas com taxas de permeabilidade adequadas, além da infraestrutura. Como o crescimento foi espontâneo, não se pensou nisso quando a cidade “subiu” a avenida. Outro ponto levantado por Ceni (2021) é o de que, ao sul, a ocupação foi restringida pelas divisas com o município de Vitorino. Nesse raro caso, as condições geográficas se sobrepujam às sociais, em Pato Branco.

Esse pensamento é corroborado por Kunen, também urbanista, com uma interessante observação:

A ocupação urbana de forma desordenada avançou [sobre o] manancial da bacia do Rio Ligeiro [na] região Sul [que apresenta] alta taxa de densidade demográfica. Em função da ocupação da região Sul da cidade acarretar risco de inundações, por conter a principal bacia hidrográfica, o Município optou em expandir áreas onde há baixa densidade demográfica. A expansão para o Norte revela indício de especulação imobiliária, já que ficou constatado por meio da imagem de satélite o grande número de loteamentos vazios (2018, p. 121).

FIGURA 3. Mapa: loteamentos e núcleos habitacionais em Pato Branco (PR) (décadas de 1970 e 1980)



Fonte: Cardoso (1991), com destaque do autor ao entorno do Cabo Dito.

De acordo com Guilherme Sebastião Silverio (2013, p. 104),

[...] a ocupação do solo na área urbana se deu no anel central, principalmente no período de 1953 a 1963. [...] De 1980 até 1996 [...] as demais áreas da cidade foram se consolidando através de novos loteamentos, não apresentando alterações significativas até os dias de hoje.

O administrador elenca os fatores que explicam o fenômeno: acentuado crescimento populacional em função da migração e crescimento vegetativo, bem como aumento da ocupação do solo através de novos loteamentos, de verticalização da região central e delimitação de áreas exclusivas para o setor da industrial.

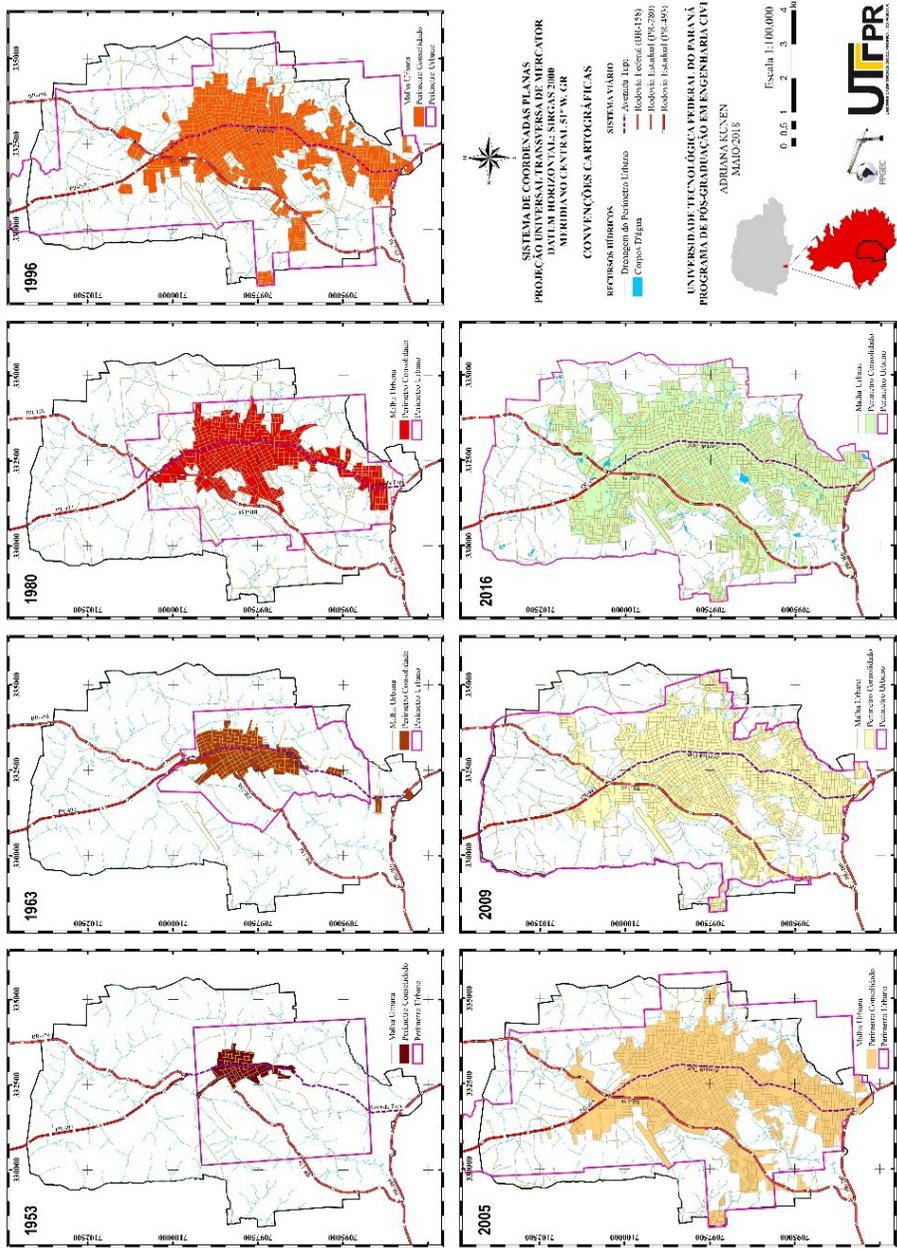
Com a expansão urbana e a migração do campo para a cidade, foram criados loteamentos para a classe trabalhadora mediante financiamento pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), na década de 1980, nas porções sul e oeste da cidade. Surgiram, para além do centro tradicional, subcentros vinculadas ao fluxo de moradores residentes nas proximidades dessas áreas que estavam a mais de quatro quilômetros daquela centralidade (bairro Planalto e Zona Sul). Com uma população sem condições de se deslocar cotidianamente com transporte individual para o centro da cidade, com transporte coletivo ineficiente, principalmente nos primeiros anos, “diante das dificuldades que esses moradores tinham para se deslocar cotidianamente para o centro da cidade, muitos agentes econômicos viram nessas áreas um potencial de consumo a ser explorado e, assim, instalaram seus empreendimentos” (Poletto, 2016, p. 26). Dentre esses primeiros estabelecimentos, destacam-se os “mercadinhos” de bairro, até hoje muito presentes no cotidiano dos bairros de Pato Branco e nas memórias coletivas, apesar da concorrência em função da instalação de estabelecimentos de grande porte e alteração da estrutura urbana, como veremos a seguir, e do uso do automóvel (para aqueles que conseguem comprar um). Essa forma de centralidade de que tratamos remete à “multicentralidade”, conceito adotado pela geógrafa Sposito (2021, p. 75) que denota

[...] o aparecimento de subcentros e de eixos comerciais e de serviços especializados fora do centro tradicional [...] em áreas pericentrais, antes estritamente residenciais [...] ainda que o centro principal continue a exercer a centralidade que estrutura e expressa o conjunto da cidade.

De acordo com Pollyana Poletto (2016, p. 26-27), isso tem a ver diretamente com nosso objeto de estudo: além dos subcentros pericentrais direcionados às classes trabalhadoras de menor poder aquisitivo,

[...] há outras áreas que também propiciam a ocorrência de centralidades, embora surjam com outro intuito. É o caso dos grandes empreendimentos como hipermercados e lojas de departamento, que são planejados para estimular o consumo dos segmentos com maior poder aquisitivo.

FIGURA 4. Mapa: evolução do perímetro urbano de Pato Branco (PR)



Fonte: Kunen (2018, p.128).

Sobre esse tema, Sposito (2021) sugere o termo “policentralidade”⁴, uma dinâmica mais recente, de grandes terrenos comerciais e de serviços que redefinem a estrutura espacial da cidade. Ela cita exemplos que verificamos ocorrer por aqui: *shopping centers*, hipermercados e lojas de departamento. Para a autora, o que diferencia a multicentralidade da policentralidade é que esta última

[...] exerce atração sobre todo o conjunto da cidade (o que um subcentro ou uma galeria não o exercem, por exemplo), bem como, muitas vezes, polarizam moradores de outras cidades que estão próximas [...]. Uma centralidade que não é hierarquicamente inferior [...] mas sim, que compete com o centro principal (Sposito, 2021, p. 75).

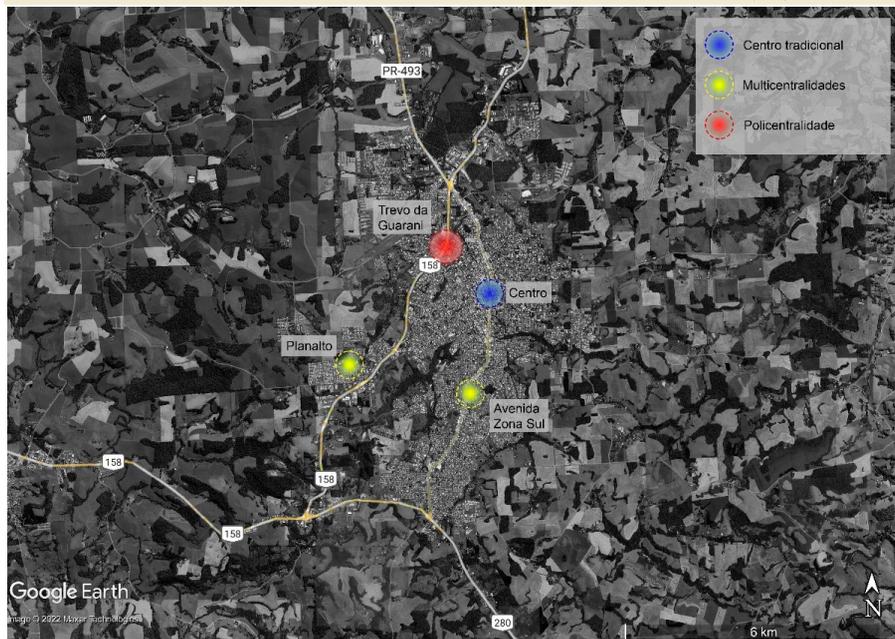
Poletto identificou dois subcentros (multicentralidade) em Pato Branco: um deles localizado na avenida Tupi, Zona Sul; e o outro, no bairro Planalto. A primeira alteração observada por Poletto ocorreu na década de 1960, quando algumas empresas começaram a se instalar subindo a avenida Tupi, direção Sul, nas proximidades do bairro Morumbi (antigo Chaparral). Ela entrevistou empresários locais e observou que a instalação das empresas ali foi espontânea: madeireiro, derivados de cimento e industrialização de farinha, ramos que não interferiam diretamente na comercialização dos produtos pela distância do centro tradicional (cerca de quatro quilômetros). O motivo: terrenos a preços mais baixos, exatamente pela questão da localização. Naquela década, a infraestrutura ali era precária, a avenida não era calçada e não havia previsão de melhorias porque o cenário geopolítico e econômico apontava uma preocupação com o crescimento da cidade para a Zona Sul, pela proximidade com o município de Vitorino: “eles temiam que, com o crescimento da cidade nessa direção, as empresas adentrassem no território vizinho, causando uma migração financeira e de impostos das empresas pato-branquenses”. Tal posicionamento sofreu alteração com a gestão de Roberto Zamberlan⁵ (1977-1983),

4 Para diferenciar do prefixo *multi*, de origem latina, tomado no sentido de muitos, de *poli*, de origem grega, no sentido de diversos ou diferentes entre si (Sposito, 2021, p. 75-76).

5 Esse prefeito foi o responsável pela retirada das mais de 30 famílias da ocupação das marginais da BR-158 na década de 1980, tema que trataremos nos próximos capítulos.

que promoveu o asfaltamento da avenida, estimulando a população de classe média baixa a se instalar nas imediações, “devido ao valor acessível dos lotes, o que gerou novos aglomerados e posteriormente bairros [...] possibilitaram a formação de um subcentro”. Poletto (2016, p. 34-36) ainda dá conta de registrar que muitos funcionários desses estabelecimentos “residem nas imediações do subcentro e que buscam satisfazer suas necessidades na mesma área, evitando o deslocamento para o centro principal”.

Outro subcentro identificado por Poletto é o do bairro Planalto, que também apresenta variegada quantidade de comércio e serviços. Mas essa não era a realidade do bairro quando foi criado, em 1982. A oferta de transporte coletivo e de comércio e serviços que era mínima começou a mudar em 1996. Segundo a geógrafa, que entrevistou comerciantes locais, esses empreendimentos em bairros populares progridem de forma lenta e gradual, conquistando a clientela que continua consumindo em grande escala nos estabelecimentos do centro tradicional (Poletto, 2016, p. 41). Provavelmente isso se dá pela variedade de produtos e preços mais baixos, além da facilidade de transporte individual.

FIGURA 5. MAPA: Centralidades urbanas em Pato Branco (PR)

Fonte: elaborado para o autor por Brenda Caroline Southier (2022).

A principal diferença identificada pela pesquisadora entre os dois subcentros (multicentralidade) é a de que, na avenida Tupi, “as empresas de maior porte são identificadas com facilidade, tornando essa área mais dinâmica; já o subcentro do bairro Planalto é apenas atrativo para os moradores das proximidades” (Poletto, 2016, p. 42). Outra alteração na estrutura urbana de Pato Branco identificada por Poletto (2016) diz respeito ao que Sposito (2021) chama de “policentralidade”, processo de produção descentralizada do espaço urbano que “não resulta da história de uma cidade [...] mas que a redefine como resultado de ações pensadas por um pequeno grupo de interessados” capitalistas. O resultado para a cidade é a geração de segmentação e seletividade socioespacial, intencionalmente “produzidas para atender certos estratos sociais” da sociedade afluyente. Ou seja, esses grandes empreendimentos responsáveis pela implantação de novas superfícies comerciais e de serviços “não procuram a cidade, mas esperam e realizam ações para que a cidade e os cidadãos as procurem” (Sposito, 2021, p. 76).

Logicamente, “a população que consegue consumir nessas áreas possui uma mobilidade facilitada por meio de seus veículos particulares” e estimulada pelo poder público, através de “incentivos à constituição de centralidades com características da policentralidade, as quais beneficiam os grandes empresários, com a instalação de empreendimentos significativos, direcionados apenas aos segmentos sociais que possuem maior poder aquisitivo” como “salão de beleza, *petshop*, farmácia, correspondente bancário”, mudando “a vida da população que reside e possui comércio nos arredores” (Poletto, 2016, p. 28-29, 43). Esses empreendimentos não resultam da iniciativa de pequenos comerciantes no decorrer de um longo tempo, até dezenas de anos. Ao contrário: são planejados e executados com grandes somas de capital, em prazo relativamente curto, em áreas cujos valores dos terrenos apresentam um preço por metro quadrado mais baixo (mas que tende a aumentar em vista da instalação desses empreendimentos).

FIGURA 6. Fotografia: vista aérea de Pato Branco (PR)



Fonte: Santos (2021).

CAPÍTULO 3

MEMÓRIAS DA FAVELA DO “CABO DITO”

Cuida, este capítulo, de construir a história da favela do Cabo Dito, tendo como fonte documental principal depoimentos de ex-moradores da favela, de agentes públicos e sindicalistas. Essa história se mistura com a história de vida de muitas pessoas. Para falar da favela, foi necessário discorrer sobre a trajetória de vida do policial militar Benedito Ramos de Andrade, de suas esposas e de seus filhos.

3.1 CABO DITO E DONA LURDES

Como um terreno particular, num dos bairros mais antigos da cidade de Pato Branco, tornou-se a primeira favela do município? Ninguém melhor que os próprios sem-teto¹ para discorrer sobre toda essa história. Por isso, ao longo de meses, coletamos depoimentos orais com ex-moradores do lugar. Alguns mais jovens, outros de idade mais avançada, todos trabalhadores e trabalhadoras sem-teto,

1 Sem-teto são todos aqueles que não têm casa, “[...] encontrando-se em situação de moradia de favor, barracos totalmente precários ou pagando aluguel que – pela baixa renda familiar – inviabiliza a sobrevivência. [...] Por isso, reduzir os sem-teto somente àqueles que estão em situação de rua é um grande erro. E não só um erro: é criar um mito de que os sem-teto são uma exceção, um caso isolado e, desta maneira, deixar de reconhecer a gravidade do problema de moradia. [...] São aqueles trabalhadores a quem o capitalismo atacou de modo brutal, com suas armas mais afiadas: desemprego, baixos salários, trabalho informal, superexploração” (Boulos, 2012, p. 50-51).

que tinham em comum a vida sofrida e a necessidade de um teto “para chamar de seu”. Trata-se de famílias que precisaram de muita coragem para sobreviver num local tão insalubre. Muitos dos sujeitos entrevistados residiram ali por anos; alguns, por três décadas. E suas histórias se confundem com a história do próprio Cabo Dito.

Começaremos a delinear esta narrativa trazendo à tona a história de Benedito Ramos de Andrade, popularmente conhecido como “Cabo Dito”². Ele era policial militar do estado do Paraná, tendo prestado serviços à corporação por 28 anos. Nasceu em Rio Negro, sudeste paranaense, em 15 de setembro de 1931, filho de Manoel Lourenço de Andrade e Ilisia Maria da Trindade. Ingressou na Polícia Militar do estado do Paraná em 8 de outubro de 1955, servindo no 3º Batalhão de Polícia Militar/Comando de Policiamento do Interior em Pato Branco. Foi promovido a cabo em dezembro de 1958, e essa alcunha assumiu como parte do apelido (Polícia Militar, 2021).

Nos relatos de Ivone Ramos de Andrade (2021), filha de Cabo Dito, seu pai era um sujeito “moreno e magro... aquele negão, assim, magro”. Era caboclo, pois a mãe de Benedito, Ilisia, era “índia, índia legítima, ‘bicho do mato’ criada em casa”, pontua Ozenil Ramos de Andrade Vieira (2021), outra filha de Cabo Dito. Ivone Ramos de Andrade (2021) fornece outras lembranças de sua avó: “[...] aqueles índios, aquele bugre, assim, que vive no mato e não podem ver gente. Não é civilizado, vê você lá e corre [...]”, de pele morena e cabelo bem liso. Ozenil (Vieira, 2021) comenta que a avó teria sido “caçada no mato com o cachorro e domesticada” por seu avô, Manoel. Sobre o avô Manoel, Ozenil (Vieira, 2021) lembra que ele era “muito ruim” e racionava alimentos para a família; que foi “assassinado a machado e enxadada” em Mangueirinha e “ninguém foi no velório dele” (Andrade, I., 2021). Com a morte do pai de Benedito, Ozenil (Vieira, 2021) comenta que ele teria migrado para Marmeleiro e, para sobreviver, continuou a exercer a mesma atividade que em Mangueirinha, furar poços e fossas:

2 Eu o conheci em 2014, quando de minha pesquisa para um manuscrito da graduação. Ele se mostrou melindroso e se mantinha sempre em grande reserva, pouco revelando do seu passado, afora uma versão em miniatura de sua biografia, que não ultrapassou os 15 minutos de entrevista. Talvez por desconfiar das boas intenções da pesquisa, não pude ter um contato mais próximo, o que em certo sentido foi frustrante. No ano seguinte, ele viria a falecer. A atual pensionista sua foi procurada em outubro de 2021, mas se recusou a atender.

[...] ele cavava buraco, fazia fossa. E aí ele começou a entender que os militares tinham uma vida boa; que os militares não pegavam no pesado e não passavam frio; que não ficavam com água até o meio do joelho cavando fossa lá igual ele estava, aí ele colocou na cabeça dele que ele ia ser militar.

Segundo Ozenil, naquele tempo, para entrar para a Polícia, não era necessário fazer concurso público, lembrando como o Benedito contava a história para os familiares e amigos:

Naquele tempo lá, não tinha esse negócio de inscrição... ir lá fazer a prova e passou, passou, não passou já era. Ele não sabia ler e não sabia escrever porque não estudou, né? Aí ele pegou e falou: "Mas eu vou tentar". Aí ele, com o pouquinho que ele aprendeu na primeira série, ele colocou em prática: pegou a ficha... olhou tava escrito lá "nome". Ele falou: "Nome... nome... Nome deve ser o meu, né?". Pegou e escreveu o nome dele. Aí estava escrito filiação. Aí ele perguntou *pro* rapaz do lado: "Que que é filiação?". Aí ele falou assim: "O nome do seu pai e da sua mãe". Aí ele escreveu lá o nome do pai dele e o nome da mãe dele. Aí ele escreveu naturalidade. "E esse outro aqui?". Ele falou: "Você é natural de onde?". Ele falou: "Rio Negro". Aí escreveu lá: Rio Negro, Curitiba. [...] aí ele colocou eh estado civil [...] aí ele falou: "Caramba a professora ensinou que no Brasil tem vinte e um estados eu nunca ouvi falar nesse estado civil, e agora?". [...] Aí ele falou assim: "Estado civil, aonde que fica?". Aí ele falou assim: "você é casado ou é solteiro?" [...] "Sou casado". "Mas não pode pôr casado tem que pôr solteiro senão você não vai ser admitido". Aí ele pegou colocou solteiro [...] aí conseguiu [...] pelo preenchimento dessa ficha ele conseguiu entrar como soldado (Vieira, 2021).

Nas memórias de outro filho do Cabo Dito, Osires Ramos de Andrade (2021), entre 1966 e 1968, Benedito teria residido em Pato Branco, Marmeleiro, Mangueirinha, Mariópolis; e retornou a Pato Branco em 1969, onde permaneceu até seu falecimento, em 26 de fevereiro de 2015, com 83 anos de idade (Polícia Militar, 2021). Osires lembra que seu pai, como policial militar, "levantava seis horas da manhã. Nós levantávamos antes dele, fazíamos o café da manhã pra ele. Ele

levantava, tomava o café e ia *pro* serviço" (Andrade, O., 2021). Nas lembranças de Ozenil, foi em Pato Branco que Benedito conheceu Maria Pereira (mãe de Ozenil),

conheceu a família da minha mãe [Maria Pereira] que ela já tinha aqueles terreno ali. Ele pegou minha mãe e levou pra Pato Branco e [...] construiu a casa principal; que ele colocou a mãe dele pra morar na casa principal e levou minha mãe pra lá só que minha mãe não se entendia com a minha vó [...] no caso com a mãe dele [...] E aí, como tinha a minha vó Emília a mãe dela. Ela [...] o tio Bastião o tio Adão o tio Adriano a Eva... tinha tudo ali por perto. [...] foi onde o Osires nasceu [...] aí ela teve eu em Marmeleiro; que ela me levou novinha pra Pato Branco e eu acho que o Oclides nasceu em Pato Branco (Vieira, 2021).

Maria Emília Pereira de Oliveira foi a primeira sogra de Benedito, nascida em 1912, lembra Osires. Pela matrícula 2.663, do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Pato Branco, verificamos que o marido de Maria Emília era Juvenal Pereira de Araújo, e que adquiriu via compra da Prefeitura, em 20 de setembro de 1960, a chácara n. 4, da secção n. 1, com área de 1,62 alqueires paulistas (39.204 m²). Na mesma matrícula, consta a averbação de venda do casal para sua filha, Maria Pereira, de uma área de 2.440,00 m², em 18 de fevereiro de 1966, conforme registro n. 10.802. Destacada desta, por sua vez, foi doada área de 1.657,50 m² no perímetro suburbano, averbada aos 8 de novembro de 1968 aos filhos (menores impúberes) Osires Ramos de Andrade, Ozenil Ramos de Andrade e Oclides Ramos de Andrade, que teve com Benedito. Todo esse cipoal de registros é passível de confirmação nos depoimentos orais dos entrevistados. É nesse terreno de 1.657,50 m² que nasceu a favela do Cabo Dito.

A chácara n. 4 foi fracionada no decorrer da construção do espaço periurbano da cidade, mediante contratos (Balbinotti, 2021; Bocalon, 2021; Ferreira, 2021), muitos de gaveta, a troco de bens móveis, utensílios domésticos e até aguardente, sinalizou Ozenil. Mas uma parte do bairro ficou com Dona Emília (Rua Natália Vicente Pereira para Norte) e parte com Juvenal (mesma rua para o Sul) (Balbinotti, 2021; Boschi, 2021). Jucelino Boschi (2021) e Flavio Krassota (2021), ex-presidentes da Associação de Moradores do Bairro Vila Esperança,

detalham que a Associação de Moradores teve papel decisivo, fundamental na regularização daquela área:

Depois, com os anos, na época era comprado terreno aqui com contrato, eu comprei com contrato... todo mundo comprava nisso aí. Os dono venderam isso aqui tudo na base do contrato... depois entraram na justiça por despejo aqui. Os donos antigos eles venderam tudo isso aqui, era uma chácara, dividiram tudo e venderam, no decorrer dos anos foi valorizado isso aqui... e eles quiseram de volta porque era chácara e ninguém escriturou. E do lado de lá ainda tem gente que não tem documento, dessa rua pra cá era da Dona Emília, diz que morava em Campo Erê. Eu comprei de terceiros: depois de um ano aqui surgiu essa oportunidade. Na época eu comprei de um Senhor Ruzza... ali me fez uma proposta boa, dei uma entrada e o restante parcelamos. E era na conversa não tinha documento nenhum, fazia recibo pagava e pronto... porque começou a valorizar muito... a partir de 1995... a prefeitura legalizou isso... no tempo do Padoan. Acho que tem ainda umas quatro famílias que ainda não têm documento (Boschi, 2021).

A legalidade do bairro Vila Esperança do meu lado ali foi feito em 92/93, a legalidade a outra parte [onde fica o Cabo Dito] 2003³, não era legal: cada um chegava sentava ali se apropriava. Minha avó comprou o terreno de alguém não tinha escritura tinha um contratinho, depois com a criação da associação de bairro foi trabalhando com o tempo foi escriturando (Krassota, 2021).

Maria Emília Pereira de Oliveira e Juvenal Pereira de Araújo foram os primeiros moradores do bairro que, inicialmente, era denominado de Picomã. Étimo do Tupi, *picumã*, significa "fuligem". A explicação desse nome: "porque todo mundo tinha fogão a lenha e quando era seis horas da tarde se via a fumaça do Centro", recorda Dalvecy Alves (2021), mais conhecida como Dona "Tica". Às memórias de Dalvecy, somam-se as lembranças de Ivone Ramos de Andrade (2021), filha do Cabo Dito:

3 "Por motivo do Loteamento da Vila Esperança de nossa cidade, [...] ação reivindicatória de domínio, autos que tramitam por esse juízo sob o nº 704/82, onde figura como autor Francisco Xavier de Oliveira" (Autos n. 377/1987, p. 3-4).

Todo mundo que ia fazer janta, era no fogão a lenha, né? Aí, o Picomã pegava fogo! [risos]. Pensa em todos aqueles barraquinhos ali fazendo fogo numa vez só e mantendo o fogão a lenha, né. Nós, lá em casa, também fazia fogo. Fumaceira! No outro dia já levantava com o nariz tudo cheio de fuligem e fumaça, os cabelo, as coisas em cima [risos]. Essas horas, assim, era só fumaça [risos]. Fumaceira. Me alembra muito, era que nem aqueles trem da Maria Fumaça! [risos].

Para Maria Inês Balbinotti (2021), o que teria ajudado a difundir e imprimir o nome do lugar foi um “[...] salão que o bairro tinha um fogão a lenha. As pessoas iam dançar e caia fuligem na cabeça delas. Daí o nome Picomã”. Ozenil, filha do Cabo Dito, lembrou que sua avó, Maria Emília, “[...] era dona de toda aquela área do Vila Esperança; que ela fez aquele salãozinho de baile lá e que apelidaram o bairro lá de Picomã, antes de ser Cabo Dito. Picomã por causa do salãozinho dela, né? Do picumã que tinha no teto do salãozinho dela” (Vieira, 2021). Quando as pessoas dançavam, tremiam o chão e a estrutura do salão, desprendendo a fuligem de picumã presa nos vigamentos e nas telhas. Mais tarde, já em 1990, o bairro Picomã passou a ser chamado de “pátio do Cabo Dito”⁴, informam Adão Alves de Oliveira (2021) e Antonio Res Vidal da Silva (2021).

Calvo Luiz Sutile (2021), editor do periódico de amenidades “Scala Bar”, fundado em maio de 1985, de figurino popular, marxista e conhecedor das memórias do cotidiano pato-branquense, afirma que a primeira favela da cidade foi a do Cabo Dito, surgida entre 1968 e 1972. Dona “Tica”, moradora de longa data no entorno do Cabo Dito, rememorou de outros detalhes importantes sobre a favela do Cabo Dito:

Na verdade, o Cabo Dito e o bairro era uma coisa só. Cabo Dito, Picomã e Vila Esperança eram uma coisa só. Só era separado por nomes, mas é o que você vê aqui: esse quadradão aqui. O Vila e o Cabo Dito era uma coisa só. Separado por nomes por causa de família, mas era um bairro só. O Picomã é a Vila Esperança toda (Alves, 2021).

⁴ “Procedi a verificação junto ao Pátio do Cabo Dito Bairro Vila Esperança” (Autos n. 377/1987, p. 84). “Localidade denominada pateo do Cabo Dito” (ibidem, p. 90).

Para quem vivia às margens da urbanidade, tais informações eram senso comum, mas não eram percebidas por aqueles que viviam na parte central da cidade e que, à distância e por meio da fumaça que saía das chaminés das casas ao final da tarde, não imaginavam o emaranhado de acordos, contratos e negócios tecidos entre os moradores. É por isso que afirmamos que a história da favela do Cabo Dito é, também, a história dos trabalhadores, homens, mulheres e crianças sem-teto.

Benedito não possuía terras em Pato Branco. Ao se amasiar com Maria Pereira e ter filhos (que acabaram recebendo alguma área de terras de “herança” dos avós maternos, bem como as terras que ficaram em nome de Maria Pereira), viu a oportunidade de explorar as terras após o falecimento do filho Oclides, das quais Cabo Dito foi nominado como coproprietário. Segundo Ozenil (Vieira, 2021), Benedito e Maria Pereira conviveram por cerca de cinco anos e, após a morte do filho Oclides e de Ilisia (mãe de Benedito), teria ocorrido a separação do casal. Em 1976, Maria Pereira e os filhos migraram para São Paulo, lembra Osires Ramos de Andrade (2021) “no intuito de ver um ‘amigo diferente’ e ‘ter coisas diferentes’, ela escolheu São Paulo, porque em São Paulo já estava Augusto, Sebastião, Adão, Adriano, filhos da Dona Emília”. A separação de Benedito e Maria Pereira envolveu um processo judicial em torno das terras e dos filhos, comentou Ozenil:

meu pai falava que minha mãe não queria dar terreno pra nós. A minha mãe queria que o pai criasse nós e não queria dar. Ela lutou. Quando ela viu que ele ia ficar com tudo, ela chamou ele na Justiça pra pegar a nossa guarda. Ela perdeu, por causa de traição, essas coisas... Ela perdeu e aí ela falou: ‘Não vou passar o terreno, você pode ficar com as criança, mas eu não vou dar o terreno pras criança’. [...] Aí meu pai falou né, história dele, que ele pegou ela e levou lá pra ponte do Rio Chopim e amarrou uma corda no pescoço dela e uma pedra na outra ponta: ‘Você vai assinar essa escritura aqui. Ou você assina ou eu vou te jogar dentro da água; com essa pedra aqui você não vai conseguir subir. Tu vai morrer afogada aí dentro’. [...] Aí, ela diz que assinou. Eu não acredito que ele tenha comprado e tenha pagado. A história que eu sempre ouvi foi que minha vó passou pra minha mãe e minha mãe passou pra nós, sendo ameaçada (Vieira, 2021).

Algum tempo depois, Benedito amasiou-se com Maria Rodrigues, com quem teve Ozilmos Ramos de Andrade ("Toco", nascido em 23 de fevereiro de 1968), Ivone Ramos de Andrade (nascida em 27 de junho 1970) e Luiz Carlos Ramos de Andrade (o "Iáia", nascido em 15 de setembro 1971), detalham Ivone Ramos de Andrade (2021), Ozenil Ramos de Andrade Vieira (2021), Osires Ramos de Andrade (2021) e Lucimar Vidal da Silva (2021). Pela data de nascimento do primeiro filho de Benedito com Maria Rodrigues, suspeitamos que Benedito já mantinha relacionamento com Maria Rodrigues estando ainda amasiado com Maria Pereira. Segundo Ozenil, filha de Benedito, ele permaneceu amasiado com Maria Rodrigues até março de 1972, tendo-o deixado com os filhos; "que o caçula Luiz Carlos tinha seis meses de idade e seu irmão, 'Toco' tinha cerca de três anos. Idade suficiente para engancha na perna dela pedindo para ela não ir embora"; que ela deu um pontapé no Toco, que "caiu com a bunda num banhado e ela foi embora acompanhada de outro homem. O 'Toco' ficou chorando com a bunda lá no banhado e essa daqui, a Ivone, ficou na porta da casa olhando a mãe ir embora" (Vieira, 2021).

Ozenil comenta ainda que, após a saída de Maria Rodrigues, na casa restaram, além de Benedito, os filhos Araci, Ozélia, Osires e Ozenil (de seu relacionamento com Maria Pereira); além de "Toco", Ivone e "Iáia", filhos que teve com Maria Rodrigues. Na mesma casa, ainda viviam alguns parentes: Dilair, Veneza, Osair, Adelmo, irmãos de Maria Rodrigues; Adair e Rubens, filhos de Eliseu. "Morava todo mundo numa casa só", recorda Ozenil Ramos de Andrade Vieira (2021). "Uma casona. Ele com a família", lembra Gema Dambros Gaio (2021). Para Miguel Vidal da Silva (2021), a casa de Benedito "[...] devia dar uns cento e trinta metros. Tinha vários cômodos, pois eles tinham vários filhos".

Com base nos Autos n. 377/1987 da Vara Cível de Pato Branco, em maio de 1972, Benedito já estava amasiado com Lurdes Volta, mulher esta que compreendemos ser personagem central na trama da favela do Cabo Dito e que viveu com Benedito por 15 anos. Eis algumas notas inseridas no processo sobre Lurdes Volta:

A vida concubinária foi constituída de trabalhos domésticos, leito, mesa, habitação, vida social à vista de todos como marido e mulher, viagens juntos, em fim na mais completa união de interesses comuns e morais, com ampla assistência mútua e material pela comunhão de trabalho. Deste consórcio não tiveram filho, porém a requerente criou oito (8) filhos do suplicado que, naquela época, o mais novo tinha seis meses e o mais velho 12 anos, onde foi dedicado todo o carinho e afeto às crianças (Poder [...], 1987, p. 4).

FIGURA 7. Fotografia: Cabo Dito e Dona Lurdes tomando chimarrão



Fonte: acervo pessoal de Ozenil Ramos Andrade Vieira, filha do Cabo Dito, cedida ao pesquisador quando da realização do depoimento oral, na cidade de Franco da Rocha, SP (2021).

Através das memórias de Ozenil, sabe-se que Benedito teria conhecido Lurdes num bolão, próximo do Mercado Macro; que Abel e Adelaide, amigos de Benedito, foram os alcoviteiros: “[...] arrumaram o pai pra ela. Intermediaram a situação” (Vieira, 2021). Ivone Ramos de Andrade (2021) nos fornece mais detalhes:

O pai não parava em casa, pois viajava direto com a polícia. Ele dava graça de ter alguém pra ficar com nós, porque nós eramos tudo pequenininho... três na mamadeira. Quando achou ela... ela foi arranjada pelo seu Abel [...] o velho foi quem arrumou a mãe *pro* pai. O pai era muito amigo desse velho. O pai foi lá, conheceu a mãe na casa dele.

Lurdes tinha uma filha, a Nadir, que migrou para a casa de Benedito, ampliando ainda mais o número de moradores na casa. Ozenil (Vieira, 2021) lembra que “ficou aquele bolo de gente numa casa só” e, com o tempo, os parentes de Benedito “foram saindo, permanecendo o casal e seus filhos”. Sobre essa saída da parentela, alguns fatos curiosos são narrados por Ozenil:

Meu pai fez a Dila comer uma barra de sabão. Ela estragava muito sabão... ela esquecia na água, estragava. Um dia o meu pai pegou um jornal e fingiu que estava lendo o jornal e olhava ela lavando a louça na bacia. Ela deixava o sabão dentro da água. Ele esperou o sabão derreter, pegou o sabão e fez ela comer o sabão. Ela passou muito mal. Ela foi embora. [...] A Veneza estava passeando no carreirinho. Veio uma cobra cruzeiro e a mordeu. A Veneza se curou e também foi embora. Aí ficou o Adair. Meu pai pegou uns menino roubando bicicleta fora do pátio... Ele pegou aqueles meninos e levou para o mato. Amarrou os menino com os pés pra cima, de ponta cabeça, para os meninos contar onde estava o produto do roubo. Na base do cacete contaram. Ele foi lá, pegou as bicicletas e levou lá pra nós. Não devolveu *pro* dono. Levou uns galão de tinta pra gente mudar a cor da bicicleta. Aí, cada um tinha a sua bicicleta. Quando foi um dia, ele pegou uns menino que tinham roubado umas máquina de escrever do Correio e pegou os menino que tinham roubado levou *pro* meio do mato e pendurou eles de cabeça pra baixo, pegando um tição de brasa e queimou a sola dos dos pés dos moleque, para não correr. O Adair estava junto. Quando ele viu aquilo, ele pegou e falou: Não! Vou embora. Foi embora e nunca mais ninguém soube dele. Depois disso, cada um foi pegando seu rumo, foi indo embora. A Zélia casou e se foi. Quando a “véia Lurdes” foi morar com meu pai, ela começou construir aquelas casinha de aluguel (Vieira, 2021).

Lurdes Volta viveu com Benedito entre 1972 e 1987. Foi nesse período que a favela do Cabo Dito se estruturou e consolidou-se uma configuração social distinta daquela que se seguiria após a mudança de Benedito para o bairro Planalto. Geni Maria de Almeida Marques (2021) lembra que Lurdes “[...] mandava em tudo lá dentro. Era ela que

cuidava de tudo lá". A afirmação de Geni é ratificada pelo depoimento de Osires Andrade (2021), filho de Benedito: "Meu pai nunca bateu um martelo. Quem que fazia era a Lurdes"; e destaca Miguel Vidal da Silva (2021): "uma gringona, de um metro e oitenta, forte, virava e mexia ela plantava a mão no ouvido das mulheradas". "A mãe era bicho do diabo", rememora Ivone Ramos de Andrade (filha de Maria Rodrigues com Benedito), "quando a Lurdes veio, a gente chamava de mãe. Era de guardar dinheiro, de economizar, de construir. O pai tinha uma casinha quando ela veio morar lá, só nossa. Ela rodeou o pátio inteiro" (Andrade, I., 2021).

Essa informação é preciosa para nossa pesquisa. Lurdes, nos depoimentos orais coletados, é considerada a responsável pela construção dos barracos para aluguel no entorno da casa de Benedito como uma tática para obter algum dinheiro. A arquiteta e urbanista Raquel Rolnik, que estuda aglomerados urbanos, destaca que a ampliação dos imóveis para locação informal nas favelas é generalizado (2019, p. 191), principalmente para abrigar filhos(as) que constituem novo núcleo familiar, como foi o caso de Ivone, Ozenil e Daniel, ou mesmo para alugar a terceiros complementando a renda – como inquilinos, o casal Darci e Adriana (e seu irmão Marcelo), da Cleusa, da família da Alexssandra, das irmãs Vera, Iliandra e Loreci, dos irmãos Antonio, Miguel e Lucimar, do Adão e da "Tica", Geni (que morou por mais de 30 anos no Cabo Dito!) e Jociane. Outra pesquisadora das favelas, Janice E. Perlman, na monumental obra *O Mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*, também pontua que a prática da exploração é comum (Perlman, 1977, p. 81).

Lucimar Vidal da Silva (2021), ex-moradora do Cabo Dito, ao ser questionada sobre quem construía as casinhas para alugar, disse que era "[...] a mulher dele que eu lembro, a Dona Lurdes; que é mãe da Nadir e avó da Lucinei. Ela trabalhava que nem um homem. Meu Deus! Era ela para arrumar uma cobertura, para arrumar uma porta, pôr uma porta. Tudo era ela". "O pai, era um milagre quando a gente via ele em casa", informa Ivone Ramos de Andrade (2021), que continua: "ele demorava pra voltar pra casa, pois ele era escalado para ir a São Jorge, São João...". "Meu pai só pagava um carpinteiro quando era pra

fazer a estrutura, levantar a casa e colocar o ripamento do telhado. Aí ele contratava uma pessoa mais capacitada. Mas, o resto era tudo a 'véia Lurdes' que fazia", lembra Ozenil Vieira (2021).

Maria Inês Balbinotti (2021), que cresceu no bairro e trabalhou como técnica de enfermagem no posto de saúde local (e depois como assistente social na época da desapropriação), relata que "[...] foi a Dona Lurdes que começou essa coisa de aluguel. Acho que Dona Lurdes foi a terceira mulher dele. Ela mandava lá. Era a 'chefona'. Ela não trabalhava fora, era a renda dela. Era uma mulherzona alta, forte, risonha, de uma presença forte". Ivone (Andrade, 2021) elenca outro traço da personalidade de Lurdes: "A mãe era sempre a 'fogueteira' lá. A mãe fazia baile no pátio, na frente da nossa casa. A mãe era bem extrovertida, hospitaleira. Ela era muito ruim pra nós, mas para os outros não". Em diversos depoimentos orais, a menção a Lurdes como "gente boa", "abençoada" e "querida" é frequente.

E como teve início a favela do Cabo Dito pelas mãos de Lurdes? Ozenil nos fornece relatos preciosos:

Meu pai comprava madeira de casas reformadas. A pessoa desmanchava a casa, vendia o terreno. Ele comprava a madeira usada. Quando a Dona Lurdes foi morar com meu pai, ele tinha uma casinha só. Era uma meia água a casa dele. Quando começou os aluguéis, foi a Dona Lurdes que meteu e puxou o bonde. A ideia foi dela e ela começou a alugar. Inicialmente, ela alugou aquela casinha pra uma mulher chamada Lurdinha e, depois, quando ela viu que recebia o aluguel, o meu pai combinou com ela: "Eu não te dou nada em dinheiro, mas o dinheiro do aluguel você pega pra você". Ele liberou o dinheiro do aluguel da casinha pra ela. Deu o dinheiro dos aluguéis pra ela. Quando o pai liberou o aluguel da casinha pra ela, ela se interessou em construir mais, mais e mais. Só que meu pai tirou o direito dela, né? [risos]. Percebeu que estava dando lucro e tirou o direito dela, mas depois de uns cinco anos. Depois que expandiu, ele gerenciava o dinheiro e não dava satisfação pra ninguém: "Manda quem pode; obedece quem tem juízo. A última palavra é a minha" (Vieira, 2021).

Benedito e Lurdes, pelas narrativas que coletamos, mantinham a ordem no lugar. Lucimar Vidal da Silva (2021) lembra que, quando dava alguma briga, a Lurdes “[...] passava a mão no facão. Com o aluguel, ela já tinha um jeito de cobrar: atrasava aluguel... ela saía lá fora começava a cantar (eu lembro até hoje): ‘Ei você aí? Me dá o **denhêro** aí? Não vai dar não? Você vai **vê** uma grande confusão’”. Cleusa Fátima Dutra (2021) refere em seu depoimento que Lurdes era uma espécie de “[...] proprietária daquele lugar. Era bem vista. Era a mãe do povo que morava ali. Se faltava algum arroz, alguma comida, iam lá. Ela arrumava. Abençoada ela foi. O capricho dela gente não tinha explicação”.

Nos depoimentos coletados, havia um certo consenso sobre a popularidade de Lurdes, mas o mesmo não se repetia com Benedito, pelo fato de ter imposto uma série de regramentos para morar nas habitações edificadas no entorno da residência deles; ele era muito sistemático, exigia respeito e honestidade. “Não queria saber de fuzarca, bebedeira, fiasco e tal”, lembra Tereza de Fátima Ribeiro (2021). Osires Andrade (2021) pontua que ele gostava de tudo “organizadinho. Hoje tem síndico. Naquela época, ele era o síndico do bairro. Quando havia algum conflito, “chamava atenção, conversava, no diálogo”. Ozenil (Vieira, 2021), por sua vez, rememora dois acontecimentos em que Benedito partiu para a violência:

Tinha uma tal de Zenaide, que gostava demais dele. Tudo pra ela era o Cabo Dito: “Cabo Dito, Cabo Dito, Cabo Dito!”. Eu acho que meu pai abusou um pouco da idolatria dela por ele. Um dia ele bateu nela. Ele bateu nela e, ela meteu um processo em cima dele. Teve outra história com uma tal de Ivone, branquinha, galeguinha. Todo culto que faziam naquele pátio aquela mulher “endemoniada” desmaiava. Caía. Se rolava no chão e gritava. Aquele demônio dela não saía de jeito nenhum. Ele ia lá, fazia oração, expulsava o demônio dela, porque ele era evangélico (ele bebia, mas era evangélico). Só que no outro culto, ela estava “endemoniada” de novo, e no outro de novo... Acho que o demônio começou a fazer visita meio constante. Um dia o meu pai se irritou. Pegou ela deu um “coro” nela. O demônio nunca mais apareceu [risos]. Essas duas pessoas arrumaram inimizade com ele.

Outra fama de Benedito, contam os depoentes, era de ser “mulherengo”, às vezes pela farda que vestia, às vezes pela figura carismática, pitoresca e respeitada. Cleusa Fátima Dutra (2021) lembra que o Cabo Dito “[...] era muito conversador. Gostava de bater papo”. Lucimar Vidal da Silva (2021) pontua que o Benedito “[...] gostava de tomar chimarrão; de chegar na casa da gente e ficar meio dia contando causos. Ele ficava o dia inteiro contando histórias e tomando chimarrão”. Miguel Vidal da Silva (2021) detalha que, além de ser “uma pessoa bacana”, Benedito “[...] respeitava todo mundo. Essa casinha que **cê** pagava, na época, vinte cruzeiros, se não tivesse os vinte, a gente dava dez pra ele, ia pagando o restante depois. Outros pagavam tudo na hora”. Terezinha Morosini Bocalon (2021) destaca que “[...] ninguém morou ali, de graça. Conheci um senhor bem de idade, que morava numa casa que dava dó. Pagava aluguel **pro** Cabo Dito”. “Além deles morarem na miséria, Cabo Dito era o dono do terreno. Cobrava um aluguelzinho daquelas pessoas miseráveis e que não tinham nem o que comer”, lembra Roberto Salvador Viganó (2021).

No entender de Roberto Ivan Rossatti (2021), ao construir os barraquinhos, Cabo Dito tornou-se proprietário de uma favela particular: “Travestiu-se de Governador, de Prefeito ou de Presidente da República. Construiu barracos de pau a pique com lâminas de compensados, restos de construção civil, ou cedia um pedacinho daquele terreno para que a pessoa viesse instalar um barraco, passando a cobrar aluguel que as pessoas naquela condição podiam pagar”. “Mesmo com as casas caindo”, pontua Adriana Muller do Amarante (2021), “ele ia lá para recolher o aluguel e nunca botou uma tábua para tentar remendar as casas; para melhorar para os inquilinos”. Terezinha Morosini Bocalon (2021) lembra que o uso da violência física por Cabo Dito contra os inquilinos não era prática comum, mas ocorreu diversas vezes: “Tinha uma coisa: se ele fosse cobrar aluguel e o inquilino não tivesse dinheiro, ele ia de foice. Um dia quase morri de medo. Achei que ele ia matar o cara. Ele foi de foice cobrar o cara. Ele não queria saber de onde saía o dinheiro. Se a pessoa não pagasse, tinha que sair dali”. Segundo ela, isso ocorria com frequência. “Os inquilinos eram desprezados, explorados” (Bocalon, 2021).

3.2 O PÁTIO DA FAVELA CABO DITO

Terezinha Morosini (2021), moradora vizinha ao Cabo Dito, explicou-nos como a favela tomou forma: “Quando eu vim morar ali já tinha as casinhas, mas as casinha era do Cabo Dito. Por exemplo: você tem uma casa. Eu tenho uma casa e eu tenho um lugar pra construir umas casinha. Eu construo e alugo”. Ivone Ramos de Andrade (2021), filha de Benedito, nos fornece mais detalhes da dinâmica adotada:

Tudo, ali no beco, cheio de casas. A casa era sorteada. Vamos supor que o cara lá queria aquelas quatro peça, abria-se aquela parede; aqui ficava os dois quarto e a cozinha grande. [...] Eram quatro casas assim, com quatro portas. Se eu queria essas duas porta aqui, então abria essa parede. Ficava uma casa grande, pra quem tinha como pagar. Aí se fazia uma casa com dois, quatro, seis, oito cômodos. Fazia aquele barracão e dividiam de cômodo em cômodo. Dois cômodo aqui, dois ali. Se dava um espaço, faziam mais um barracão com mais seis, oito peças. Entendeu? Se você alugasse dois cômodos e aguentasse pagar, ficava com os dois cômodos. Se você não tivesse condições de pagar os dois cômodos, devolvia um pra ele e ficava num só. [...] Cada um tinha a sua porta e só tinha uma janela. Nas casas da beirada, tinha uma janela na cozinha e uma janela no quarto; nas casas do meio, só tinham uma janela no quarto.

Benedito “não dava ponto sem nó”, afirma Ozenil Ramos Vieira (2021), pois extraía renda da terra urbana, na forma de aluguéis, incluindo da própria mãe, Dona Ilísia: “Eu falei: ‘Pai, o senhor cobra o aluguel da vó?’. Ele falou: ‘Cobro! Cobro, sim!’. Ela tem dois filho que são saudável, que trabalham. Por que ela não iria pagar?”.

Pelo que se pode perceber nas memórias referidas, a favela do Cabo Dito acolhia pessoas que estavam em condições de miséria, vivendo nas ruas de Pato Branco. Com isso, explicita-se a contradição – inerente ao capitalismo – entre os que detêm os meios de produção (e aqui seu equivalente que é a terra) e quem não tem nada a não ser sua força de trabalho para vender. A cidade e a favela são o palco desses conflitos de interesses que promovem certos padrões de ocupação do espaço e convívio, ao mesmo tempo que fazem surgir obstáculos para o humano.

A favela do Cabo Dito é, antes de tudo, um lugar, um nanoterritório⁵, na acepção de Rogério Haesbaert (2016); um lugar repleto de relações sociais. E, para que compreendamos a realidade concreta e entendamos a sua totalidade, é preciso que olhemos para a sua história. Pensar o passado é pensar no processo de lutas e conflitos que desembocaram na existência do lugar, em conexão com processos mais amplos, globais, reconhecendo “sob a inspiração principal de Henri Lefebvre [...] que o espaço é, ao mesmo tempo, um produto e um condicionador das relações sociais” (Souza, 2021, p. 235).

Antes de prosseguir, é necessária uma explicação sobre o uso do termo “favela”. Essa narrativa não se trata de uma apologia à pobreza, antes uma apologia daquele lugar concreto e uma vivência num lugar que foi e continua sendo estigmatizado por parte da população da cidade de Pato Branco. Mas não pretendo oferecer uma “visão edulcorada” da realidade da pobreza urbana. “Favela” é termo evocado pelos entrevistados, majoritariamente, quer fossem ex-moradores, vizinhos ou profissionais que atuaram no local, como narra Dona Tica (Dalvecy Alves, 2021): “A melhor casa era do Cabo Dito. Sempre foi a dele, porque ele era dono. O pessoal chamava de favela porque era um monte de casinha amontoado. [...] Você via todas as casinhas juntas, você olhava de cima, era uma grudada na outra. Era a favelinha. Conheciam como favela, pelo formato que ela era”.

Antes que um conceito, “favela” é uma noção, mas também um objeto de reflexão sistemática. Löic Wacquant (2005) orienta a distinguir “os conceitos folclóricos” dos “conceitos analíticos”. Disso, entendo que o termo “comunidade” era demasiadamente abrangente

5 Nanoterritório aqui é fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir de múltiplas “relações de poder, em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação), aquele ‘nível diminuto’ que remete, por excelência, à vida privada (residências unifamiliares), mas também podem dizer respeito a algo mais complexo, como ocupações de sem-teto e acampamentos de sem-terra em que os espaços privados e os de uso comum se acham articulados entre si de maneira distinta daquela que é típica das casas e mesmo dos edifícios residenciais da classe média. Bem amplamente, e indo finalmente além dos espaços residenciais — e, com isso, indo além da própria noção de ‘vizinhança’ —, podemos dizer que esse nível corresponde às interações de grupos pequenos [...] em espaços de dimensões reduzidas. Com efeito, a consideração desse nível escalar, menor que o bairro, mas que nem sempre se confunde com aquilo que se poderia chamar de vizinhança, é uma exigência do estudo sério e aprofundado de diversos processos e dinâmicas sócio-espaciais, tais como aqueles envolvendo protestos e movimentos sociais. [...] É, por excelência, a escala de observação dos detalhes da vida quotidiana. [...] Essa é a escala, por excelência, dos oprimidos e de suas táticas, com suas resistências quotidianas inscritas no espaço ou expressas espacialmente” (Souza, 2021, p. 78, 105, 158-159; Haesbaert, 2016, p. 79, 235).

e valorativo, não servindo como objeto de apropriação de um saber acadêmico por parecer demais com um eufemismo para o termo "favela"; este, sim, sinônimo de lutas da classe trabalhadora (Canella, 2019, p. 86-87; Wacquant, 2005, p. 10).

A favela, como não-lugar, é uma construção ideológica das classes dominantes (Valladares, 2005, p. 28-36). Nesta pesquisa, favela é um espaço **da e na** cidade. Os bolsões de moradia irregular fazem parte do cotidiano das cidades, inclusive das pequenas e médias do sudoeste paranaense. Descendo e subindo ladeiras, ou circundando córregos (como o Córrego Penso no Vila Esperança), as favelas fazem parte da paisagem citadina. Nas memórias dos depoentes, é explícito que a favela do Cabo Dito era constituída de habitações precárias, com famílias em situação de vulnerabilidade, em situação de extrema pobreza. Compreender e combater a precarização dos espaços de moradia é um ato de cidadania, além de conferir subsídios para melhor pressionar o Estado acerca da função precípua que lhe cabe constitucionalmente em relação à moradia. A cidade de Pato Branco, estrutura socialmente construída, é "um registro, uma escrita, materialização de sua própria história" (Rolnik, 1995, p. 9). Se essa cidade é uma criação histórica particular, não deve ser encarada como algo imutável, antes pode ser radicalmente transformada.

A favela é lugar dos pobres? Morar na favela significava estar excluído e, ao mesmo tempo, ser culpabilizado pelas mazelas que assolam a cidade, a urbanidade. Essa compreensão foi cunhada para que os favelados se contentassem com o seu lugar na sociedade através dos olhos da elite ou até mesmo da classe média. É necessário rechaçar esse pensamento, desconstruir esse estereótipo. Mas sabemos que, no Brasil, as pessoas não nascem com oportunidades iguais; que existe uma desigualdade de berço, um desequilíbrio de pátria. Entre a favela e o centro da cidade, há um abismo social, econômico, cultural, político. Por isso, damos voz à favela, aos sem-teto, às pessoas comuns que constroem o cotidiano e foram por tanto tempo alijadas da História. Deixar de falar de favela é, no mínimo, intelectualmente empobrecedor e politicamente limitante. É uma disputa, uma luta simbólica, que, em grande parte, gira em torno de palavras e seu contexto discursivo.

Procuramos desconstruir certas perspectivas naturalizantes, apresentando uma “história a quente” do tempo presente, de baixo para cima, de dentro para fora, num ângulo mais pessoal, humano e confessional. O primeiro passo é entender que a favela não é uma etapa na “evolução” das cidades brasileiras. Afirmar isso seria dizer que é só esperar que um dia a favela se tornará um condomínio de luxo. Longe disso, não pensamos em escamotear as questões de dominação e exploração capitalistas, pois nosso referencial teórico é o materialismo histórico, porque ele possibilita a compreensão da constituição e reprodução da trama das relações sociais; possibilita apanhar a essência da habitação, não como algo solto na sociedade, mas como a concretização histórica da articulação capital-trabalho-Estado (Peruzzo, 1984, p. 9). E mostrar que “cada sociedade nasce, aos seus olhos, no momento em que se faz a narrativa da sua violência” (Faye, 1996, p. 259).

Como apontamos anteriormente, a produção do espaço periurbano de Pato Branco se realizou desmembrando antigas chácaras nas franjas do urbano. Após serem reunidos à cidade, os terrenos foram incorporados e vendidos a preços superiores. Fragmentados, os terrenos tornaram-se intercambiáveis a partir de operações que se realizam através e no mercado de imóveis. Eis o circuito de troca, do domínio da mercadoria, reificado pela mediação do dinheiro, indicando as “disputas pelo uso dos lugares [...] pelas diferentes classes sociais, o que gera conflitos entre indivíduos e usos, na medida em que o processo de reprodução espacial envolve uma sociedade hierarquizada” (Carlos, 2015, p. 28). Disso resultam: a) uma moradia como mercadoria de consumo compulsório: você tem de morar em algum lugar e b) que você deve ocupar terras não ocupadas pelo mercado, porque se ocupar terras do mercado é despejado.

Esse é o modo de produzir habitação para a classe trabalhadora: uma mercadoria especial cujo preço depende da localização; logo, à classe trabalhadora, são oferecidas áreas desprezadas pelo mercado imobiliário, onde o investimento público é mínimo. No entanto, o que muitos não percebem é que é a maior parte da cidade. E assim vemos que, a despeito de as leis assegurarem o direito à habitação, a produção

da cidade tem uma lógica: poucos enriquecem e muitos são destituídos desse direito. A pobreza deve ser entendida como exclusão de direitos básicos e como resultado de umas das mais extremas desigualdades de renda do mundo. A cidade é um grande negócio e ninguém quer ter uma favela ao lado, porque favela desvaloriza os imóveis ao redor.

Nós vivemos a cidade todos os dias. Porém, são pouco conhecidas as forças que a dominam e controlam. Lefebvre (1973, p. 67) refere que, “para compreender o que se descobre, basta não se deixar cegar” e entender que a segregação espacial não é “natural”, mas construída pelo Capital. Pois, para um mercado imobiliário altamente especulativo, a segregação eleva o preço do solo urbano e da renda diferencial da terra, o que faz a riqueza dos capitalistas. Urge compreender a luta cotidiana pela cidade, pelo direito à cidade. Não adianta lutar por um aumento de salário se daqui a pouco aumenta-se o valor do transporte coletivo; também não adianta lutar por uma moradia num lugar que não terá por perto todos os serviços que a moradia urbana precisa, principalmente a fonte de trabalho. A luta deve ser por condições de vida urbana.

3.3 A FAVELA DO CABO DITO: O OLHAR DOS EX-MORADORES

Para Michel Pollak (1989), a memória entra em disputa entre os grupos mais tradicionais e os que privilegiam a análise dos excluídos, dos marginalizados, ressaltando a importância de memórias subterrâneas, dos temas sensíveis, numa articulação entre história do tempo presente e uma história vista de baixo (para cima e de dentro para fora), donde emergem sujeitos desviantes e um passado incômodo que insiste em se fazer presente.

Neste estudo – essa empreitada de expor as contradições sobre a favela do Cabo Dito –, iniciamos apresentando uma matéria publicada no jornal *Diário do Povo*, em meados de fevereiro de 2005, intitulado “Resquícius da miséria e do descaso”:

Um terreno nas proximidades da BR-158, no bairro Vila Esperança, em Pato Branco, "esconde" uma triste realidade de submissão à qualidade de vida que vem se arrastando por mais de 25 anos e ganhando cada vez mais conotação de abandono. Nesse local, conhecido como Cabo Dito ou simplesmente Pátio, convivem dez famílias em extremo estado de pobreza. O comodismo e a falta de amparo estão ameaçando a saúde das famílias, principalmente das crianças. Os mais de 30 menores que habitam no Cabo Dito brincam em meio ao esgoto que corre a céu aberto, ao lixo produzido pelas próprias famílias e no matagal que serve de esconderijo para animais peçonhentos. O risco das crianças em contrair alguma doença é visível de tal forma, que até elas mesmas sabem do problema. "Atrás de uma casa tem uma cobra venenosa que sempre aparece. Tem que tomar cuidado", contou uma delas, que caminha com os pés descalços. Já uma garotinha mostrou o amontoado de móveis destruídos e o lixo acumulado nos fundos de outro barraco. "Quando dá um sol forte fica um cheiro forte que chega ser insuportável", comentou a menor. As famílias que sobrevivem no local pagam aluguel pelos barracos, condenados pelo tempo, que variam entre R\$ 15,00 e R\$ 50,00 por mês. Isso sem saneamento básico, água encanada e energia elétrica. Para ter iluminação em seus barracos, algumas famílias fazem parceria, puxando cabos um dos outros, dividindo o valor da fatura. Outras ficam sem energia. Como a instalação é precária, podem ocorrer acidentes, ocasionando até um incêndio. A limpeza do terreno também não é feita nem pelo proprietário, nem pelas famílias. Não existe registro da época de formação dos barracos, mas, segundo uma mãe que está com 24 anos e que nasceu no cortiço, o local tem mais de 30 anos (Resquícios [...], 2005, p. 12).

A primeira coisa que percebemos foi a ausência do nome do proprietário da favela. Quem conhecia a história da favela sabia que seu nome estava atrelado ao do proprietário. Junto à narrativa jornalística, no periódico, algumas fotografias para comprovar as denúncias. Mas a matéria foi dirigida a quem? Com quais intenções? Queriam, de fato, minimizar a miséria e o descaso vivido pelos favelados? A matéria veiculada tinha por meta instigar órgãos públicos a buscar a melhoria de qualidade de vida daqueles que ali estavam, mas em outro lugar.

Queriam sensibilizar a sociedade local e, ao mesmo tempo, inserir um discurso higiênico e sanitário sobre a favela do Cabo Dito, induzindo a sua extinção.

Como abordado anteriormente, a avenida Guarani foi uma das principais vias de comércio da cidade, conhecida como a "rua dos colonos". Foi no entroncamento do final da avenida com a futura BR-158 que nasceu o Picomã. Quando a família do meu avô migrou de Sananduva (RS), instalou-se em Pato Branco. O destino foi a rua Guarani, localizada a duzentos metros do trevo que separa os atuais bairros Trevo da Guarani e Vila Esperança, e a quinhentos metros do Cabo Dito. Para os migrantes mais pobres, o local de banhado que se seguia ao trevo foi o destino de muitos, como Dalvecy Alves (2021), que migrou do campo para a cidade: "Eu lembro. Quando eu cheguei, disse: 'mãe do céu! É puro barro!'. Ela iria se ajustar ao novo modo de vida "semirrural", mas se adaptando ao estilo de vida citadino e às rústicas habitações de madeira cujo valor do imóvel era mais acessível que a área urbana já consolidada da cidade. A principal vantagem do local era a proximidade com o centro da cidade de Pato Branco, edificado no vale do rio Ligeiro. Residir num lugar plano, próximo do centro, era vantajoso; isso explica em parte o grande processo de verticalização sem paralelo nas demais cidades do sudoeste do Paraná. Ainda assim, os pobres da cidade tinham de resolver como otimizar o custo habitacional, a qualidade do abrigo, a distância do trabalho e a própria segurança (nutricional, sanitária, ambiental, etc.).

É a partir desse "lugar informado" que os sujeitos históricos que experimentavam o cotidiano do Cabo Dito estabeleceram suas relações sociais. Naquela figuração social, os diversos grupos que se alternaram no Cabo Dito construíram suas estratégias de sobrevivência, desde a ajuda mútua, relações de amizade, bem como as relações de compadrio e parentela que se formaram no local. A identidade desse grupo foi fortemente alicerçada nas relações familiares que conferiram uma dinâmica própria, indicando os limites que demarcaram os de dentro (*insiders*) e os de fora (*outsiders*) (Elias; Scotson, 2000).

Dentre as estratégias básicas de acesso à moradia por parte da classe trabalhadora mais pobre, Mike Davis (2006) elenca as principais. Podemos transportá-las para o Cabo Dito, limando as devidas arestas históricas e geográficas. A primeira diz respeito a se as questões do mundo do trabalho eram centrais. Se sim, opta-se por alugar um imóvel na área mais central, no centro tradicional. Mas o aluguel não é barato. Outra opção é comprar um lote urbanizado a prestação, com o inconveniente oposto à primeira opção, de ficar longe do local de trabalho. A chance mais barata é ocupar terra pública urbana, em áreas de preservação ambiental, o que não é muito comum em Pato Branco. A opção pelo Cabo Dito foi esta: ficava na região mais central; era um abrigo informal, com cômodos pequeníssimos; com aluguéis absolutos mais baratos (mas relativamente os mais caros da cidade), localizado num ambiente de péssima qualidade, sem a esperança de propriedade posterior do imóvel, mas a dois passos do lugar de trabalho (Davis, 2006, p. 39-40).

Nas lembranças de Ivone (Andrade, 2021), filha do Benedito, o Picomã “era tudo favela; tudo favelado”, somando-se às lembranças de Darci Pinho (2021):

Famílias viviam em dez metros quadrado. Pura merda, para falar a verdade. Rato, esgoto, sujeira. Como é que eu iria fazer uma horta? Uma casa limpinha? Saímos no meio do rato, da barata... em todo pátio. Não tinha onde construir mais, de tanto que tinha casas. O portão estava livre, igual está aqui: você entra e sai a hora que quiser. Ele [Cabo Dito] chegava e dizia: “Olha, é tanto por mês...”. A água era comunitária, mas antes da água ser tratada da Sanepar, era de poço, de balde.

Nas narrativas dos depoentes e em algumas fotografias, percebe-se que os materiais utilizados na construção das moradias eram de descartes, de material reciclado. Jociane, Daniel e Antonio, ex-moradores do Cabo Dito citam que ali “era tudo banhado”, confirmado pelas falas de Darci, Cleusa, Loreci, Ivone, Ozenil, “Tica”, Vera e Adão, ex-moradores; Tereza e Jucelino, vizinhos que ainda residem no Vila Esperança; e o ex-prefeito Roberto Viganó (todos a partir dos depoimentos coletados em entrevistas realizadas em 2021). O terreno era tão instável que, para

levantar ali a mais leve das construções, o Cabo Dito depositou cargas de pedra e cascalho. Só depois colocava-se um cepo para a base das casas, porque era banhado. Como bem lembra Daniel Lopes Calumby (2021): “Foi feita a favela dentro do banhado. Se chovia, alagava”. Ederson Nascimento (2012, p. 90-91) pontua que, em se tratando de urbanização, “a pobreza está nas baixadas”, em fundos de vales: “a maior parte das favelas está situada, principalmente, em fundos de vale, impróprias à ocupação para fins de moradia, mas que foram sendo paulatinamente ocupadas com a conivência do poder público”.

FIGURA 8. Fotografia: o pátio do Cabo Dito



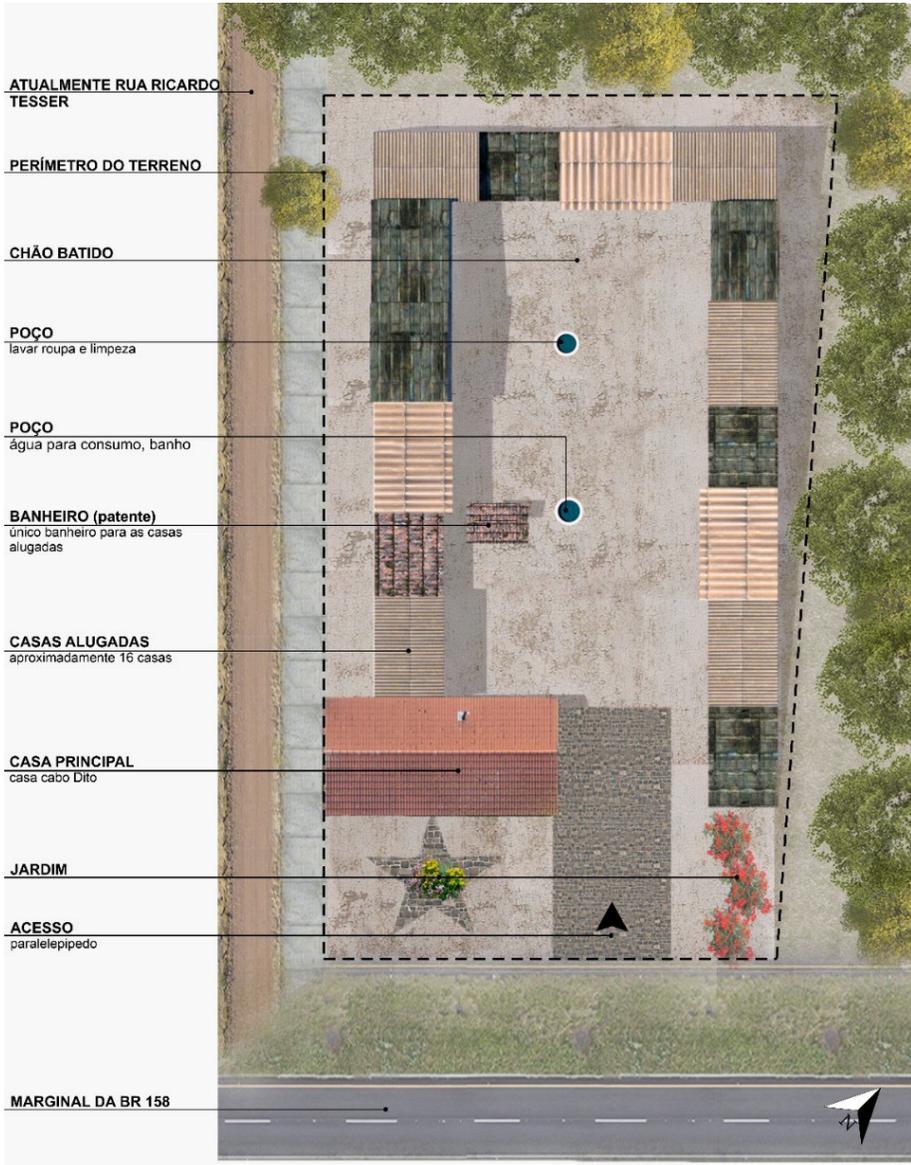
Fonte: acervo da Prefeitura Municipal de Pato Branco (2008).

Os relatos orais dão conta que, na década de 1960, o Picomã tinha uma paisagem de aspectos tipicamente rurais, com muito mato. “Ranchinho, casinha pequena coberta de lona preta. O bairro inteiro era assim”, lembra Gema Dambros Gaio (2021). Era uma combinação de parte da floresta ombrófila mista preservada, com “muita guaviroveira” (Krassota, 2021) (*Campomanesia xanthocarpa*) e um charco cobrindo extensa área e um riacho onde se lavava roupas e se brincava. “Por ser plano tinha um campo de futebol”, lembra Calvo Luiz Sutile (2021).

Maria Inês Balbinotti (2021) lembra que “por anos não existia casinhas” no Cabo Dito. Provavelmente, ela se referia ao tempo em que Benedito tinha se instalado no local e ainda convivia com as duas Marias. Ela relata que, entre 2000 e 2007, trabalhava como auxiliar de enfermagem no Posto de Saúde do bairro Vila Esperança:

As famílias que moravam ali, a gente atendia seguidamente com problemas de diarreia, problemas de saúde pública envolvendo o local onde estavam residindo. Problemas pulmonares, porque havia muita umidade. Tinha uma vertente, uma valeta de água que passava pelo meio das casinhas, tudo a céu aberto. Não existia esgoto. As chamadas patentes, eram uma ou duas, para todo mundo. Era insuportável o cheiro lá (Balbinotti, 2021).

A prática do inquilinato era comum em Pato Branco. Mas o que tornava o Cabo Dito *sui generis* não era o conteúdo (o locador e um locatário), e sim a forma: uma favela. Na década de 2000, isso seria posto em xeque por moradores e vizinhos com a questão do IPTU. “É que todos que chegavam em Pato Branco e não tinham onde morar procuravam o Cabo Dito”, pontua Ozenil Vieira (2021). Miguel Vidal da Silva (2021) lembra que os moradores do Cabo Dito eram “[...] mais casais com filhos. Tinha bastante famílias”, chegando a morar mais de uma família numa mesma habitação. “Famílias, via de regra, com muitos filhos, havia muita criança”, lembra o jornalista Roberto Ivan Rossatti (2021), que continua a narrativa: “Falamos de favela com espaço de cinco metros quadrados onde moravam dez pessoas. Provavelmente dormiam na mesma cama, provavelmente gerando problemas do ponto de vista da privacidade dos casais”. Ao ser questionada sobre se havia muitas crianças no Cabo Dito, Carmelinda Ferreira (2021) refere: “Filho? Tinha família que tinha cinco criança, vivendo tudo embolado, como dizia minha mãe. Tinha bastante. Meu Deus!” E relata Miguel Vidal da Silva (2021): “Nós éramos em sete irmãos”.

FIGURA 9. Croqui: representação de planta de situação do Cabo Dito (1979)

Fonte: elaborada para o autor por Fernanda Aparecida Tiepo (2021).

Quanto ao número das habitações, os depoentes sinalizam que oscilou muito durante os 38 anos de funcionamento da favela, variando de acordo com o "comportamento das casa", diz Osires Ramos de Andrade (2021). "Acho que tinha mais de cinquenta família que morava só naquele pátio", lembra Carmelinda Ferreira (2021). "Deveria ter umas quarenta casinhas", aponta Miguel Vidal da Silva (2021). "Trinta e cinco", enumera Ivone Ramos de Andrade (2021). "Dezesseis", diz Vera Lucia Morais Surpa (2021). Osires Ramos de Andrade (2021) lembra que o Cabo Dito chegou a ter "quarenta e oito famílias". Ozenil Vieira (2021) aponta que ela "ajudava o pai tomar conta do caderno de aluguel e chegou a ter cinquenta e duas famílias" naquele pedaço de chão. O que poderia explicar esse adensamento de famílias no Cabo Dito? A remoção da ocupação das margens da BR-158. Trataremos desse tema mais adiante.

Quanto ao aspecto estético da favela do Cabo Dito, Maria Inês Balbinotti (2021) aponta que, no início, "[...] eram casinhas melhores, separadinhas. Mas como não foi investido nada na melhoria, as próprias pessoas pegavam madeira reaproveitada [...]", de compensado, de caixotes, restos de material de construção que as pessoas catavam na cidade "e se tornava a casa deles" (Rossatti, 2021). "Eternit velho, tábua rente ao chão, porta com tranca", lembra Loreci Terezinha Rodrigues (2021). "Madeira fraca, madeira reciclada. O chão de madeira. Tudo sem forro dentro, coberta com telhas, com lona. Buraco que dava para atravessar um leão [risos]. Era precária. Era sofrido", lembra Dalvecy Alves (2021). "Colocava os paletes no chão, apoiava os compensados por cima e fazia o assoalho. Senão era tudo pura terra", detalha Adão Alves de Oliveira (2021), que continua: "Toda a favelinha junto. Só tinha o corredor no meio e barracos dos dois lados. Ali morava todo mundo junto". O Cabo Dito "fez uma vilinha, que era a favelinha dele em volta do terreno. No meio era o pátio", lembra Ozenil Vieira (2021). Algumas famílias usavam os paletes na frente das casas para fazer "[...] uma areazinha de madeira. Os paletes eram nossas varandas", detalhou Alexssandra Maier da Silva (2021).

FIGURA 10. Fotografia: as casas, o improviso e um olhar distante na favela do Cabo Dito

Fonte: acervo da Prefeitura Municipal de Pato Branco (2010).

O cômodo reservado à cozinha geralmente era entrada da habitação. “Havia fogãozinho e mais nada. Quem tinha mais coisa, tipo mesa, fogão, cristaleira, sofá que fosse, já era mobília boa”, lembra Ivone Ramos de Andrade (2021). A comida era preparada no fogão a lenha ou no “borraio” (chapa de ferro apoiada em tijolos, pedras, latas). “Fogão a lenha era um ou outro que tinha”, lembra Rodrigo José Correia (2021). “Geralmente, os moradores tinham fogão a lenha, tudo velho, escorado com um balde embaixo, servindo de perna, mas era o essencial”, comentou Ozenil Ramos Vieira (2021). “Era raro quem tinha fogão a gás”, lembra Vera Lúcia Morais Surpa (2021); e segue afirmando que, para abastecer o fogão, muitos chegavam a andar até quatro quilômetros: “Nós cansávamos de buscar lenha no São Francisco, na serraria dos Ruaro. Nós íamos buscar lenha lá”. Outro relato de vida sofrida levada pelos moradores é o de Dona Terezinha Morosini Bocalon (2021), vizinha do lugar: “Meu Deus! Quando foi aberta a rua, tiraram tanto lixo, tanta coisa... Porque eles traziam lenha de tudo quanto é lugar. Era só fogão a lenha. Cada um tinha um fogão”. O fogão fazia parte

do cotidiano, do costume, do modo de vida. Além do seu uso para o preparo das refeições, ele era a fonte de calor durante o inverno; também para aquecer a água do chimarrão. Maria Bernardete Marcis (2021), vizinha da favela do Cabo Dito, comenta que “era mais fácil sair por aí catando lenha do que comprar gás”. “As pessoas não tinham dinheiro para comprar gás. Iam nas árvores pegar lenha. Questão de sobrevivência”, entende Flavio Krassota (2021). Nos depoimentos, percebe-se que eram as mulheres que iam buscar lenha e, por extensão, fabricar as refeições.

No quarto dos casebres, “um balcãozinho, uma cama, colchõezinhos no chão para quem tinha mais filhos”, destaca Antonio Res Vidal da Silva (2021). “Alguns tinham cama de borracha, outros, cama de mola, cama turca, tinha de tudo. [...] Dormiam como cabia na cama, quatro, cinco, seis”, diz Ozenil Vieira (2021). Dona Terezinha Bocalon (2021) continua a detalhar aquele cotidiano: “Dormia pai, mãe, filhos tudo junto”. “Se eu ficasse em pé no quartinho, meu filho tinha de ficar em cima de uma cama de solteiro, ou vice-versa, entendeu?”, relata Vera Surpa (2021).

A miséria também se explicitava nas formas de vestir, aponta Dalvecy Alves (2021): “O pessoal se vestia bem simples naquela época. Aliás, todos nós. Às vezes, chinelo de dedo, às vezes nem tinham”. Miguel Silva (2021) narra que a favela do Cabo Dito “[...] era um lugar muito pobre. A gente não tinha nada. Quem tinha um chinelo de dedo era ‘o cara’. Eram tudo pessoas de uma classe só, uma classe extremamente baixa”. O depoimento dos irmãos Antonio e Miguel são exemplos dos espaços de memória, e de memória e identidade. Antonio (Silva, 2021) relata que sua primeira lembrança de vida é do Cabo Dito: “Era um lugar de chão, com as casinhas tudo encostadinha uma na outra. Telhadinho todo remendado. A frente pintada de cal em azul”. Para Miguel (Silva, 2021): “Eu me conheci por gente no Cabo Dito. Quando eu comecei me autoconhecer eu já morava lá”.

Loreci Terezinha Rodrigues (2021) lembra que, no tempo que o Cabo Dito ainda morava no pátio, os novos “inquilinos conversavam com ele e ia aumentando o número de casas”. Após o Cabo Dito se mudar para o bairro Planalto, “[...] ele já não mandava mais lá. O pessoal

mesmo ia fazendo puxadinho pra morar, iam morando; o pessoal mesmo arrumavam as madeira velhas, telhados em um qualquer cantinho”, relata Adriana Muller do Amarante (2021). No entanto, pontua Daniel Lopes Calumby (2021), com o tempo a madeira apodrecia e “nós tinha que andar arrumando as tábuas que já estavam ruins e os cepos cedendo”. Em comum, todos moravam rente aos limites do terreno e “[...] você não tinha um pátio atrás para você plantar uma salsinha. Só tinha a frente da casa, grudadas umas nas outras. Se fizessem sexo, eu tinha que escutar”, relata Miguel (Silva, 2021).

Segundo os depoentes, a única casa que destoava do complexo de barracos era a casa do Cabo Dito, que ficava num nível mais alto. “A única casa que não entrou água era a do Cabo Dito, pois era um pouquinho mais alta”, comenta Dalvecy Alves (2021). Era onde morava a Dona Lurdes, e era a “única habitação que tinha banheiro na casa”, destaca Carmelinda (2021). Quem forneceu mais detalhes da casa do Cabo Dito foi Ivone (Andrade, 2021), filha mais nova do Cabo Dito:

Tínhamos daquele fogãozinho a gás, com duas abas. Parecia que o fogãozinho ia voar [risos]. A geladeira era barrigudona e antiga. A primeira televisão que o pai comprou para nós, tinha uma telinha que colocava na televisão, com listras vermelha, verde, azul e laranja. Assim, ficava colorida a televisão. [risos] Funcionava a bateria. Meu pai comprou uma cozinha americana, vermelha, de fórmica. Nossa casa era assim: tinha uma área grandona de madeira. Depois, a mãe fez o banheiro de material. Saía da casa e entrava no banheiro, tudo amarelo, vaso amarelo, gema de ovo. Da varanda entrava para a cozinha, com fogão a lenha, a caixa de lenha, a cozinha americana vermelha e uma mesa. O quarto da mãe e do pai era na frente da sala. Tinha uma lavanderia e o quarto nosso, das menina. O assoalho também era de tábua. O telhado era aquele zinco, mas depois a mãe foi forrando com compensado. Dispensa, três quartos, lavanderia e a área. A nossa casa era azul dentro e fora. Divisórias tudo em madeira. Uma máquina de costurar da mãe. Nós usávamos muito colchão de palha.

Ozenil (Vieira, 2021), filha do Cabo Dito, lembra que a energia elétrica chegou na residência dos Ramos de Andrade quando ela tinha dez ou onze anos (1975/1976), e a água encanada, mais ou menos três anos depois (1979/1980). Até então, usavam um chuveiro-balde: enchiam-no com água quente e, por meio de uma corda e roldanas, penduravam-no a uma determinada altura; abria-se a torneira e tomava-se banho quentinho. O difícil era acertar a temperatura da água e a quantidade de água para tomar banho. Jociane Maier (2021) assim relembra os banhos: "O banho era assim: você pegava um balde de água e colocava no sol. Quando chegava a boquinha da noite, a água estava meio morna. Era só dar mais uma esquentadinha no fogão a lenha e jogar no balde-chuveiro". Era exatamente assim que os inquilinos do Cabo Dito faziam, mas com a diferença de ser dentro da patente, lembra Miguel Vidal (2021): "O chuveiro, que eu lembro, era comunitário".

As necessidades básicas eram realizadas na "patente"; esse era o nome dado ao barraco erguido sobre um buraco cavado no chão. Na favela do Cabo Dito, segundo os depoentes, chegou a haver quatro patentes. Se antes "as patentes eram construídas em cima da fossa", pontua Ozenil (Vieira, 2021), depois "essas patentes eram construídas sobre a valeta que o Cabo Dito fez". Maria Inês Balbinotti (2021) trabalhou como auxiliar de enfermagem no Posto de Saúde do bairro, antes de ser nomeada assistente social em 2009; ela relata que "aquele povo vivia no Posto de Saúde, por causa das questões sanitárias do local". As principais doenças estavam relacionadas a dor de barriga, pulga, piolho, diarreia e lombriga, que acometiam principalmente as crianças. Por vezes, lembra Vera Lúcia Surpa (2021), "[...] as crianças faziam as necessidade fora da patente. Aquelas crianças sujas, cheias de barro".

Jociane Maier (2021) narra em detalhes essa questão de higiene, quando morou no Cabo Dito:

Lá em casa, quem arrumou a área fui eu. Quem construiu o banheirinho para minha casa fui eu. Porque as patentes davam até nojo de entrar. Construí um banheirinho perto da minha casa para mim usar, pois quando

chovia alagava todas as casas. Aquela água fazia mal, por causa que ali descia tudo quanto é porcaria naquelas valetas. Entupia as patentes, transbordava nas casinha, ainda mais quem morava perto da patente igual eu.

Pelos depoimentos, percebemos que a higiene era uma questão levada a sério pelos moradores do Cabo Dito. Faziam o que estava a seu alcance para melhorar os lugares de uso comum.

Outro tema, para além da patente, se destacou nas lembranças dos depoentes: trata-se do poço de água que existia no pátio da favela do Cabo Dito, certamente porque a água era uma necessidade básica para limpezas diversas, elaboração de comidas e aos animais domésticos que perambulavam entre as casas. Segundo Ozenil Vieira (2021), o primeiro poço foi construído a pedido de Dona Lurdes, “cavando a terra até chegar a uma vertente”, a uns “[...] dois metros. Mais tarde, aumentaram a fundura do poço”, recorda Dona Tereza de Fátima Ribeiro (2021), e foram feitas paredes revestidas com pedra irregular. A água era ótima, utilizada para diferentes finalidades. Ozenil lembra que outros poços foram abertos no pátio da favela do Cabo Dito, mas nem todos possuíam água potável e limpa. “Para retirar água tinha um rolão que você manivelava ou puxava o balde com uma corda”, menciona Miguel Silva (2021). O poço era comunitário e, periodicamente, a água era tratada com cal pelos próprios moradores, destaca Vera Lúcia Surpa (2021). Um episódio marcante para os irmãos Ozenil e Osires envolveu o poço comunitário: “Aquele poço sustentou muita gente de água quando teve uma seca brava, em 1973. Faltou água por tudo” (Vieira, 2021) e “veio pessoal da cidade pegar água naquele poço: de charrete, de carro, com balde, com tudo o que você imaginar” (Andrade, O., 2021). A água tratada demorou para chegar à favela do Cabo Dito. Na memória dos depoentes, a primeira torneira comunitária com água tratada pela Sanepar foi instalada em fins de 1999, via Associação de Moradores. Já próximo à remoção da favela, lembra Rodrigo José Correia (2021), “a Prefeitura trocou a torneira por cavaletes individuais, visto que a torneira comunitária dava muito gasto”.

Pelos depoimentos coletados, em diferentes espaços internos ou externos das habitações ou mesmo da favela do Cabo Dito, o desconforto, a miserabilidade e a exploração faziam parte do cotidiano de homens e mulheres, crianças e idosos. Não se tratava de uma situação esporádica e temporária: eram condições de vida, que se arrastaram por décadas e imprimiram na memória e na trajetória de vida de muitas pessoas o sofrimento, a miséria e a exclusão como elementos constitutivos de suas vidas. É explícito, também, como as moradias, mesmo em péssimas condições de uso, tornaram-se mercadoria, mesmo na informalidade e ainda que o preço cobrado fosse relativamente baixo. Davis (2006, p. 51-52) adverte que é necessário não romantizar os moradores da favela e ignorar os locatários, pois a locação

[...] é uma relação social fundamental e divisiva na vida favelada do mundo todo. É o principal modo para os pobres urbanos gerarem renda com o seu patrimônio (formal ou informal), mas, com frequência, numa relação de exploração de pessoas ainda mais pobres.

FIGURA 11. Fotografia: a favela do Cabo Dito



Fonte: acervo da Prefeitura Municipal de Pato Branco (2010).

Quando questionada sobre o valor do aluguel no Cabo Dito, Dona Terezinha Morosini (2021) lembra que o preço “era menor porque tinha famílias que, às vezes, não tinham condição de pagar aluguel”. Vera Lucia Surpa (2021) destaca que em 2008, seu último ano no Cabo Dito, “pagava R\$ 20 de aluguel”. Iliandra Aparecida Martins (2021) lembra que pagava R\$ 25 mensais de aluguel, quando seus proventos eram de R\$ 350. Jociane Maier (2021) diz que “pagava o valor de R\$ 40 para Dona Lurdes”. Para muitas pessoas, mesmo esse valor, considerado baixo, era difícil de se conseguir custear. Mas não havia outra possibilidade de escolha a não ser diminuir o número de cômodos ou migrar para outro casebre dentro da favela do Cabo Dito. Gema Dambros Gaio (2021) lembra que havia um rodízio constante de pessoas entre as casas: “Tinha umas famílias que ficava sempre ali. Era umas quatro família. O resto mudava toda hora. Vinham com uma carrocinha de mudança. Moravam ali um mês e, no outro mês, já morava em outro lugar”. “Era comum trocar de casa para uma melhor, mesmo dentro do pátio”, disse Alexssandra Maier da Silva (2021). O relato de Antonio Res Vidal da Silva (2021), por sua vez, nos leva a refletir sobre a forma como os migrantes ficavam sabendo da favela do Cabo Dito:

Chegavam em qualquer lugar da cidade de Pato Branco e perguntava onde era o pátio do Cabo Dito. Geralmente, o pessoal chegava de outra cidade para Pato Branco. Migrava do interior. Chegavam com a mudança: traziam painelas, uma chapa de fogão e algumas cobertas.

Parece-nos que os migrantes, muitos deles camponeses, sabiam da existência ou ouviram falar da favela do Cabo Dito e, ao migrarem para Pato Branco, teriam decidido procurar abrigo naquele lugar; ou teriam sido alertados, influenciados e mesmo persuadidos pelos habitantes da área central da cidade a buscar abrigo no Cabo Dito. Desconfiamos que a elite local compreendia os migrantes pobres como uma ameaça à ordem social.

Mas nem todos eram migrantes. Muitas famílias haviam sido expulsas das margens da BR-158 na década de 1980, e outras tinham sido removidas para o bairro São João, criado pela Prefeitura de Pato Branco (Pizato, 2016, p. 81-82), lembra o jornalista Roberto Ivan Rossatti (2021), que continua:

O bairro São João era um núcleo de favelamento criado pelo Estado e pelo município. Pegou pessoas que estavam em situação de vulnerabilidade, em pontos distintos da cidade e colocou tudo num fundão de vale, sem estrutura, condição sanitária, saneamento básico, absolutamente nada. Inclusive muitas famílias do Cabo Dito à época migraram para lá.

Enquanto algumas famílias da favela do Cabo Dito migravam para o São João, outras que estavam na BR-158 resistiram a migrar para lá e buscaram a favela do Cabo Dito para serem acolhidas. Nas memórias dos depoentes, houve ampliação do número de barracos no Cabo Dito para abrigar os moradores que não se conformavam com a retirada. Era uma forma de resistência, pois, “antes deles morarem no Cabo Dito, eles moravam do outro lado da BR”, pontua Vera Lúcia Surpa (2021). Mas, desse processo de movimentação da população que vivia às margens da urbanidade, nasceu uma pergunta: por que os moradores da favela do Cabo Dito não foram removidos na mesma época? A resposta foi dada por Dona Gema Dambros Gaio (2021): “O Cabo Dito permaneceu porque era privado. Ficou ali porque a propriedade era particular e a prefeitura não podia tirar eles”. Darci Pinho (2021) fornece uma outra leitura e compreensão a essa pergunta: “A favela do Cabo Dito sobrou porque era do Cabo Dito. Ninguém mexia com ele. Só foram mexer futuramente, quando estava ‘morto’ e a favela tinha sido abandonada”.

3.4 A FAVELA DO CABO DITO E OS TEMAS SENSÍVEIS

Na página oficial da Prefeitura Municipal de Pato Branco (2022), recentemente foi veiculada uma matéria intitulada “Pato Branco, Cidade Inteligente”. Alunos da rede municipal de ensino “contam com tablets educacionais” e “aprendem robótica”, fatores que, entre

outros, contribuiram para a cidade “alcançar o 1º IDEB do Paraná entre as cidades de médio porte”. Além disso, realizam a “maior Feira de Ciência, Tecnologia e Inovação do Paraná” e contam com um “Parque Tecnológico” com uma “uma infraestrutura modelo, voltada à pesquisa, extensão e incubação de empresas de base tecnológica”. Na praça central, há internet gratuita e câmeras de vigilância monitoram os “cidadãos de bem”. A limpeza pública é eficiente. “Como reflexo, Pato Branco é uma das cidades mais desenvolvidas do país”, ocupando o 7º lugar do Paraná no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), “liderando na região sudoeste do Paraná” e, ainda, é a 5ª cidade mais inteligente do Brasil, segundo a *Revista Exame*, considerando cidades com até 100 mil habitantes.

Os gestores municipais de Pato Branco tornaram público o orgulho da qualidade de vida na cidade e de ela ter-se tornado inovadora. As ruas estão limpas, não se veem mendigos nas calçadas. Qualquer empresário teria a grata satisfação de montar seu empreendimento ali. Pato Branco se consolidou atraindo investimentos e a mão de obra é fruto de um povo laborioso. Com PIB de mais de 4 bilhões de reais em 2019, o maior do sudoeste do Paraná, e *per capita* de R\$ 48.311 (Ipardes, 2022, p. 43), o apelo a novos negócios nada mais é do que disfarce ao paroquialismo econômico e à veleidade preservacionista local. Figurinos à parte, o desenvolvimento econômico e a inserção de Pato Branco numa escala mais global (e neoliberal) justificam, para o capital e o Estado, os esforços de setores da cidade em produzir a invisibilidade da pobreza e dos conflitos urbanos. Com isso, oculta-se da história da cidade toda uma série de processos sociais, junto com os atores que os protagonizaram (Canella, 2019, p. 17); “um *glamour* que as cidades preferem esconder” (Rossatti, 2021, p. 5). Numa perspectiva thompiana de classe social, é necessário perceber o campo de forças em que seus sujeitos atuam.

Insistimos em olhar para a favela do Cabo Dito numa perspectiva dialética, na condição de processo vivenciado entendido não como uma determinação inescapável de suas vidas, mas como parte da experiência vivida, a partir da qual elaboram sua condição de moradores da localidade e da cidade, fazem escolhas e determinam seus rumos

e estratégias de ação. Se os sujeitos históricos da favela modificam o espaço da cidade (e sua representação), eles também constituem um elemento de coerção sobre aquele pedaço, o que nos leva a ponderar que não existe um resultado predeterminado desse processo conduzido pelos indivíduos; e, segundo nos diz Thompson sobre a categoria experiência, ela (a experiência) seria o elo entre a totalidade das relações sociais de produção e o resultado das situações vividas pelo ser social, o modo particular como os atores sociais elaboram as relações por eles vivenciadas nas diferentes dimensões da sociedade, articulando a subjetividade dos atores e as classes sociais com as determinações estruturais.

Uma das formas de apreensão da realidade concreta são as relações de sociabilidade, trabalho e as experiências decorrentes dessas relações que ocorrem nos espaços de pobreza, entre classes sociais e entre sujeitos que vivem e compartilham o mesmo espaço, projetando interesses e expectativas diversos.

3.4.1. Sociabilidades

Nos depoimentos coletados, notamos distintas formas de sociabilidades na favela do Cabo Dito. As redes de relações onde eles trafegavam entrecortavam a cidade e não conseguimos dar conta de explicitá-las e explicá-las em detalhes. Mas os moradores do Cabo Dito, por terem poucos recursos financeiros, tinham como espaços de sociabilidade o pátio da favela, as bodegas no entorno, o campo de futebol, o "Inferninho" e o cinema. Outras formas de lazer e sociabilidade eram demasiadamente elitizadas. Muitos dos primeiros moradores do Cabo Dito foram migrantes do campo, expulsos de suas terras pela inserção do capitalismo da Revolução Verde. Isso ocorreu com Tereza de Fátima Ribeiro, que, mesmo lembrando e tendo saudades do tempo em que morou no Cabo Dito, diz que veio da roça e era descendente de caboclos. Para muitos, como diz Cleusa Fátima Dutra (2021), a vida era trabalhar, "[...] chegar com os filhos, lavar roupas e, às vezes, ir tomar um chimarrão com os vizinhos. Mas quase nem sobrava tempo, pois a gente tinha que se preparar para o outro dia de trabalho". Essa dinâmica

apontada por Cleusa também era a de Tereza de Fátima Ribeiro (2021): “Eu, nas horas livre, que não estava trabalhando, estava limpando a casa, lavando roupa, limpando calçado, buscando lenha no mato com outras mulheres”. Uma das entrevistadas nos deixou impressionado; foi o depoimento de Iliandra Aparecida Martins (2021) ao narrar o trabalho realizado pela Pastoral da Criança no pavilhão da Igreja Católica do bairro Vila Esperança, em que faziam a pesagem das crianças e a entrega de alimentos e complementos alimentares. Apesar da vida sofrida na favela, os membros da Pastoral da Criança construíram relações de amizade com as mulheres e as crianças.

Nos depoimentos, os laços de sociabilidade entre as mulheres, entre os vizinhos eram pelo “chimarrão, fumar e conversar”, pontua Adriana Muller do Amarante (2021). Jociane Maier (2021) fornece mais detalhes daquele tempo:

Tomando chimarrão, fumando cigarro... colocava o papo em dia. Eu tomava mais chimarrão... Até hoje eu tomo e fumo ainda. Lá no Cabo Dito quase todos fumavam. Tinha uns que fumavam cigarro, outros fumavam palheiro. Às vezes, quando o dinheiro estava muito curto, íamos para o pacote de fumo.

Como os casebres eram pequenos, era no pátio da favela que as rodas de chimarrão ocorriam, seguidas das pitadas de cigarro e alguns tragos de cachaça. Nesse ritmo, a prosa sobre assuntos diversos ocorria. Vera Lúcia Surpa (2021) conta que as pessoas ficavam até altas horas da noite no pátio e, durante o inverno, faziam fogueiras:

Ficávamos até altas horas da noite tomando chimarrão, conversando. Fazíamos uma fogueira bem no centro do pátio, no inverno, e contávamos causos, se esquentando. [...] Bebiam, faziam festa. Nadir, que era filha da Dona Lurdes, depois que a Dona Lourdes faleceu, ficou no lugar da Dona Lourdes. Ela colocava uma caixa de som, um aparelho de som na área. Bebiam, faziam festa, dançavam.

Entre os jovens, os laços de sociabilidade eram outros, lembra Lucimar Vidal da Silva (2021):

Aos domingos – eu era moça – brincava de pular tábua, de pular corda. Atravessando o asfalto, tinha uma árvore para subir. As meninas, moças, rapazes... pegávamos o toca-disco e subíamos lá na grama para escutar música. Era assim. Os homens jogavam baralho até altas horas da noite. No sábado à noite, a gente amanhecia jogando baralho. Naquela época, os homens tomavam cerveja, tomavam caipira.

Nas lembranças de Miguel Vidal e Antonio Vidal, destacam-se os bailes organizados pelo Cabo Dito e Dona Lurdes:

O que me marcou era que ao vagar uma casa, o Cabo Dito fazia um bailinho na casa. Todo mundo se arrumava para ir no bailinho. Uns dançavam, outros paqueravam. Isso é uma coisa que me marcou bastante. Se eu fechar o olho, vejo como minha mãe dançava com meu pai. Virava e mexia vagava uma casa... vai ter um baile! Tudo no toca-disco, com os bolachão. Tocava Amilton Lelo, Amado Batista... todos se encostavam na parede, todo mundo de pé descalço ou de chininho de dedo velhinho, calçãozinho furadinho. Era tempo da calça boca de sino, camisa aberta, bigodão... Roupas do domingo, mas sempre num sábado à noite (Silva, M., 2021).

Na época do disco de vinil, saiu disco do Trio Parada Dura. Dona Lurdes tinha uma radiola. Ela colocava na varanda e ligava. Todo mundo ficava ouvindo o disco... por trinta dias! [risos]. Domingo de tarde, a Dona Lurdes, que era esposa do Cabo Dito, tirava a radiola e fazia um matineirão, no pátio da favela. O pessoal ia até de noitão brincando e dançando (Silva, A., 2021).

Do que conseguimos reconstruir a partir dos depoimentos a respeito da favela do Cabo Dito e de seus laços de sociabilidade, também perguntamos sobre outros lugares frequentados pelos depoentes fora do Cabo Dito. Alguns iam, no final de semana, para o bailão “no antigo ‘inferninho’ no Avedus Bar”, como pontua Loreci Terezinha Rodrigues (2021): “Baile do Inferninho, do Avedus. Nós íamos

direto ali. Só no final de semana. Pra gente se divertir, nós saía com as meninas indo tudo *pro* baile". As casas noturnas no centro de Pato Branco, até meados da década de 1990, eram o Avedus Bar e o Aquáriu Disco Club. O primeiro, apelidado de "Inferninho", era frequentado pela classe trabalhadora mais pobre, incluindo o Cabo Dito, bairro São João e populações dos bairros da Zona Sul, como Alvorada, São Cristóvão, Morumbi, Santo Antônio, etc. O segundo era frequentado por pessoas com maior poder aquisitivo. Além do popular "Inferninho", três moradores, todos homens, relataram que iam ao cinema. Até meados da década de 1980, Pato Branco tinha dois cinemas: o Cine Avenida, mais antigo, e o Cine Guarani – não por coincidência, ambos localizados nas duas principais ruas da cidade. Fechado o primeiro, o segundo perdurou até 1995, tendo sido nesse ano reformado e vendido, então com espaço reduzido (com entrada pela rua Itabira). O novo proprietário, Irineu da Silva Ferraz, rebatizou-o de Cinema 1. Resistiu até 1999, encerrando suas atividades.

Entre os depoentes masculinos, o futebol era uma atividade de lazer frequente nos finais de semana, lembra Osires Ramos (2021): "Futebol. Ali onde é a Taisa, tinha oito campos de futebol"; e existiam dezenas de times nos bairros e na área rural. "Campo de futebol que nós jogávamos agora é o mercado", lembra Adão Alves de Oliveira (2021). Onde havia os campos de futebol do bairro, hoje funcionam empresas de diversos segmentos, notadamente revendas de automóveis e máquinas agrícolas. Mas, além do futebol, que era divulgado pela mídia (rádio e TV) e fomentado pela Igreja Católica (cada comunidade do interior possuía uma igrejinha, um pavilhão de baile e um campinho), perguntamos aos depoentes se havia mais algum tipo de divertimento: o retorno que tivemos foi o de que a bodega, o Bar do Gaio eram opções para uma prosa e uma bebida.

Os laços de sociabilidade não ocorriam somente nos momentos de dificuldades vividos por uma ou mais famílias do Cabo Dito. A sociabilidade estava nos diversos tempos, lugares e tarefas do cotidiano, bem como nos momentos de lazer e cultura local. As relações entre vizinhos eram intensas, principalmente no início do

Cabo Dito, quando o capitalismo ainda não havia desintegrado o tecido social da agricultura camponesa e o mundo ainda não era tão "líquido". Debaixo de toda a miséria que arrolamos anteriormente, existia um nanoterritório em que os sujeitos, homens e mulheres, sobreviviam com o pouco que conseguiam ter. Não eram sujeitos antissociais e sem raízes; eram migrantes que haviam formado família e buscavam adaptar-se ao ambiente urbano.

3.4.2 Memórias sensíveis

No decorrer dos depoimentos, vários depoentes lembraram de experiências vividas cujos desfechos resultaram em momentos de grande tristeza e traumas. Alguns, ocorridos na favela do Cabo Dito; outros que, após os acontecimentos, levaram algumas pessoas a migrar para a favela do Cabo Dito. São histórias de abandono familiar, de desastres naturais, de violência doméstica e de privações decorrente da ausência de alimentação.

Darci Pinho (2021) rememorou o tempo em que seu pai abandonou a família: "O pai abandonou a mãe e os filhos. A mãe foi para favela. Trabalhava matando porcos no trevo dos guarda, onde era o frigorífico. A mãe tinha oito crianças. Dois morreram. Foi aí que começou a pobreza". História parecida ocorreu com Dona Geni Maria de Almeida Marques (2021):

Nasci e me criei em Pato Branco. Me ajuntei com um homem, tivemos filhos e ele me abandonou. Fiquei com os filhos e vim morar na favela do Cabo Dito. Nem sabia quem ele era. Minha mãe me contou: "Olha, nós vamos morar no Cabo Dito". Eu disse: "Então tá bom". Não sabia o que era favela. A gente era da colônia. Passamos fome, miséria, mas ficamos morando no Cabo Dito. Cuidei dos meus filhos, levei para o colégio. Minha vida foi cuidar dos filhos.

As memórias de Darci e Geni Maria comovem e, ao mesmo tempo, nos fazem compreender os motivos pelos quais algumas pessoas decidiram morar numa favela. Não era apenas ausência de um lugar para morar, mas um lugar para morar com filhos e mãe, tendo ainda

que trabalhar a fim de custear as despesas básicas para sobreviver, pagando o mínimo possível pelo aluguel de uma casa feita de restos de madeira sobre um banhado. No caso de Darci, a perda de dois irmãos tornou a situação ainda mais traumática.

As mudanças climáticas na atualidade têm sido objeto de intensa veiculação de matérias na imprensa brasileira, sobretudo quando ocorrem grandes desastres naturais, como enchentes, deslizamentos de terras em encostas de morros com densa área povoada. Enchentes também aconteceram na favela do Cabo Dito, e um episódio foi narrado por Iliandra Aparecida Martins (2021):

A enchente ocorreu quando meu filho tinha onze anos. A área mais alagada foi em casa e na casa da comadre Jociane, na baixada. Nós ficávamos no meio, entre as patente. Quando a água entrou em casa, patente já estava alagada e no meio da merda, dos sapos e dos ratos, pois o rio encheu demais e a água represou. A água ficou no Joelho.

A enchente mencionada por Iliandra também foi objeto de lembrança de Alexssandra Silva (2021), que morou na favela do Cabo Dito: "Naquela época, a gente morava numa casa que alagava sempre que chovia muito. Eu lembro que certa vez alagou tanto que a minha mãe me colocou dentro de uma bacia e deixou eu boiando na água enquanto ela ia tentando erguer as coisa pra não estragar tudo".

Mas nem tudo era enchente. Houve também temporal que se formou do nada, lembra Tereza de Fátima Ribeiro (2021):

"Não acredito vai chover!" Deitei na cama. Assim que comecei a cochilar começaram um barulho intenso: pá, pá, pá... e descobriu a casa toda. Meu Deus do Céu! Só por Deus que não aconteceu de morrer arrebatado no meio das tábuas que caíram no meio da cama. Caiu uma tesoura inteira e quebrou no meio da cama. Foi um desespero. Logo veio gente na janela ver se estávamos bem. Nem todas as casas descobriram. Pegaram as meninas pela janela. A casa foi coberta com lona. Graças a Deus, em quinze dias eu consegui tudo de volta. Fiquei ali mesmo.

Chuvas intensas, vendavais, tempestades, alagamentos. Desastres naturais que atingem ricos e pobres, mas são os pobres e favelados que sentem mais e por um tempo mais longo as consequências dos desastres, tendo, ainda, que conviver com a ausência de alimentos, moradias dignas e até trabalho remunerado.

Na favela do Cabo Dito, porém, a morte também se fez presente. Vera Lúcia e Carmelinda Ferreira lembraram da morte trágica de uma criança que morava no Cabo Dito. Seguem as versões da trágica história:

Eu lembro que muitos acidentes aconteceram. Lembro, inclusive, de uma menina de uma comadre da mãe. Era meio-dia. O caminhão do lixo passava coletar o lixo do outro lado da BR-158. Ela tinha sete anos e a mãe dela mandou ela jogar o lixo lá na rodovia. Nós só escutamos um estouro. Um caminhão passou por cima da cabecinha dela. Eu lembro a imagem: ela deitadinha com uniforme da Dona Frida. O caminhão pegou só na cabeça dela (Surpa, 2021).

Eu vou ter que contar uma história triste. A menina levantou de manhã e era costume jogar o lixo do outro lado da BR. Ela levantou e pegou um pedaço de carne, colocou a sapecar em cima da chapa do fogão para comer. A mãe falou: "Vai levar o lixo". Ela foi levar o lixo. A minha menina estava na janela e ela falou assim: "Tchau!", com a sacolinha de lixo na mão, "estou indo embora...". Ela atravessou a BR, jogou o lixo e quando ela foi voltar o veículo pegou. Bateu bem na cabeça dela. Quebrou o pescoço dela. Morreu. Nem a carne que ela tinha colocado para se alimentar ela não comeu (Ferreira, 2021).

FIGURA 12. Fotografia: vista panorâmica do Cabo Dito

Fonte: acervo da Prefeitura Municipal de Pato Branco (2008).

Ozenil Vieira (2021), filha do Cabo Dito, narrou emocionada a possível causa da morte de Leandro, filho recém-nascido:

Quando o Leandro nasceu, a gente foi *pro* lixão, onde o caminhão despejava lixo. A gente foi lá para ver se conseguia alguma coisa que aproveitasse. Eu levei o menino recém-nascido. O Leandro era recém-nascido. Eu acho que ele ingeriu muita fumaça do lixo. Após a alta [hospitalar], eu levei ele para casa e eu morava do lado da casa do meu pai. Eu escutei ele choramingando, quando eu abri o olho e olhei para ele, tinha uma ratazana enorme roendo a moleirinha dele. O "Preto" tentou matar o rato, mas não conseguiu. Faltava oito dias para ele completar quatro meses quando morreu.

Lucimar Vidal da Silva (2021) lembrou do tempo difícil vivido no Cabo Dito, sobretudo da vida sofrida levada por sua mãe para criar os filhos; a longa narrativa ocorreu sob muita emoção e lágrimas:

A minha mãe era muito sofrida. A gente queria ajudar e não podia, sabe... [chorando] A gente ia trabalhar cedo para comer só à noite, muitas vezes. Saia sem café pra trabalhar, pra ajudar a mãe. Eu tinha treze anos quando uma mulher que trabalhava de cozinheira no Centro arrumou trabalho para mim. Eu trabalhava parte da noite. Era três, quatro horas da manhã, quando eu chegava em casa e não tinha nada pra comer. Passei a levar do trabalho bastante coisa... x-salada, pedaços, restos, sabe? Eu levava para meus irmãos comer. Essa mulher morava no Cabo Dito, mas ela era uma cozinheira bem conhecida.

3.4.3 O trabalho informal

Como apontado nos capítulos anteriores, o sudoeste do Paraná estava integrado, ainda que de forma dependente, aos circuitos da economia paranaense. Na década de 1950, a economia local predominante era a da agropecuária de subsistência em pequenas propriedades, com escassez de empregos. “Isso garantiu, por um bom período, uma situação de maior população no meio rural” (Dambros, 1997, p. 60). As incipientes atividades industriais beneficiavam produtos da agropecuária local, e os próprios camponeses produziam artesanalmente suas ferramentas. “Havia por isso um reduzido consumo e inexpressiva atividade industrial”, o que promoveria uma industrialização tardia e um crescimento urbano lento (Santos, 2011, p. 80). No início da década seguinte, houve o primeiro movimento migratório para as cidades, ocasionando um aumento considerável da população urbana devido ao chamado êxodo rural, ou seja, a mecanização da agricultura expulsava homens e mulheres camponeses, de forma análoga ao que constataram Marx e Engels. O resultado foi, na década de 1970, um processo acelerado de urbanização (Schwarz, 2001, p. 87-88). O desenvolvimento comercial fez surgir diversos organismos de representação dos setores empresariais, como câmaras dos dirigentes lojistas (CDLs), sindicatos patronais, associações comerciais e industriais, sindicatos de trabalhadores urbanos, Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná

(AMSOP), Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná (ACAMSOP) e os primeiros germes de associações de moradores de bairros (Dambros, 1997, p. 61).

Pato Branco, que já se destacava na centralidade regional desde o período da extração de madeira e erva-mate, ganhou fôlego na década de 1980 com a introdução de novos ramos industriais e o fortalecimento das agroindústrias, atraindo mais contingente de mão de obra para o espaço urbano (Santos, 2011, p. 83). Segundo Cesar Augusto Lustosa (2010, p. 39-40), até a década de 1980, não havia uma clivagem entre agricultura e indústria, ou seja, uma divisão do trabalho *stricto sensu*:

Como se trata de uma região de colonização tardia, até meados dos anos 1960, era possível produzir ainda sem fertilizantes industrializados; porém, a necessidade de introduzir tais tecnologias na agricultura acabou por desestabilizar o complexo rural da região, à medida que o trabalho braçal começou a ser substituído pelas máquinas, defensivos, etc. Também se pode perceber aqui a importância do capital financeiro como agente para a industrialização no Sudoeste do Paraná. Primeiramente esse capital foi importante porque estimulou a modernização da agricultura dessa região, pois financiou a aquisição de máquinas (e insumos agrícolas), o que por sinal foi responsável pela liberação de parte da população do campo para se ocupar na indústria e em outras atividades tipicamente urbanas. Em um segundo momento, o capital financeiro alimentou diretamente a produção industrial, que por sua vez, necessitava de um mercado consumidor local, coisa que parte da população liberada do campo fez ao se mudar para as cidades da região. Resumindo, o capital financeiro intensificou a divisão do trabalho no Sudoeste do Paraná, deixando no campo as atividades propriamente agrícolas e levando para as cidades a produção industrial.

É nesses marcos que o Cabo Dito se inscreve. Seus moradores passaram pelo processo migratório campo-cidade, pela industrialização e pelo desmonte neoliberal; e, mais recentemente, a precarização do trabalho. É nesse sentido que a centralidade da classe avulta, a "efetividade, processualidade e concretude da classe permanecem

vivas" (Aquiles, 2011, p. 14). A partir dos depoimentos, percebe-se que os trabalhadores do Cabo Dito, de modo geral, conseguiam emprego com relativa facilidade, ainda que o salário fosse insuficiente. Dona Tereza de Fátima Ribeiro (2021) conta como foi conseguir emprego de diarista no bairro vizinho ao Cabo Dito, conhecido como "BNH":

Nós não tinha o que pôr na panela. E a minha sogra, que é minha segunda mãe, me disse que era para subir no BNH e oferecer serviço de diarista para fazer faxina. Eu nunca fui de fazer faxina porque eu me criei na roça. Mas Deus é maravilhoso! Subi no BNH. Fui caminhando. Demorou para aparecer alguém para dizer que estava atrás de serviço; que eu queria arrumar um serviço de diarista. Apareceu uma senhora. Cumprimentei, falei e ela logo me chamou para entrar na casa. Ela gostou do meu jeito. Me orientou como limpar o forno e pediu quanto eu ia cobrar. Eu disse que não sabia porque nunca tinha trabalhado como diarista. "A senhora que sabe, o que a senhora me der pra mim é bem-vindo". Trabalhei sete anos na mesma casa.

Enquanto alguns moradores do Cabo Dito conseguiram trabalho na área urbana de Pato Branco, outros continuaram trabalhando na área rural, como boias-frias na extração de feijão, na capina de milho e soja, na limpeza de área de pastagem em vários municípios da região sudoeste do Paraná. Loreci Terezinha Rodrigues (2021) trabalhou como boia-fria e se emocionou ao fazer este relato:

O caminhão buzinava na BR, mas eu já tinha levantado às três horas da manhã. Deixava uma marmita pronta e ia para a banda da Independência, Passo da Pedra, arrancar feijão. Arrancava com a mão. Dia inteiro com a cabeça baixa. De manhã, nós pegava toda a água do sereno. A gente chegava a ficar com a roupa puro picão.

Picão... lembrei da história do Picomã. Não imaginávamos que pudesse haver boias-frias em Pato Branco. Mas, como disse Darci Pinho (2021), "Quanto à sobrevivência, tinha que correr atrás do pão". Darci pontua que, antes de trabalhar com reciclagem, chegou a trabalhar como engraxate na década de 1980; e ficavam em frente à banca de jornais mais famosa e antiga da cidade, esperando a classe média sair

do local com seus sapatos de couro. “Eu tinha que engraxar pra trazer o leite para os outros”, detalha Darci (Pinho, 2021).

O jornalista Roberto Ivan Rossatti (2021), que acompanhou a trajetória do Cabo Dito como repórter policial, conta que ali “as pessoas viviam no subemprego, trabalho braçal, boias-frias, atividades sub-remuneradas e mendicância”. O pai de Daniel Lopes Calumby era “chapa”. Seus avós eram boias-frias, e ele próprio trabalhava no mesmo ponto localizado na BR-158, que estava a 300 metros do Cabo Dito. Ele conta que os homens não tinham serviço fixo, trabalhando no serviço de carga e descarga em armazéns, e que a maioria das mulheres era doméstica.

Os choques econômicos das décadas de 1980 e 1990 obrigaram as pessoas a se reagrupar em torno da soma dos recursos da família para sobreviver, obrigando homens, mulheres e crianças a trabalhar, mesmo que em empregos informais. Isso produziu um efeito deturpador: a limitação da capacidade das famílias trabalhadoras urbanas de implantar estratégias de mobilidade social por ter de mobilizar os seus recursos para a sobrevivência básica. Os depoimentos coletados sobre a favela do Cabo Dito nos ajudam a pensar o quanto a favela foi funcional, no sentido de que os colocava próximos aos locais de trabalho, ou da prospecção de trabalho, ainda que informal. Além disso, o comércio e os serviços estavam próximos. Escolas e posto de saúde estavam acessíveis a pé.

Durante os contatos informais para as entrevistas, eu ouvi relatos de pessoas que julgavam os moradores do Cabo Dito ora como vítimas de uma “cultura da pobreza”, ora como “vagabundos”, pessoas não integradas à cidade. O que a pesquisa mostrou foi exatamente o contrário: eles não só estão integrados social e economicamente, construindo nossos apartamentos, limpando nossas casas, colhendo o feijão que comemos, carregando nossos materiais; além disso, são superexplorados, representando um suprimento de mão de obra barata e consumindo na rede local, pois pagam os impostos mais altos, sem contrapartida do Estado. Apesar de certas funções terem desaparecido (engraxate, boia-fria), outras continuam até hoje (“chapa”, diarista). Seus pais foram pobres; eles também são. Se tiveram algum pouco de acréscimo na renda, é porque trabalharam forte para isso, engordando os bolsos dos patrões ainda mais.

CAPÍTULO 4

QUANDO DESTRUÍRAM A FAVELA DO CABO DITO

Em agosto de 2004, faleceu Dona Lurdes, esposa do Cabo Dito. Meus depoentes contam que o velório ocorreu em Francisco Beltrão, onde residiam os familiares. Mas houve velório de Lurdes no pátio do Cabo Dito, lembra Cleusa Fátima Dutra (2021): “Trouxeram o corpo dela no pátio para povo ver ela. Depois ela foi para Beltrão. Eu fui em Beltrão, no enterro. Ela comandava o pátio do Cabo Dito. Era praticamente a mãe do povo que morava ali”.

Em fevereiro de 2005, o colunista do jornal *Diário do Povo* Carlos Antonio de Almeida Ferreira começou a empreender uma “cruzada” contra a favela do Cabo Dito.

Você pode admitir que bem à vista das autoridades executivas e legislativas possa haver o cortiço/favela Cabo Dito, no bairro Vila Esperança? Ela existe há muito tempo e, dada a indiferença das administrações anteriores e pelo pouco caso até agora da atual, continuará até que haja uma tragédia que obrigue a providências urgentes ou que a comunidade entre em ação. Leitor e eleitor, se você quiser ver o que é desumanidade, vá conhecer as pessoas que ali habitam, a par da exploração do proprietário do lote que, apesar de tudo, ainda cobra aluguel dessa gente (Almeida, 2005, p. 3).

Não era apenas uma cobrança ao Executivo e ao Legislativo municipais em relação à desumanidade observada no Cabo Dito. Era, também, um convite à sociedade pato-branquense para conhecê-la e se indignar com o cenário. Mas a indignação deveria, no entender do colunista, ser direcionada ao proprietário do terreno, que explorava as pessoas. Era necessário desmoralizar o policial Cabo Dito publicamente.

Em 19 de fevereiro de 2005, edição de sábado/domingo, a favela do Cabo Dito foi matéria de capa no jornal *Diário do Povo*, tendo por título “Resquícios da miséria e do descaso”. No Cabo Dito, dizia a matéria, “se esconde uma triste realidade de abandono”, onde “convivem dez famílias em extremo estado de pobreza”. A expressão “esconde” é uma ironia utilizada pelo jornal. E continua: “ameaçando a saúde das famílias, principalmente das crianças, os mais de 30 menores que habitam no Cabo Dito brincam em meio ao esgoto que corre a céu aberto” (Resquícios [...], 2005, p. 12). Quem não se comoveria ao ver as duas fotografias que, ao lado do texto, expunham o esgoto que corria *in natura* no Cabo Dito? Mas a questão aqui é outra: a tática do jornalista a explorar a situação vivida pelas crianças na favela como forma de sensibilizar a opinião pública. E a matéria de capa ia além da sensibilização: novamente, instigava os leitores à indignação ao denunciar os valores pagos pelos aluguéis: “As famílias que sobrevivem no local pagam aluguel pelos barracos entre R\$ 15,00 e R\$ 50,00 por mês” num local que teria “mais de 30 anos”. Havia o relato de uma das moradoras, Lucineia de Oliveira: “A mãe morou aqui e criou nossa família. Já estou há 24 anos aqui e nunca fizeram nenhuma melhora na estrutura” (Resquícios [...], 2005, p. 12).

Cinco dias depois, Roberto Salvador Viganó, prefeito de Pato Branco, foi entrevistado pelo jornal *Diário do Povo* sobre a favela do Cabo Dito, cujo título da matéria estampava “Viganó diz que problema será resolvido” (Viganó [...], 2005, p. 7). A favela do Cabo Dito tornou-se um problema, e não a miséria daqueles que lá moravam. Viganó se comprometeu em “buscar parcerias para solucionar essas questões” e “construir várias casas para atender essa gente” (Viganó [...], 2005, p. 7).

Coletamos um longo depoimento oral com o ex-prefeito Viganó (2021), que assim se referiu sobre a favela do Cabo Dito:

O meu negócio foi tirar as crianças, muitas crianças mesmo... criancinhas de colo. Não era situação de um ser humano viver. [...] Era cobrança de muitos prefeitos, imprensa, todo mundo. Mas nenhum prefeito teve a coragem que eu tive... de enfrentar de frente aquele problema. [...] Eu fiz através da Ação Social, que é uma secretaria que eu reestruturei na minha administração. Resolvi fazer de imediato. Fui criticado, "pauleado". Mas eu tomei uma decisão drástica: mandei alugar casas até que construísse as outras, com ajuda de muitos empresários.

Em julho de 2005, outra matéria foi veiculada pelo jornal *Diário do Povo* denunciando que "Moradores continuam em condições sub-humanas em casas do Cabo Dito". Na mesma matéria, consta o pronunciamento do Secretário Municipal da Administração e Planejamento, Frederico Vanetti de Araújo, em que explicava os encaminhamentos dados pelo poder público municipal:

Foi feito um estudo no local onde se localizam as casas do Cabo Dito para saber se poderiam ser construídas novas moradias no mesmo local. "O Instituto Ambiental do Paraná (IAP) não liberou porque o solo é de banhado e também porque, se fossemos seguir as orientações da Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar), dariam para serem construídas em torno de seis casas. O solo não é propício para construção e seria necessário fazermos um aterro muito caro, explicou. Araújo informou que existe um outro terreno na cidade onde serão construídas cerca de 25 casas populares para o desfavelamento dessas famílias e do bairro Gralha Azul, entre outras. "Esse terreno é da prefeitura e mais um outro está em fase de avaliação do IAP. Essas famílias do Vila Esperança e do Gralha Azul foram cadastradas na Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania. Assim que a Cohapar terminar a construção de casas populares no bairro São João, será iniciada a construção em outro terreno para que sejam beneficiadas essas famílias" (Moradores [...], 2005, p. 3).

A “solução” para o “problema” estava dada: a construção de casas em outro local. Era um reassentamento em área urbana¹. O que nos intrigava era o fato de o secretário justificar a remoção pelo estudo do órgão ambiental e de orientações do setor de habitação do estado do Paraná. A situação vivida pelos moradores do Cabo Dito, ao que parece, deixou de ser importante. A falta de comida, trabalho e saúde deixou de ser o argumento principal, pois o interesse agora era sobre o terreno onde estava, havia décadas, a favela do Cabo Dito. Remover as famílias daquele lugar sem destruir as casinhas era temeroso, pois outras famílias poderiam vir a ocupar as casas. Como o terreno pertencia ao Cabo Dito, tinha de ser tratado como uma área privada. Mediante isso, o poder público municipal pouco poderia fazer.

Viganó, em 6 de maio de 2005, assinou o decreto n. 4.839, desapropriando o imóvel pertencente ao policial militar Cabo Dito, tendo em vista que não houve acordo entre o policial e o poder público. O jornal *Diário do Povo* registrou em suas páginas uma conversa que teria ocorrido entre Viganó e o Cabo Dito sobre a área da favela:

O prefeito Roberto Viganó (PDT) disse que nesta semana Cabo Dito esteve em seu gabinete. “Eu não o conhecia e conversamos. Pedi para que ele trouxesse a documentação referente ao local, para o qual a Câmara Municipal já aprovou a desapropriação. Visitei o lugar e constatei mais uma vez que as pessoas vivem em condições subumanas. O cabo nos informou que a documentação do lugar está em nome dos filhos e que ele não sabe o endereço deles [...] pedi para a Assessoria Jurídica dar continuidade ao processo de desapropriação”, declarou. Também conforme informações do prefeito, a Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar) não aprovou a construção de casas no local. “Vamos estudar a possibilidade de construção de moradias para essas famílias em outro lugar. Estamos fazendo um levantamento junto às imobiliárias, para que paguemos um preço justo pela desapropriação do Cabo Dito” (Prefeitura [...], 2005, p. 5).

¹ Denominamos aqui simplesmente como remoção o reassentamento dos ex-moradores. Tecnicamente, reassentamento “compreende a remoção para outro terreno, fora do perímetro da área de intervenção. Trata-se da produção de novas moradias de diferentes tipos (casas, apartamentos, habitações coletivas, lotes urbanizados) destinados aos moradores removidos de assentamentos precários”. Não confundir com remanejamento, “construção de nova unidade habitacional, ou a reconstrução da unidade habitacional no mesmo perímetro da favela ou assentamento precário que está sendo urbanizado. A população é mantida no local após a substituição das moradias e tecido urbano. É o caso, por exemplo, de áreas que necessitam de troca de solo ou aterro. Na maioria das vezes, a solução é a remoção temporária das famílias para execução de obras de infraestrutura e construção de novas moradias” (Cohapar, 2012, p. 15).

No depoimento que coletamos com Roberto Viganó (2021), ele destaca que o Cabo Dito era uma pessoa de difícil trato: “Pessoa muito difícil de lidar. Tentei fazer um acordo com ele, mas teve de ir para ‘caneta’. Era muito difícil lidar com ele”. Diante das negativas do Cabo Dito, em 3 de agosto de 2005, a Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal protocolou a Ação de Desapropriação, Autos n. 382/2005, em face dos proprietários do imóvel, Osires Ramos de Andrade, Ozenil Ramos de Andrade e Oclides Ramos de Andrade². O processo correu na 2ª Vara Cível da Comarca de Pato Branco. Ao polo passivo, foram dados como residentes e domiciliados em local incerto e não sabido. Deu-se à causa o valor de R\$ 29.420,00 (vinte e nove mil quatrocentos e vinte reais) pelo imóvel, preço avaliado por uma Comissão de Avaliação instituída por Viganó, cujo laudo foi apensado ao processo. Dois pareceres de imobiliárias foram também anexados, sendo uma delas a Valmir Imóveis Ltda, que iria alugar as casas para os removidos.

FIGURA 13. Fotografia: pátio do Cabo Dito (2005)



Fonte: Autos n. 382/2005 (Poder [...], 2005, p. 25-27).

² Como Oclides era falecido, o espólio foi representado pelo pai e pela mãe do *de cujus*: Benedito Ramos de Andrade (Cabo Dito) e Maria Pereira (“Maria Burrica”).

Na peça inicial, a Prefeitura ratificou o decreto: “a desapropriação é necessária com vistas à execução de plano de urbanização [...] visando o desfavelamento daquele local”. Como o art. 9º do decreto-lei n. 3.365/1941 veda ao Poder Judiciário “decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública”, o processo era mera formalidade, pois o ato discricionário do Executivo municipal tinha maior peso. No documento, requeria urgência na imissão de posse do imóvel, tendo em vista que “a área possui condições inadequadas, impróprias a saúde e a dignidade humana, além de localizada em bairro do Município impedido a execução de projetos de urbanização no local, sendo conveniente e oportuna aos propósitos da Administração Municipal” (Poder [...], 2005).

A morosidade no atendimento dos direitos sociais garantidos constitucionalmente contrastou com o rápido andamento dos trâmites administrativos: em 20 de julho de 2005, foi publicado o decreto; em 22, o jornal local deu cobertura ao caso; em 27, foi subscrita a inicial; em 3 de agosto, autuado o processo; em 8, publicada a citação por edital. Citações, intimações, negociações sobre honorários de perícia, idas e vindas de avisos de recebimento, juntadas de certidão. Em 7 de abril de 2006, a Prefeitura informou que depositou em juízo o valor causa, e o órgão do Poder Judiciário concedeu assim a expedição de mandado de imissão de posse e, à revelia dos réus, em 24 de abril de 2006, nomeou-se curador especial. Na certidão de imissão de posse cumprida dois dias depois pelo oficial de justiça Itamar dos Santos Mathias, constam 51 moradores no Cabo Dito:

Este Oficial de Justiça constatou em diligência que sobre o Imóvel Lote nº 10, da quadra nº 829, em questão, existe 10 casebres, em péssimo estado de conservação, onde reside 16 famílias, sendo que em algumas casas residem até 03 (três) famílias, a seguir descrito:

VILMAR AMARANTE, mais 05 (cinco) pessoas = 06;

ANA CLAUDIA RODRIGUES, mais 01 (uma) pessoa = 02;

NADIR VOLTA, mais 04 (quatro) pessoas = 05;

DULCINEIA VOLTA, mais 02 (duas) pessoas = 03

ELENIR CORREA DE ALMEIDA, mais 01 (uma) pessoas = 02;

MARCIA MULLER, mais 02 (duas) pessoas = 03;
 JOSÉ CARLOS GONÇALVES, mais 01 (uma) pessoa = 02;
 CLAUDETE MAIA, mais 03 (três) pessoas = 04;
 ZIGOMAR FRANCISCO ILOIS, mais 04 (quatro) pessoas = 05;
 LUIZ CARLOS RODRIGUES, mais 01 (uma) pessoas = 02;
 JANE MAYER, mais 02 (duas) pessoas = 03;
 BERNARDETE DOS PASSOS, mais 01 (uma) pessoa = 02;
 MIGUEL FERREIRA DA SILVA, aposentado = 01;
 JOSÉ ANTONIO DA SILVA MACHADO, mais 01 (uma) pessoa = 02;
 MARLENE CRISTINA BOIKVISKI, solteira = 01;
 EVANDRA APARECIDA MARTINS, mais 04 (quatro) pessoas = 05;
 ANA PAULA MULLER AMARANTE, mais 02 (duas) pessoas = 03;
 ELIANE APARECIDA ALMEIDA 01;

Totalizando as pessoas entre adultos e pequenos residem sobre o referido imóvel 51 (cinquenta e uma) pessoas (Poder [...], 2005, p. 61).

Em 9 de junho de 2006, o curador especial tornou-se procurador de Osires, Ozenil, Benedito e Maria, “para defender os interesses dos outorgantes na ação de desapropriação”. Alguns dias depois, o procurador dos filhos do Cabo Dito juntou uma petição apontando que “os réus, sendo proprietários do imóvel desapropriado em questão, concordam expressamente com o valor de R\$ 29.420,00 (vinte e nove mil quatrocentos e vinte reais) oferecido pelo Município de Pato Branco, em pagamento total da desapropriação”, inclusive “esclarecendo também que não há mais necessidade de perícia, de conformidade com o que estipula o art. 22 da Lei 3.365/1941: ‘Havendo concordância sobre o preço, o juiz homologará a desapropriação por sentença...’”. Em petição de 13 de julho de 2006, a Prefeitura de Pato Branco requereu o pagamento de impostos do IPTU em atraso e do ano corrente.

E, para “engrossar o caldo” do processo, Nadir Aparecida Volta, filha da Dona Lurdes, em 13 de julho de 2006, entrou com Ação Judicial requerendo parte do valor do imóvel, alegando que, na dissolução da sociedade conjugal entre o Cabo Dito e Dona Lurdes, esta teria recebido na partilha um terço do imóvel. Isso fez com que o processo se arrastasse por anos, pois Cabo Dito contestou o direito de Nadir. A sentença final saiu em 1º de março de 2010. Nela, o órgão do Poder Judiciário, em face à “imissão na posse do bem expropriado” e à “concordância expressa com o valor oferecido e depositado”, julgou procedente o pedido formulado pelo Município de Pato Branco, liberando Osires, Ozenil, Benedito e Maria a receber os valores acertados e corrigidos. Quanto a Nadir, ficou ressalvado o direito de pleitear em ação própria a parte controversa. Assim, o município de Pato Branco desapropriou e incorporou ao seu patrimônio o lote n. 10 da quadra 829.

No decorrer do depoimento que coletamos com Ozenil Ramos Vieira (2021), filha do Cabo Dito, ela comentou sobre a desapropriação do terreno e as querelas entre os irmãos e o pai:

Eu fiquei sabendo pelo doutor, o advogado que a Nadir contratou. Ele ligou na vizinha. A Nadir contratou um advogado porque a prefeitura foi lá, conversou com eles e não conseguiam falar com o pai, porque a mulher dele não deixava ninguém se aproximar dele. Nisso, já fazia um ano e dois meses que a mãe da Nadir tinha morrido. E o advogado falou que a Nadir estava requerendo a parte da mãe dela. Mas eles tentaram conversar comigo. Aí, como eu não tinha contato com o Osiris e com a minha mãe, e não consegui entrar em contato com meu pai, fiquei perdida. Eu fiquei perdida e o negócio foi se desenrolando. Veio um chamado pra mim, pra comparecer no Fórum em Pato Branco. Eu não fui. Depois veio uns quatro ou cinco chamado. O doutor Pozza me ligou dizendo que a Prefeitura tinha indenizado em trinta mil. A gente achava pouco, porque se fosse vender... meu pai tinha recusado vender num valor bem mais alto. Quem queria comprar lá, jogou a proposta para meu pai pra fazer uma parada de caminhoneiro. [...] Esses trinta mil ficaram divididos entre meu pai, minha mãe, eu, o Osiris e o advogado. Pelo fato do advogado da Nadir entrar com a petição da parte dela, requerendo a parte dela, que cabia a mãe dela, o juiz segurou dez mil. Então

eles liberaram vinte mil pra dividir para nós seis. [...] Meu pai veio questionar que eu não deveria ter aceitado. Mas se ninguém queria falar, o que eu podia fazer sozinha? Meu pai não aceitava, ele nunca aceitou. Quando o doutor Pozza ia lá na casa do meu pai procurar por ele, a mulher dele falava que ele não estava em casa. Não deixava ele falar com ninguém. Eu aceitei porque, para mim, na minha maneira de ver, já estava tudo perdido... eu não esperava receber nada de lá.

FIGURA 14. Jornal: a remoção dos moradores da favela do Cabo Dito



Fonte: Diário do Sudoeste (2010).

Na edição de 25 de setembro de 2010, o jornal *Diário do Sudoeste* estampava na capa a seguinte manchete: “Transferência de 25 famílias resolve ‘novela’ do Cabo Dito”. A remoção ocorreu no dia anterior e as famílias “foram encaminhadas para casas alugadas pela municipalidade vários pontos da cidade”. O jornal destaca, ainda, que a remoção dava “sequência ao projeto de desfavelamento” e que o aluguel era uma medida de “caráter emergencial e representa uma solução encontrada pela administração municipal, que vai construir as casas com recursos próprios, num prazo de 120 dias”. O periódico cita, ainda, que a decisão foi tomada na manhã daquele dia, “quando o prefeito Roberto Viganó, a primeira-dama e secretária de Ação Social, Neuza Viganó, e o secretário de Engenharia, Obras e Serviços Públicos, Vlademir Dal Ross visitaram o local” (Transferência [...], 2010, p. 7).

4.1 A IRMÃ THERESINHA E A FAVELA DO CABO DITO

A irmã Theresinha Bortolini estava feliz com a mudança das famílias que moravam na favela do Cabo Dito. Ela foi uma das pessoas que intercedeu junto ao prefeito Roberto Viganó para que alugasse casas às famílias até que novas casas fossem construídas. Vinculada à congregação das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, a irmã Theresinha tinha completado 79 anos em 2011, quando as casas foram entregues aos moradores do Cabo Dito; ela tinha 60 anos de vida religiosa, 32 em Pato Branco. Nas atas da Câmara de Vereadores de Pato Branco, assim ela foi descrita: “Sorridente e disposta, [...] conhecida pela doçura e cuidado com que trata as pessoas, também é exigente e obstinada, sendo fiel as ideologias que defende”. Como filha da caridade de São Vicente de Paulo, “trabalhou 32 anos aqui em Pato Branco” no Colégio Vicentino Nossa Senhora das Graças (CVNSG) e na Pastoral Social, atuando no “atendimento das famílias mais carentes” dos bairros incluindo “as famílias do Cabo Dito”, através da promoção social e humana das famílias, “desenvolvendo palestras, reuniões com as crianças, com os pais e elevando sua autoestima” (Câmara [...], 2011, p. 9).

Em vários dos depoimentos que coletamos com moradores e vizinhos da favela do Cabo Dito, a irmã Theresinha foi citada. Adriana Muller do Amarante (2021) lembra que a irmã era “muito educada” e exerceu atividades no Cabo Dito em 2010. “Começou a ajudar nós, [...] começou a dar em cima do prefeito, falando que lá não era lugar de gente morar; porque lá não era para um ser humano viver. Foi ela que ajitou pra nós ganhar as casinha”. Jociane Maier (2021) também conheceu a irmã e, em seu depoimento, é explícito o reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela religiosa:

Ela foi ver a nossa situação. Quem tirou nós do Cabo Dito foi a irmã Theresinha. Ela foi até a prefeitura e falou que era pra ir lá ver a nossa situação nas casinhas. [...] “Eu vou preparar uma surpresa pra vocês”, disse a irmã. “Não quero que vocês fiquem brabas comigo mas se Deus ajudar vocês vão sair daqui”. Ela chegou e falou isso pra nós. Fiquei feliz. Porque íamos sair do banhado [risos].

Vera Lúcia Surpa (2021), nossa depoente mais detalhista, confirma que a irmã Theresinha foi uma das pessoas que mais acompanhou o cotidiano do Cabo Dito, que ela “[...] ajudava sempre com cesta básica, com frutas. Levava bastante doação de roupas, calçados, alimentos; falou que ia nos tirar daquele lugar”. Rodrigo José Correia (2021) comenta em seu depoimento que a irmã Theresinha, por vezes, chegava ao Cabo Dito acompanhada de empresárias pato-branquenses: “Ajudavam, levavam presentes para crianças. [...] Tinha uma mulher empresária dos Dagios da Inplasul”. A religiosa “cobrava do poder público. Várias vezes foi na Ação Social. [...] Ela fazia as visitas no novo local também”.

Tivemos acesso a manuscritos da Irmã Theresinha, disponibilizados pela diretora do CVNSG, Marcia Felipe Miranda, cujo caderno de anotações tem como título “Serviço dos Pobres nos bairros de Pato Branco”. Em dez páginas, a irmã descreveu uma pequena memória dos trabalhos de campo, que iniciou com os seguintes apontamentos:

Combinamos em comunidade que eu poderia ser liberada num dia por semana à tarde para trabalhar nos bairros diretamente junto aos pobres na promoção humana e na mudança de estruturas. Me prontifiquei em nome das irmãs, pela escola, junto com duas mães de alunos Dona Joceli e Dona Carmem nas quartas-feiras ir aos bairros para o trabalho direto com as famílias mais carentes (Bortolini, [2010], p. 1).

Sobre as ações na favela do Cabo Dito, a irmã Theresinha escreveu no caderno de notas como descobriu o lugar. A citação é longa, mas muito preciosa:

Depois de três ou quatro meses de trabalho de promoção humana, de mudança de estruturas e auto estima das famílias neste bairro, por pura coincidência, descobrimos um outro lugar bem pior, nos fundos da Rodoviária Municipal. Era o bairro Picumã; um banhado onde moravam 49 famílias acampadas embaixo de ranchos cobertos de lona preta quase todas parentes, usando o mesmo boeiro, transformando em privada. Dava a impressão de um grande perigo de escorregar e cair dentro do boeiro, principalmente para as crianças. Na semana seguinte, fizemos a primeira visita, claro baseada no meu lema pedagógico "Amar e conquistar para educar e instruir". Levamos suco, cachorro quente e balas para todos. Depois do lanche, brincadeiras à vontade e promessas de novos encontros. Na outra quarta-feira fizemos uma visita à Prefeitura para conseguir ao menos uma privada no local, mas um pouco para cima, no terreno seco, mas nada disso conseguimos. Conseguimos dois bruques para a coleta de resíduos de lixo do local e assim fizemos a limpeza de todo o terreno com a ajuda das próprias crianças (Bortolini, [2010], p. 4-5).

A privada tornou-se uma meta para a irmã Theresinha. No caderno de notas, ela descreveu uma tática adotada por ela para conseguir falar com o prefeito:

Na outra semana estávamos com o banhado um tanto diferente. Podendo até estender as roupas nos arames esticados, mas a privada não saiu, pois o Prefeito tinha viajado à Brasília cumprimentar a Dilma, que tinha sido eleita Presidenta do Brasil. Sabendo da volta do Prefeito, fomos à prefeitura e nos colocamos em frente à porta do gabinete, que estavam aguardando uma pessoa para uma reunião. Quando ele chegou, nos perguntou o que queríamos, pois o estavam esperando para uma reunião. Coloquei-me na frente dele e disse: “Quem vai entrar agora sou eu”. Logo abriram a porta e nós entramos. Dei as boas vindas ao Prefeito, que havia chegado de viagem. Falei que precisava de uma privada no bairro Picumã, caso contrário, na outra semana vou aos meios de comunicação para tomar as devidas providências antes que aconteça um acidente com algumas crianças lá no esgoto. Agradecemos a atenção e saímos (Bortolini, [2010], p. 6-7)

Nesses dias, já em 2010, a imprensa local tinha noticiado a situação da favela do Cabo Dito e, como era esperado, a opinião pública pressionava o prefeito para que desse algum encaminhamento à situação, pois a parte processual tinha se resolvido. A irmã Theresinha assim anotou em seu caderno de notas sobre o dia da remoção dos moradores da favela do Cabo Dito:

Passada uma semana, fomos ao local em questão e demos de cara com uns 45 carros, várias motos e 5 caminhões; todas as autoridades da Prefeitura, da Rádio e Televisão, ocupando o local, dando as determinações e encaminhando as famílias, carregando as mudanças e as pessoas nos caminhões para serem levadas cada um em suas casas: “Minha Casa, Minha Vida” (Bortolini, [2010], p. 7).

FIGURA 15. Fotografia: irmã Therezinha alimentando crianças do Cabo Dito

Fonte: acervo do Colégio Vicentino Nossa Senhora das Graças (2010).

4.2 A REMOÇÃO PELO OLHAR DOS REMOVIDOS

“Vermelho” era o apelido de Darci Pinho. Ele tinha certa liderança no bairro Vila Esperança e no Cabo Dito. Na entrevista que realizamos com ele, destacou que teria sido a irmã Theresinha que trouxe o promotor público e “o pessoal dos direitos humanos” para conhecer a realidade vivida pelas pessoas que moravam no Cabo Dito; que teriam dado 48 horas para o prefeito interditar a favela do Cabo Dito. Darci, no entanto, diz que ficou sabendo da remoção das famílias pelo prefeito Viganó, que veio conversar com ele. Lembra de ter sido intimidado pelo prefeito:

O Prefeito falou: “Barba-ruiva’, você é o único que trabalha; que tem esse depósito. Então você fala com esse pessoal teu aí... se eles não saírem por bem, eles vão sair a ‘base de pau’ daqui. Porque chega de relaxado! Então você fala com tudo esse pessoal, não interessa se é branco, preto, amarelo, barba-ruiva igual você! Veja todas família, o nome de todos com família, eu passo para Assistência Social que vai pagar aluguel para vocês, senão eu vou pra cadeia por causa de vocês. Eu tenho de desativar essa favela. Em quarenta e oito horas vou meter as máquina aqui, se você não sair por bem, sai por mal daqui”. Passado uma semana, que eu me recordo nós evaporamos do pátio (Pinho, 2021).

Alexssandra Maier da Silva lembra que todo mundo achava que era mentira que a Prefeitura iria, de fato, realizar a remoção das famílias. Até mesmo Darci Pinho, o “Vermelho”, acreditava que o tom da conversa com o prefeito era apenas “uma pressão”, tanto que teria dito para o pessoal do Cabo Dito que todos teriam de sair da favela e ouviu de vários moradores “‘Não! Daqui não saio. Mas nunca que eu saio daqui’; que teve gente que fechou a porta e que nem com a polícia ia abrir” (Pinho, 2021). Adriana Muller do Amarante (2021) expõe seu olhar sobre o momento da remoção: “No início ninguém quis sair. Ninguém queria se mudar no primeiro dia. Só eu. Houve quem se desesperou tanto que não aceitava pelo tempo que morávamos lá. Não era chegar e nos tirar do dia pra noite. Houve até mulheres que bateram boca com o prefeito”.

A resistência à remoção, nos depoimentos referidos, remete ao costume e ao modo de vida que levavam coletivamente na favela do Cabo Dito. As péssimas condições de vida eram inegáveis, mas, para além disso, laços de amizades e parentescos foram construídos ao longo do tempo. Desfazer-se disso de uma hora para outra, para muitos, era impensável. Outra coisa que se destaca a partir das lembranças dos depoentes refere-se ao fato de colocarem-se, novamente, na condição de migrantes, num novo lugar que não conheciam, criando um cenário de incertezas quanto ao futuro.

Mas uma questão nos perturbou: houve, mesmo, pressão do Ministério Público sobre o prefeito Viganó? Visando dirimir a dúvida, conversamos com o promotor da 2ª Vara Cível, em que correu o processo de desapropriação. O promotor Vitório Alves da Silva Júnior esclareceu que a propositura da ação poderia ser verificada na peça inicial do processo e que constava o Executivo municipal como proponente. Isso veio ao encontro dos ditames do decreto-lei n. 3.365/1941, pelo qual se desapropriou a área por interesse público, não havendo determinação, por parte do Ministério Público, de interdição e tempo para execução por parte da Prefeitura. Diante da negativa do Ministério Público, quem seria esse “promotor”? As fontes jornalísticas e os relatos de ex-moradores mencionam apenas a realização de fiscalização da Vigilância Sanitária na favela do Cabo Dito. Acreditamos que a crescente presença de pessoas circulando no pátio da favela do

Cabo Dito, além das conversações da irmã Therezinha, apontando à necessidade de a presença do Ministério Público intervir na situação, acabou por cristalizar na memória de muitos uma possível cobrança pelo Ministério Público ao prefeito Viganó. Teria, então, o prefeito Viganó blefado sobre ter sido intimado pelo Ministério Público e que teria 48 horas para remover os moradores da favela? Eis uma questão que merece ser investigada mais a fundo.

FIGURA 16. Fotografia: remoção e destruição do Cabo Dito



Fonte: acervo da Prefeitura Municipal de Pato Branco (2010).

Muitos relatos apontam que a favela literalmente “evaporou”, como disse Darci Pinho (2021). Cleusa Fátima Dutra (2021) fala da rapidez que as coisas aconteceram: “Ficamos sabendo uns quinze dias antes que eles iriam nos tirar de lá. Um dia, disseram ‘hoje vamos erguer acampamento e vamos levar todos para as casinha nova’. Quando vi, já estávamos lá do outro lado da cidade”. Adriana Muller do Amarante (2021) também menciona a rapidez: “Chegaram do dia para noite, com os papéis que o prefeito tinha mandado acabar com a favela em quarenta e oito horas; chegaram com os caminhões, homens e os

papéis, dizendo ‘já alugamos umas casas, arrumem as mudanças’. Foi do dia pra noite”. “No mesmo dia, todas as famílias tiveram de sair. Foi tudo no mesmo dia. Chegaram e falaram assim: ‘Vão arrumando tudo que for de vocês, que vamos levar pra as casa que foram alugada’”, lembra Jociane Maier (2021). A favela foi para o chão, destruída por máquinas em questão de horas. “Oito meses depois, a nossas casas ficaram prontas. Mudamos novamente”, lembra Adriana Muller do Amarante (2021).

Em 24 de novembro de 2010, a favela do Cabo Dito foi destruída pelas máquinas da Prefeitura Municipal. Desse dia em diante, o Cabo Dito continuaria a existir nas memórias da população e nos registros documentais produzidos. “As máquinas vieram e derrubaram tudo”, lembra Maria Bernardete Marcis (2021), vizinha da favela. O material utilizado para construir os barracos era tão precário que “bastou chegar a máquina na primeira casa pra descer todos os barracos também”, diz Adriana Muller do Amarante (2021). “Quem queria carregar as coisas carregava, quem não queria, as máquinas passavam por cima”, pontua Adão Alves de Oliveira (2021).

FIGURA 17. Fotografia: barracão comercial no lugar do Cabo Dito



Fonte: autor (2021).

Jucelino Boschi, popularmente conhecido como “Juce”, no tempo da destruição da favela do Cabo Dito, era presidente da Associação de Moradores da Vila Esperança. No depoimento que ele nos deu, narrou que, após a desapropriação, a mudança das famílias e a destruição da favela, “[...] o Roberto Viganó teria deixado o terreno para Associação de Moradores do bairro para construir um Posto de Saúde. Aí entrou prefeito Zucchi e vendeu o terreno, sem consultar a população. Quando nós soubemos já tinha vendido” (Boschi, 2021).

O relato de Jucelino vai ao encontro de documentos que encontramos quando da pesquisa realizada na Câmara de Vereadores de Pato Branco. O vereador Laurindo Cesa (PSDB) emitiu o ofício n. 638/2011, de 8 de dezembro de 2011, solicitando que a prefeitura, por meio do departamento competente, analisasse “a possibilidade de construir um novo Posto de Saúde para o Bairro Vila Esperança e bairros vizinhos no local onde existiam as residências populares do Cabo Dito”. Quatro dias depois, o Executivo municipal expediu o ofício n. 177/2011/AAL, em resposta ao pedido do vereador Laurindo, informando: “já existe uma unidade de Saúde nesse bairro que atende as pessoas residentes naquele bairro bem como os bairros vizinhos, e o mesmo já está cadastrado junto ao Ministério da Saúde para receber verba para seja realizada Reforma e Ampliação do local, não sendo possível a construção de outra Unidade no local sugerido”. Após a destruição da favela, destruíram-se, com o passar do tempo, as promessas de que no lugar seria construída outra obra pública. Algum tempo depois, a área foi vendida e os vizinhos do Cabo Dito viram nascer megaempreendimentos comerciais, imponentes e com a fachada voltada para a BR-158.

FIGURA 18. Fotografia: vista aérea do bairro Vila Esperança

Fonte: Volmir Sabbi (2014), com legendas elaboradas pelo autor.

4.3 OS EX-MORADORES DO CABO DITO E A CASA NOVA

O prefeito Roberto Viganó (PDT) construiu um plano de desfavelamento para Pato Branco, apoiando-se nos programas habitacionais dos governos Lula e Dilma denominados “Minha Casa, Minha Vida”. Previu-se a construção de habitações de 39,2 m² em diversos bairros e, para o Cabo Dito, casas de 33,64 m². Mas, para isso, havia a necessidade de seguir um cronograma de construções mediante o repasse do Governo Federal ao município, comenta Rodrigo José Correia (2021), que ocupava o cargo de coordenador de Habitação de Pato Branco da Secretaria Municipal de Assistência Social. Em outubro de 2010, a decisão de remover os moradores da favela do Cabo Dito já tinha sido tomada, bem como a locação de casas para todas as famílias até que as novas casas ficassem prontas. O custeio das locações não era barato, por isso a urgência na edificação de novas casas. Foi aprovado o uso de recursos próprios do município, lembra Rodrigo Correia (2021):

“Foi feito orçamento, contratada a empresa do Nino tanto no Bela Vista quanto no Santo Antônio. Só que o município só tinha esses dois terrenos”, Nova Esperança e Boa Esperança, respectivamente. “Foi feito em formato de condomínio: várias casas num terreno só. Foi celebrado comodato, ali tem as cláusulas não pode vender” dentro do prazo de 15 anos.

FIGURA 19. Fotografia: conjunto habitacional Boa Esperança, Pato Branco (PR)

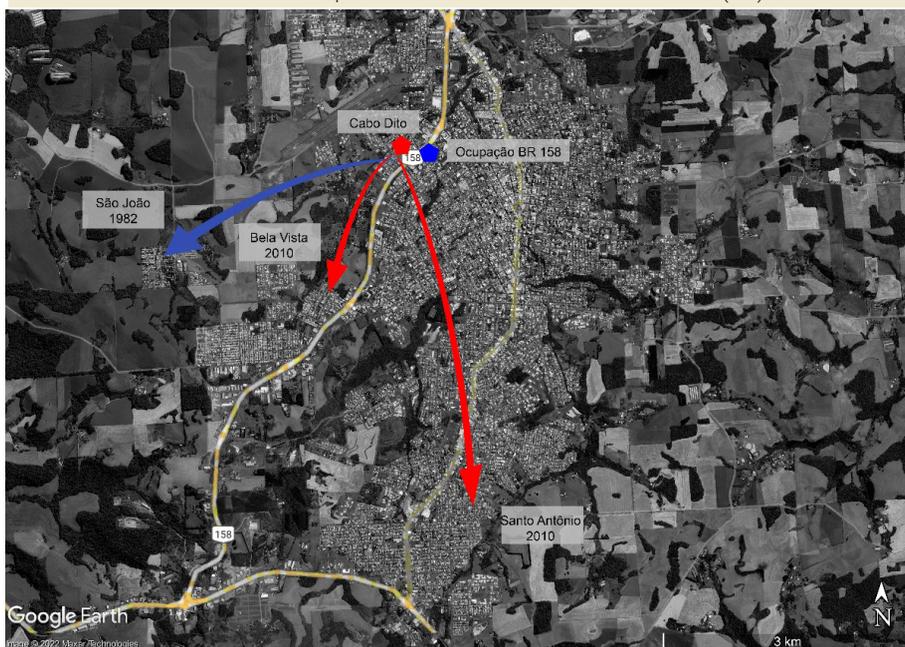


Fonte: acervo da Prefeitura Municipal de Pato Branco (2011).

Os moradores da favela do Cabo Dito foram distribuídos em dois bairros de Pato Branco: o Santo Antônio e o Bela Vista, pois, como citado por Rodrigo, a prefeitura não dispunha de um terreno capaz de realocar todas as famílias do Cabo Dito. No Bela Vista, foram construídas seis unidades; no Santo Antônio, mais nove. “Nós queríamos morar tudo perto”, pontuou Adriana Muller do Amarante (2021). Dalvecy Alves (2021), vizinha de longa data do Cabo Dito, comenta que separaram até irmãos: “Eles tiveram que separar o povo. Inclusive, irmãs que eu conheço, separaram. Teve uma que foi morar pra cá, outra pra lá, porque não tinha lugar para ficar tudo junto”. “Não tinha um terreno para construir para todos: eram pequenos, não comportavam as dezesseis

casas. A prefeitura não tinha terrenos a vontade”, comentou Maria Inês Balbinotti (2021), que era servidora pública do município e acompanhou o reassentamento. “A Prefeitura fez o que pode, deu a casa, fez a casa. Deu!”, falou Gema Dambros Gaio (2021), como quem se congratula.

FIGURA 20. Mapa: reassentamentos em Pato Branco (PR)



Fonte: elaborado para o autor por Brenda Caroline Southier (2022).

Contudo, analisando os relatos dos ex-moradores, percebemos que o contentamento e a gratidão ao poder público são aparentes, pois a necessidade da empregabilidade, da sociabilidade e do deslocamento espacial à qual foram submetidos trouxe impactos à vida cotidiana. “Teve gente que se arrependeu... quebraram as casas, abandonaram. Eles queriam a pobreza. Várias família. Não foi uma ou duas”, destaca Darci Pinho (2021). O relato de Darci procede, pois durante nossas caminhadas para tentar localizar os antigos moradores do Cabo Dito verificamos que muitos dos que receberam as chaves das casas não estavam mais no local. Alguns faleceram, outros tinham sido presos, outros estavam internados, outros ainda haviam se mudado para bairros mais perto do centro da cidade, deixando a casa com algum

familiar. Como relata Cleusa Fátima Dutra (2021): “Tem pessoas que ganharam as casinha, mas não estão nas casinhas. Foram embora. No meu entender, eles preferiam estar no Cabo Dito do que ter saído de lá. Pois lá nasceram e se criaram. Saíram, mas não é a mesma coisa. Acharam falta do lugar”.

A breve alegria por conseguirem ter acesso a casas novas em pouco tempo foi substituída por um sentimento de frustração, sinaliza Darci Pinho (2021), “[...] pois no Cabo Dito **cê** dava um passo e você estava num ponto de chapa; você andava uma quadra e **tava** num bar; Você tinha auxílio de todos. Vivia no meio da sujeira, na podridão, mas tinha auxílio dos outros”. Durante a entrevista, percebendo a insatisfação de Darci Pinho, questionei-o sobre os motivos da decepção, ao que assim respondeu:

Pela convivência e doação dos vizinhos que ajudavam. O dono do mercado dava comida e vivia naquela imundícia com a gente. Todo final do ano era peru, era carne assada, cesta básica. Rico não dá nada aqui onde moramos hoje. Nós moramos no meio de granjeiros, que comem boi cevados, nunca trouxeram nem as bosta dos bicho! Impedem a gente de criar um porco, uma galinha. Então, é muito desumano certas coisas aqui também, me entende? Não tem a quem você recorrer. Eles usam a polícia. Brigar com a polícia, você vai apanhar e vai preso. [...] Dois passos, a gente estava dentro do centro. Aqui nós estamos a seis quilômetros do centro da cidade. Tem pessoas que estão esperando a escritura pra vender e “vazar” lá para baixo de novo. O bairro que eu queria ficar era lá, onde tive minha infância. Nós não tivemos o direito de escolher. Nós fomos carregados na verdade (Pinho, 2021).

Cleusa Fátima Dutra (2021) comenta que os ex-moradores do Cabo Dito quase não se encontram mais, “[...] ficou assim difícil o envolvimento e amizade com novas pessoas e os antigos moradores quase ninguém mais se encontra porque ficou distante. Lá, o pessoal tinha uma amizade forte”. “Se fosse voltar, eu voltaria para a Vila Esperança, com as mesmas pessoas, como era antes. Aqui não tem outra opção pra mim. Eu tenho que ficar, já que eu ganhei a casa”,

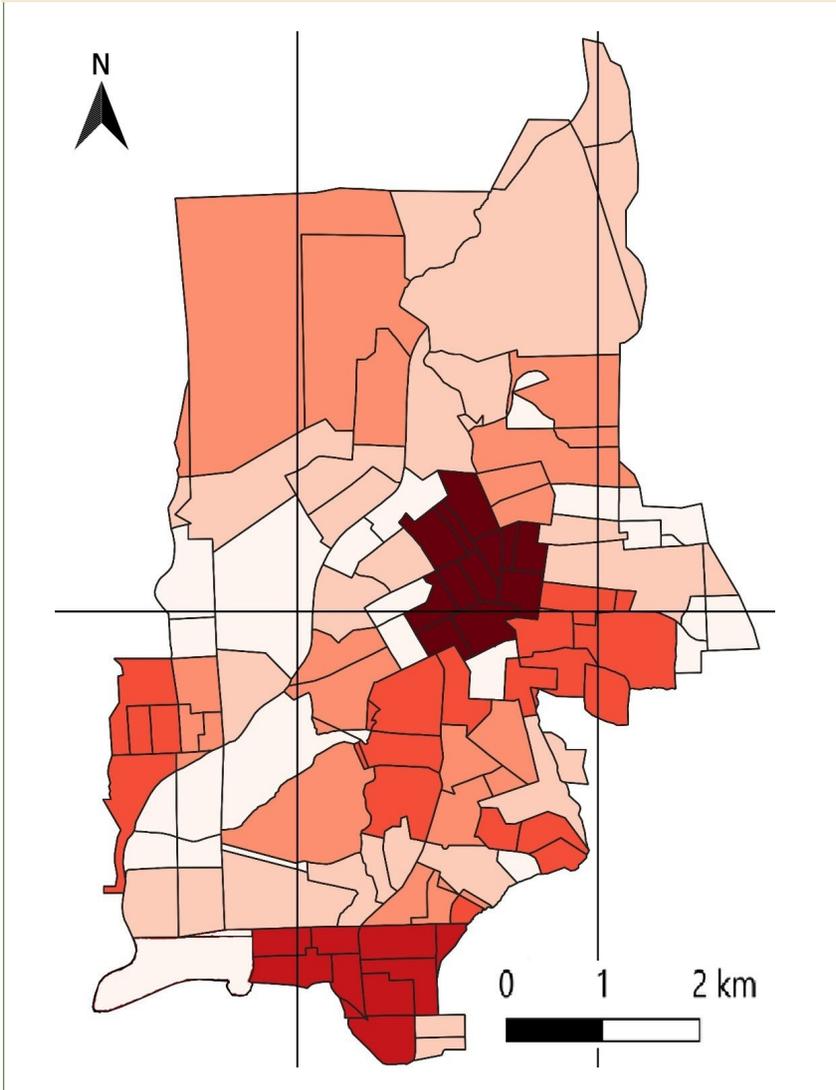
manifesta-se Adriana Amarante (2021), destacando o saudosismo do antigo lugar em que viviam. “Tem gente que queria voltar e fazer um barraco lá. Nós não queríamos sair de lá; nós tínhamos uma família inteira, morávamos tudo junto, um pertinho do outro”, diz Loreci Terezinha Rodrigues (2021). “Até o velhinho Seu Costa foi morar numa casa dessas que a Prefeitura fez. Acharam ele morto na casa”, lembra Terezinha Morosini Bocalon (2021).

Assim como os escravos, que no pós-abolição tiveram de refazer laços de sociabilidade noutros lugares, os descendentes de caboclos que moravam nas franjas da cidade precisaram refazer seus vínculos sociais quando partiram do Centro para a Zona Sul, onde a maior parte da classe trabalhadora mora, formando uma espécie de segregação em uma grande região da cidade, como bem diz Villaça: “cada vez mais, dividida em duas: de um lado, a cidade dos que comandam e participam da sociedade, e de outro a cidade dos comandados, dos marginalizados, dos que estão de fora” (1986, p. 43). O papel do Estado tem sido fundamental para os interesses das frações dominantes da sociedade. A vida urbana pressupõe o confronto dialético das diferenças, que é também uma luta ideológica e política. “E como a democracia urbana ameaçava os privilégios da nova classe dominante”, pontua Lefebvre, “esta impediu que essa democracia nascesse. Como? Expulsando do centro urbano e da própria cidade o proletariado, destruindo a urbanidade” (Lefebvre, 2016, p. 24).

Os “barões de Haussmann” de Pato Branco transformaram a cidade, “não pela desmoralização das classes subordinadas, mas pela sua moralização, tornando-os proprietários de sua casa”, pondera Dilvo Peruzzo (1984, p. 66), que continua: “Ou seja, incorporando-os no rol dos ‘cidadãos sérios e responsáveis’ [...], dos possuidores de bens. Não é de qualquer bem que se trata, mas de um bem que se localiza em loteamento barato”. Barato, apesar de diversas possibilidades de utilização de imóveis ociosos, que, em berço esplêndido, aguardam valorização. Segundo dados da COHAPAR (2022), estão cadastradas 2.486 famílias que aguardam por uma casa própria em Pato Branco. Mas constam 2.471 imóveis vagos (Ipardes, 2022, p. 10). Então não existe um problema de falta de habitação; o que existe é que não há

mais aquela fração da classe trabalhadora que possa pagar por um imóvel, pois habitação é mercadoria, é instrumento de acumulação do capital, de controle e legitimação política. E, como bem adverte Peruzzo, “caso fosse resolvida a satisfação desta necessidade humana, deixaria de existir um instrumento de acumulação e controle” (1984, p. 117).

FIGURA 21. Mapa: densidade demográfica urbana de Pato Branco, Paraná (2022)



Fonte: elaborado para o autor por Gabriel Braz (2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo contou a história da favela do Cabo Dito, suas relações sociais e de trabalho, o modo como os pobres urbanos eram vistos pelo entorno, bem como sua própria autoimagem, pela memória dos ex-favelados. A remoção forçada de 15 famílias pelo Executivo municipal em 2010 foi momento vivido com muita intensidade pelos moradores, que anelavam por uma moradia digna, mas a esperavam em local próximo de onde habitavam. Contrariamente, sua sorte foi “ganhar” uma casa a seis quilômetros do local; nesse caso, restou a expulsão de famílias pobres de uma área valorizada de Pato Branco em que moravam há décadas.

Esse é um dos tantos exemplos que se reproduz com mais ou menos intensidade no Brasil todo, de acordo com o movimento das fronteiras do Capital. A favela é uma das matrizes dessa desigualdade social e econômica estrutural no Brasil. A distância social entre a favela e a cidade que a envolve (ou expulsa) é eloquente. Desde os “bota-abaixo” dos cortiços do Rio de Janeiro do final do século XIX até os desmontes de favelas em pleno século XXI, a parceria entre Estado e Capital dá o tom da exclusão social propiciado por um modo de vida urbano e de trabalho informal que transforma tudo e todos(as) em mercadoria. Os cortiços e as favelas, muito mais que uma externalidade do crescimento urbano do século XX, são eco da brutal desigualdade, que, junto com um racismo estrutural, reforça os mecanismos de exploração e de dominação.

Percebi, nesta pesquisa, que o Estado não é omissor, muito pelo contrário: ele é o indutor das sistemáticas políticas de remoção forçada de espaços que, por seu turno, interessam ao Capital, cujo espectro permanece, muitas vezes, oculto, limando o simbolismo de sua hegemonia. Em um sistema-mundo em que há o dissenso entre a cidade-direito e a cidade-mercadoria, é dever do(a) historiador(a) dar voz aos sujeitos desviantes.

Apesar de o tema concentrar-se no espaço urbano, a narrativa procurou ser mais uma História da Cidade que, necessariamente, uma História Urbana. A intenção foi valorizar o cotidiano da única favela particular que, ao menos até hoje, já existiu em Pato Branco. Longe de pretender ser um estudo conclusivo, o que esperamos é que ele desperte, no mínimo, a curiosidade acadêmica para novas e arrojadas pesquisas de campo na História do Tempo Presente. Acreditamos ter promovido uma inquietação pela voz daqueles que são silenciados, segregados, estigmatizados. Este estudo implica reconhecer a concretude dos sujeitos históricos, mais do que a pobreza urbana, um olhar *dos e por* pobres urbanos. A realidade brasileira é multiforme e multiescalar, abarcando uma infinidade de territorialidades e reterritorialidades. Destarte, não podemos mais admitir remoções a contrapelo da lei como esta.

Eles(as) foram expulsos em um processo abrupto para dar lugar às classes sociais de maior poder aquisitivo, aos “empreendedores”. Os preconceitos, os estigmas tornaram a gentrificação do pedaço e a expulsão dos pobres uma política sistemática. Isso se torna relativamente fácil quando a população desconhece a realidade de uma favela. E isso porque a favela é tida como um espaço provisório. No entanto, o que percebemos empírica e teoricamente é que ela está cada vez mais presente na realidade das cidades brasileiras, inclusive nas pequenas e médias. O imóvel que fora desapropriado em ação judicial em 2005 na gestão de Roberto Viganó, agora permutado, voltou para as mãos de um proprietário particular em 2016, pelo governo Augustinho Zucchi. Lá, hoje, há um barracão de aluguel por R\$ 9.000 (nove mil reais) mensais.

É prática corrente no Brasil a erradicação das favelas, vistas como “problema” social. E uma das nossas descobertas é que os favelados sabem exatamente qual lugar da cidade lhes é imposto. Isso vem da sua localização na estrutura social, crucial para determinar os condicionantes de exploração e opressão.

Na favela, moram trabalhadores, uma população ativa, ligada ao circuito inferior da economia, relegados à própria sorte, cujo “destino” é exercer trabalhos braçais e precarizados, vivendo de expedientes, de biscates, do soldo dia sim, dia não. Suas casas são precárias. Sua alimentação é insuficiente. São semianalfabetos, párias urbanos mediante o descaso da elite pato-branquense. O mito da “cultura da pobreza” se desfaz, assim como o da mobilidade social.

Nossa hipótese, confirmada, é a de que ocorreu um processo de gentrificação comercial no Trevo da Guarani, na Vila Esperança e no Aeroporto, e que esse movimento de expansão urbana pressionou a saída da população favelada que até então era “tolerada”. O novo Fórum da Comarca, a loja de departamentos Havan, a reforma e a ampliação do aeródromo (agora Aeroporto Regional recebendo voos regulares), a abertura do maior hipermercado do sudoeste paranaense (em frente ao antigo Cabo Dito), além da possibilidade de municipalização e revitalização do trecho urbano da BR-158 foram fatores que agiram como força centrífuga para o Cabo Dito. Outra figuração social observada é a da estigmatização da população favelada, comprovada pelos inúmeros relatos de *insiders* e *outsiders* entrevistados.

O que foi possível averiguar com certa dose de precisão é que os favelados não são nem marginais, nem excluídos da sociedade pato-branquense; eles fazem, sim, parte do circuito inferior da economia, provendo mão de obra barata para uma classe média e empresarial que superexplora sua força de trabalho, gerando mais-valia absoluta.

O que temos é uma ideologia das classes dominantes que veem a favela como um “não-lugar”, como algo a ser erradicado, que prejudica a “estética” da cidade e desvaloriza os imóveis lindeiros. É nesse momento que ocorre a “parceria” entre Estado (Executivo municipal) e Capital (o jornal, formando opinião pública, as empresas

locais, incorporadoras e outros proprietários de imóveis pressionando a “limpeza” do bairro). Assim, o aparato estatal é posto em marcha a fim de remover essa população, sem levar em conta os laços de familiaridade, sociabilidade e trabalho existentes naquele lugar.

A atitude da Prefeitura, vista com muito mérito pelo jornal, pelo Legislativo e pelos moradores que continuam residindo no Vila Esperança, foi meramente compensatória. Ao oferecer ao favelado o “verniz” da casa própria, inseriu-o no rol de proprietário; após 15 anos, poderá ter isso averbado, entrando, então, no circuito do capital como qualquer outro bem: poderá alugar o imóvel, por exemplo. É bem possível que muitos o façam e procurem uma moradia mais próxima do Centro. Ou, como continuam espoliados, pois a fonte da exploração não cessou, serão obrigados a vender seu imóvel para uma classe social afluyente, migrando novamente para áreas ocupadas na mesma ou noutra cidade.

Agora, separados em dois conjuntos a seis quilômetros de distância, e longe do antigo Cabo Dito, eles são obrigados a refazer seus laços de vizinhança, procurar um novo trabalho ou pegar um ônibus para poder continuar no mesmo emprego, pois foram expulsos para o espaço periurbano, longe da vista da classe média e da elite local.

Uma operação urbana injusta, violenta, arbitrária e ilegal: não era área de risco, e os favelados sequer foram ouvidos. Uma decisão de cima para baixo, sob o tacão do poder discricionário do Estado, a mando do Capital, que é quem de fato o controla, impondo estreitos limites às possibilidades e formas de resistência. Não tiveram direito de escolher onde preferiam ficar, e como resistir se “ganharam as casinhas”? Embora deva-se considerar que terem permanecido por quase 40 anos ali, em si, já é um ato de resistência, ainda que subsumida.

Quem ganhou mesmo foram os proprietários lindeiros (pessoas físicas e jurídicas), que viram seus imóveis dispararem de preço. Foram os consumidores da Havan e do Superpão que não precisaram desviar a rota. E quem comprou sua passagem poderá viajar tranquilo, livrando-se do contato com a alteridade: “e Deus me livre de ter alguma responsabilidade com aquilo!” E os serventuários da Justiça Estadual, ao olharem pela bela parede envidraçada do Fórum, não terão que

encarar a miséria que grita. Enquanto os ex-favelados, pelo estigma que carregam, nem nos bairros da classe trabalhadora, para onde foram reassentados – cada um deles, próximo a um dos subcentros da cidade –, são recebidos a contento. A pecha de criminosos, ladrões e bêbados ainda permanece. “Vocês estão extintos”¹, disseram a um deles. Essa frase calou fundo. Ainda mais porque ela é uma grande falácia.

A pesquisa também conduziu a uma análise da questão étnica, tendo em vista que praticamente todos os ex-favelados são pardos, ou seja, descendentes das populações tradicionais que viviam no que hoje é o território do Fronteira Sul. O modo de vida da favela cada vez mais entrará em choque com o *ethos* do trabalho do imigrante sul-riograndense e catarinense que residia nas franjas do Cabo Dito e se constituía de uma maioria *insider* contra os *outsiders* da favela.

Trabalhar com o tempo próximo não só foi possível, como necessário ética, política e cientificamente. Enfrentaram-se as duas grandes questões da História do Tempo Presente (HTP): 1) o historiador como testemunha; e 2) a oralidade como fonte. A cidade como objeto de estudo da HTP (relatos orais, jornais, processo judicial, etc.) implica articulações necessárias entre a História Oral e a História do Tempo Presente, discutindo temáticas ligadas à memória compartilhada, aos sujeitos invisibilizados, a temas sensíveis, ao passado incômodo que insiste em se fazer presente.

Buscamos travar o combate contra o esquecimento, contra os abusos de uma história laudatória “vista de cima”, contra o acinte de uma história única, numa perspectiva omnilateral que recusa o mero conhecimento parcelar; antes, buscando identificar as linhas de força do passado que disputam a memória local, as permanências e rupturas das temporalidades e espacialidades.

Mas o caminho da pesquisa também tem seus percalços. Não é como tirar objetos de um baú antigo. É necessário analisar, selecionar, comparar, descartar ou destacar determinada fonte. Feito esse recorte – porque, do contrário, as fontes seriam infinitas – e para que a fonte possa falar, é preciso elencar as perguntas. Muito pouco documento

1 Entrevista concedida por Darci Pinho.

escrito foi produzido sobre o Cabo Dito. Soubemos mais dele nos relatos orais e num único processo judicial do que em todas as matérias do jornal e nos documentos legislativos juntos. Saber qual fonte utilizar e onde encontrar é uma dica valiosa. Como nossa cultura valoriza o texto escrito, as fontes documentais estão muito mais próximas da elite do que os relatos orais de favelados semianalfabetos, o que resulta em reprodução das visões hegemônicas, em lugar da diversidade da vida nesses aglomerados humanos. Por isso sabemos mais da Europa do que da África, mais de Brasília que de Coronel Domingos Soares, mais do Centro do que da periferia – e por aí vai... E, assim, tentamos captar os momentos de inflexão do Cabo Dito, os marcos, aquilo que nos ajuda a compreender de forma objetiva e subjetiva a história daquela favela: o que nos faz chorar, o que nos faz sorrir. É a tentativa de problematizar um tema que as classes dominantes pato-branquenses preferem esconder.

Coincidentemente, 2010, o ano em que derrubaram o Cabo Dito, foi o primeiro em que a maior parte da população mundial vivia em cidades. A cidade, talvez a maior invenção da humanidade, é hoje centro de dominação e controle (do campo e da própria cidade). O processo de favelização se alastra, dobrando o número a cada dez anos no Brasil. Quase 30 anos depois do primeiro “despejo”, a favela-cortiço erguida por um cabo da Polícia Militar e sua amásia se transforma em história. É a narrativa de uma crise, a crise da cidade. Seria ela a responsável pela deterioração das relações sociais? Poderia haver outra forma de (re)construí-la? Que a emergência da cidade seja a do direito a uma vida plena e digna? Muito provavelmente, não sem luta. “O comunismo não é para nós um estado que deve ser estabelecido, um ideal para o qual a realidade terá que se dirigir. Denominamos comunismo o movimento real que supera o estado de coisas atual” (Marx; Engels, 1977, p. 52).

Todos os dias, a todo momento, a cidade pulsa. Nós vivemos a cidade. Todos nós. No entanto, são poucos, como citamos, que adentram uma favela. E como vamos conhecer as forças que dominam e controlam a cidade sem conhecermos aqueles que são moídos pelo motor do Capital? Sem termos a noção de que o direito à propriedade está precedendo o direito à vida? Sem reconhecermos que a cidade é

um local de disputas? Que muitos ganham pouco e que poucos ganham muito? Você pode até se perguntar quem vai comprar todos os lotes de todos os loteamentos novos da cidade. Mas a resposta é simples: não é só vendição, mas de acordo com as circunstâncias favoráveis para a acumulação de capital. Eles não precisam e nem serão vendidos imediatamente, mas apenas quando o Capital obtiver uma renda diferencial, especulativa portanto. Assim como não existem duas esquinas da avenida Tupi com a rua Guarani, não existem dois lotes número 10 da quadra 829. Não se pode simplesmente transplantar uma favela de um lugar para outro sem alterar substancialmente suas relações sociais. Contudo, o que importa para o Capital é essa mercadoria não-reproduzível: a terra urbana. Cada vez mais os lugares, aqueles em que afloram nossas identidades, em que criamos raízes, estão sendo substituídos por “não-lugares”, lugares de consumo, vida para consumo.

O desmonte do Cabo Dito foi uma operação repleta de “planos” de desfavelamento, leis de desapropriação, mas também de discursos “das crianças no meio da lama” e de ideologias de que “pode tirar eles da favela, mas é difícil tirar a favela deles”. A verdade é que aqueles sujeitos foram culpabilizados pela “condição precária” em que viviam. E, enquanto morar na favela significar ser excluído, ela simbolizará tudo o que a elite despreza: o lugar dos pobres. E, nesse ponto, ser favelado é resistir, para que resgatemos os pobres da cidade de Pato Branco da “imensa condescendência da posteridade”.

REFERÊNCIAS

FONTES DOCUMENTAIS

DEPOIMENTOS ORAIS

ALVES, Dalvecy. **Dalvecy Alves**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. Pato Branco/PR, 18 out. 2021.

AMARANTE, Adriana Muller do. **Adriana Muller do Amarante**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. Pato Branco/PR, 30 set. 2021.

AMARANTE, Marcelo Muller do. **Marcelo Muller do Amarante**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. Pato Branco/PR, 1º out. 2021.

ANDRADE, Ivone Ramos de. **Ivone Ramos de Andrade**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. Pato Branco/PR, 5 out. 2021.

ANDRADE, Osires Ramos de. **Osires Ramos de Andrade**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. Guarulhos/SP, 12 out. 2021.

BALBINOTTI, Maria Inês. **Maria Inês Balbinotti**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. Pato Branco/PR, 27 out. 2021.

BOCALON, Terezinha Morosini. **Terezinha Morosini Bocalon**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. Pato Branco/PR, 20 out. 2021.

BOSCHI, Jucelino. **Jucelino Boschi**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. Pato Branco/PR, 21 out. 2021.

CALUMBY, Daniel Lopes. **Daniel Lopes Calumby**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. Pato Branco/PR, 3 out. 2021.

CENI, Nereu Faustino. **Nereu Faustino Ceni**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. Pato Branco/PR, 29 out. 2021.

CORREIA, Rodrigo José. **Rodrigo José Correia**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. Pato Branco/PR, 25 out. 2021.

DUTRA, Cleusa Fátima. **Cleusa Fátima Dutra**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. Pato Branco/PR, 29 set. 2021.

FERREIRA, Carmelinda. **Carmelinda Ferreira**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. Pato Branco/PR, 22 out. 2021.

GAIO, Gema Dambros. **Gema Dambros Gaio**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. Pato Branco/PR, 27 out. 2021.

KRASSOTA, Flavio. **Flavio Krassota**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. Pato Branco/PR, 22 out. 2021.

MAIER, Jociane. **Jociane Maier**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. Pato Branco/PR, 3 out. 2021.

MARCIS, Maria Bernardete. **Maria Bernardete Marcis**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. Pato Branco/PR, 22 out. 2021.

MARQUES, Geni Maria de Almeida. **Geni Maria de Almeida Marques**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. Pato Branco/PR, 4 out. 2021.

MARTINS, Iliandra Aparecida. **Iliandra Aparecida Martins**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. Pato Branco/PR, 3 out. 2021.

OLIVEIRA, Adão Alves de. **Adão Alves de Oliveira**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. Pato Branco/PR, 22 out. 2021.

PINHO, Darci. **Darci Pinho**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. Pato Branco/PR, 29 set. 2021.

RIBEIRO, Tereza de Fátima. **Tereza de Fátima Ribeiro**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. Pato Branco/PR, 25 out. 2021.

RODRIGUES, Loreci Terezinha. **Loreci Terezinha Rodrigues**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. Pato Branco/PR, 30 set. 2021.

ROSSATTI, Roberto Ivan. **Roberto Ivan Rossatti**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. Pato Branco/PR, 28 out. 2021.

SILVA, Alexssandra Maier da. **Alexssandra Maier da Silva**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. Pato Branco/PR, 30 set. 2021.

SILVA, Antonio Res Vidal da. **Antonio Res Vidal da Silva**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. Pato Branco/PR, 26 out. 2021.

SILVA, Lucimar Vidal da. **Lucimar Vidal da Silva**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. Pato Branco/PR, 26 out. 2021.

SILVA, Miguel Vidal da. **Miguel Vidal da Silva**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. Pato Branco/PR, 8 out. 2021.

SURPA, Vera Lucia Morais. **Vera Lucia Morais Surpa**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. Pato Branco/PR, 20 out. 2021.

SUTILE, Calvo Luiz. **Calvo Luiz Sutile**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. Pato Branco/PR, 29 out. 2021.

VIEIRA, Ozenil Ramos de Andrade. **Ozenil Ramos de Andrade Vieira**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. Franco da Rocha/SP, 11-12 out. 2021.

VIGANÓ, Roberto Salvador. **Roberto Salvador Viganó**: depoimento. [Entrevista concedida a] Rafael Baldin. Pato Branco/PR, 27 out. 2021.

JORNAIS

ALMEIDA, Carlos. Bastidores. **Diário do Povo**, Pato Branco, n. 3472, 22 fev. 2005. Geral, p. 3.

AUZANI, Matheus. Cabo Dito: famílias continuam em situação precária. **Diário do Sudoeste**, Pato Branco, n. 4610, 19 jun. 2009. Geral, p. A13.

BARZOTTO, Rafael. Prefeitura entrega casas às famílias do Cabo Dito. **Diário do Sudoeste**, Pato Branco, n. 5157, 20 abr. 2011. Cidade, p. A4.

BAVARESCO, Marcionize. Últimas famílias retiradas do Cabo Dito recebem moradias. **Diário do Sudoeste**, Pato Branco, n. 5223, 9 jul. 2011. Cidade, p. A4.

FAMÍLIAS do antigo Cabo Dito receberão casas. **Diário do Sudoeste**, Pato Branco, n. 5085, 23-24 jan. 2011. Geral, p. A11.

MARTINS, Romário. Concurso. **A República**, Curitiba, 13 ago. 1903b.

MARTINS, Romário. Exposição. **A República**, Curitiba, 6 ago. 1903a.

MORADORES continuam em condições sub-humanas em casas do Cabo Dito. **Diário do Povo**, Pato Branco, n. 3573, 16-17 jul. 2005. Geral, p. 3.

MULHERES desempregadas querem montar ponto de chapa. **Diário do Povo**, Pato Branco, n. 2493, 16 mar. 2001. Geral, p. 7.

PREFEITURA continua com processo de desapropriação. **Diário do Povo**, Pato Branco, n. 3577, 22 jul. 2005. Geral, p. 5.

PREFEITURA define moradias das famílias do antigo Cabo Dito. **Diário do Sudoeste**, Pato Branco, n. 5134, 24 mar. 2011. Geral, p. A8.

RESQUÍCIOS da miséria e do descaso. Problema social Crianças são as maiores vítimas da falta de estrutura em bairro. **Diário do Povo**, Pato Branco, n. 3471, 19-20 fev. 2005. Especial, p. 12.

RODRIGUES NETO, Pedro. Situação do “Cabo Dito” se arrasta há anos e aumentam problemas. **Diário do Sudoeste**, Pato Branco, n. 4982, 16 set. 2010. Geral, p. A7.

TRANSFERÊNCIA de 25 famílias resolve “novela” do Cabo Dito. Famílias que viviam na favela do Cabo Dito são retiradas. **Diário do Sudoeste**, Pato Branco, n. 5038, 25 nov. 2010. Cidade, p. A7.

VIGANÓ diz que problema será resolvido. **Diário do Povo**, Pato Branco, n. 3475, 25 fev. 2005. Bairros, p. 7.

PROCESSOS

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ. **Autos n. 377/1987**. Ação de Dissolução de Sociedade de Fato Cumulada com Partilha de Bens em Comum. 1ª Vara Cível da Comarca de Pato Branco, 2 jun. 1987.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ. **Processo 0001425-66.2005.8.16.0131**. [Autos n. 382/2005]. Desapropriação. 2ª Serventia Cível da Comarca de Pato Branco, 3 ago. 2005.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ. **Processo 0003710-22.2011.8.16.0131**. Inventário e Partilha. 2ª Vara da Fazenda Pública de Pato Branco, 28 abr. 2011.

DOCUMENTOS DE CARTÓRIO

PATO BRANCO (PR). 1º Ofício de Registro de Imóveis. **Certidão de Transcrição nº 2663**. Registro em: 16 nov. 1960. Livro n. 3-C, f. 31, número de ordem 2.663.

PATO BRANCO (PR). 1º Ofício de Registro de Imóveis. **Certidão de Transcrição nº 10.802**. Registro em: 18 fev. 1966. Livro n. 3-I, f. 191, número de ordem 10.802.

PATO BRANCO (PR). 1º Ofício de Registro de Imóveis. **Matrícula nº 35.598**. Registro em: 9 dez. 2003.

PATO BRANCO (PR). 1º Ofício de Registro de Imóveis. **Matrícula nº 36.253**. Registro em: 21 out. 2004.

PATO BRANCO (PR). 1º Ofício de Registro de Imóveis. **Matrícula nº 36.812**. Registro em: 1º jul. 2005.

PATO BRANCO (PR). 2º Ofício de Registro de Imóveis. **Matrícula nº 13.189**. Registro em: 3 maio 2010.

RELATÓRIO

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ (PMPR). **Relatório**. [Dossiê funcional do policial militar Benedito Ramos de Andrade]. Pato Branco: 3º Batalhão de Polícia Militar, 10 maio 2021. 15 p.

ATA

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO. **Ata nº 88/2011**. Pato Branco, 5 dez. 2011. Disponível em: https://sapl.patobranco.pr.leg.br/media/sapl/public/sessaoplenaria/942/ata/ata_88_05.12.2020.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

DIÁRIO/CADERNO DE NOTAS

BORTOLINI, Theresinha. **Serviço dos Pobres nos bairros de Pato Branco**. Caderno de notas. [Manuscrito a caneta esferográfica]. Pato Branco: Colégio Vicentino Nossa Senhora das Graças, [2010]. 10 p.

BIBLIOGRAFIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense**. 1981. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

AQUILES, Affonso Cardoso. O conceito de classe em Ricardo Antunes e Edward Thompson: algumas aproximações. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 33, n. 1, p. 13-19, 24 fev. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/10010>. Acesso em: 18 jan. 2022.

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. São Paulo: Ática, 1995.

BATTISTI, Elir. As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, p. 65-91, ago. 2006.

BOCCHESI, Neri França Fornari. **Pato Branco sua história sua gente: História de Pato Branco**. Pato Branco: Imprepel, 2004.

BODANESE, Rudi. **Lembranças de Vila Nova: a evolução de Pato Branco através de imagens fotográficas**. Pato Branco: Darnol, 1982.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOULOS, Guilherme Castro. **Por que ocupamos?** Uma Introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scortecci, 2012.

CANELLA, Francisco. **Entre o local e a cidade:** memórias e experiências de duas gerações de moradores da periferia urbana de Florianópolis (1990-2010). Ponta Grossa: Todapalavra, 2019.

CANZIAN, Fernando. Total de favelas dobra no Brasil em dez anos e 20 milhões estão passando fome. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 out. 2021. Mercado, p. 15-17. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/10/total-de-favelas-dobra-no-brasil-em-dez-anos-e-20-milhoes-estao-passando-fome.shtml>. Acesso em: 25 nov. 2021.

CARDOSO, Cleversom. **Expansão horizontal e crescimento vertical da cidade de Pato Branco na década de 80.** 1991. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 1991.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Crise Urbana.** São Paulo: Contexto, 2015.

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA (CEOM) (org.). **A viagem de 1929, Oeste de Santa Catarina:** documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ (COHAPAR). **Cadastro Único de Pretendentes do Paraná.** Curitiba, [202-?]. Disponível em: <https://www.sistemas.cohapar.pr.gov.br/pretendentesOnline/#B>. Acesso em: 1º fev. 2022.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ (COHAPAR). **Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná (PEHIS-PR).** Curitiba, jun. 2012. Disponível em: https://www.cohapar.pr.gov.br/sites/cohapar/arquivos_restritos/files/documento/2019-11/pehis_2015_2016_completo.pdf. Acesso em: 27 out. 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato (coord.). Cidade e região no sudoeste paranaense. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 32, n. 2, p. 3-155, 1970.

DAMBROS, Vanderlei. **A Revolta dos Colonos (1957-1997):** de olho no passado e pés no futuro, 40 anos. Francisco Beltrão: Assesoar/Grafit, 1997.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela.** São Paulo: Boitempo, 2006.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os Outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FAYE, Jean-Pierre. Violência. *In*: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Turim: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1996. v. 22: Política: tolerância, intolerância. p. 259.
- FERREIRA NETO, Edgard. História e Etnia. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.
- FLORES, Edson Luiz. **Industrialização e desenvolvimento no sudoeste do Paraná**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2009.
- FONTANA, Josep. Apresentação. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; PEREZ BRIGNOLI, Hector. **Os métodos da História**: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- FRANCO, Marielle. **UPP – a redução da favela a três letras**: uma análise da política de segurança pública do estado do rio de janeiro. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no oeste do Paraná (1940-70). Cascavel: Edunioeste, 2002.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro: Vértice, 1990.
- HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la memoire**. Paris: Presses Universitaires de France/Félix Alcan: La Haye/Mouton Editeur, [1925] 1975.
- HOBSBAWM, Eric J. **Os trabalhadores**: estudos sobre história do operariado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HOBSBAWM, Eric J. A outra história: algumas reflexões. *In*: KRANTZ, Frederick. **A outra história**: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Conselho Nacional de Estatística. Diretoria de Documentação e Divulgação. **Coleção de monografias municipais**, série B, n. 106, 6 jun. 1967.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Caderno Estatístico Município de Pato Branco 2022**. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Cadernos-municipais>. Acesso em: 14 fev. 2022.

- KUNEN, Adriana. **Análise das áreas verdes do município de Pato Branco - PR, e suas relações com as alterações urbanísticas e ambientais**. 2018. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2018.
- LACERDA, Jorge Baleeiro de. **Os dez Sudoestes**. Francisco Beltrão: Jornal de Beltrão, 2010. v. 1.
- LE GOFF, Jacques. “Memória”. *In*: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 2012.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Itapevi: Nebli, 2016.
- LEFEBVRE, Henri. A re-produção das relações de produção. **Cadernos O Homem e a Sociedade**, p. 67. Porto: Edições Escorpião, 1973.
- LUSTOSA, Cesar Augusto. **A industrialização e o desenvolvimento local**: parque industrial “Eduardo Dágios” em Pato Branco - PR. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2010.
- MAIA, Andréa Casa Nova (org.). **História oral e direito a cidade**: paisagens urbanas, narrativas e memória social. 2. ed. São Paulo: Letra e Voz, 2021.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, [1867] 1984.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **História, natureza, trabalho e educação**: coletânea de textos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- MONDARDO, Marcos Leandro. A dinâmica migratória do Paraná: o caso da região Sudoeste ao longo do século XX. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 28, n. 1, p. 103-131, 8 ago. 2011.
- MONDARDO, Marcos Leandro. Os Caboclos no Sudoeste do Paraná: de uma “Sociedade Autárquica” a um grupo social excluído. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 2, n. 3, Dourados, UFGD, p. 1-21, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/277/239>. Acesso em: 29 out. 2019.

- MÜLLER, Ricardo Gaspar; MUNHOZ, Sidnei José. Edward Palmer Thompson. *In*: LOPES, Marcos Antônio; MUNHOZ, Sidnei José. (org.). **Historiadores de nosso tempo**. São Paulo: Alameda, 2010.
- MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. 4. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- MYSKIW, Antonio Marcos. A marcha para Oeste no Paraná. *In*: MARIN, Joel Orlando Bevilaqua; NEVES, Delma Pessanha (org.). **Campesinato e Marcha para Oeste**. Santa Maria: UFSM, 2013.
- NASCIMENTO, Domingos. **Pela Fronteira**. Curitiba: Directoria da Exposição Paranaense, 1903.
- NASCIMENTO, Ederson. Produção de uma topografia social urbana. **Mercator**, Fortaleza, v. 11, n. 26, p. 75-94, out. 2012. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/798>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**. v. 3. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1928.
- NOVAK, Éder da Silva. **Tekoha e Emã**: a luta das populações indígenas por seus territórios e a política indigenista no Paraná da Primeira República – 1889 a 1930. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.
- PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica**: o caso paranaense. 2. ed. Curitiba: Iparides, 2006.
- PATO BRANCO (PR). **Lei nº 144/1973**. Autoriza a aquisição e doação de terreno à Indústria e Comércio de Luminosos Salvador Ltda. Pato Branco: Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, 1973. Disponível em: <https://sapl.patobranco.pr.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1973/1174/144.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2021.
- PATO BRANCO (PR). **Pato Branco, Cidade Inteligente**. Disponível em: <https://patobranco.pr.gov.br/cidadeinteligente/>. Acesso em: 14 fev. 2022.
- PEGORARO, Ivo Antônio. **Sudoeste político**. 2. ed. Francisco Beltrão: Jornal de Beltrão, 2015.
- PERLMAN, Janice E. **O mito da marginalidade**: favelas e política no Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PERUZZO, Dilvo. **Habitação**: controle e espoliação. São Paulo: Cortez, 1984.
- PIZATO, Elaine. **Das margens da BR 158 ao bairro São João**: direito à moradia e à cidade em Pato Branco - PR. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2016.

- POLETTI, Pollyana. **Mobilidade e acessibilidade urbana**: o ir e vir por meio do transporte público coletivo. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2016.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.
- POZZA, Alberto. **Memórias de Alberto Pozza em Vila Nova de Pato Branco**. Pato Branco: Imprepel, 2014.
- ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos).
- RONCAYOLO, Marcel. "Cidade". *In*: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986. v. 8. p. 396-487.
- ROSSATTI, Beto. "Memórias do Cabo Dito" resgata um dos mais graves problemas sociais da história. **Jornal de Beltrão**, Francisco Beltrão, 28 abr. 2021. Regional, p. 5.
- ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Unesp, 2010.
- SANTOS, Karim Borges dos. **Pequenas cidades da rede urbana de Pato Branco - PR**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2011.
- SANTOS, Rodinei dos. **Vista aérea de Pato Branco**. Prefeitura de Pato Branco: Diretoria de Comunicação Social, 2021. Disponível em: <https://www.skyscraper-city.com/threads/pato-branco-pr.1186739/page-244>. Acesso em: 16 out. 2024.
- SCHWARZ, Wilfried. **Estudo da expansão urbana como subsídio a análise ambiental aplicado a cidade de Pato Branco - PR**. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- SHARPE, Jim. A história vista de baixo. *In*: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 2011.
- SILVA, Maria Manoela R. de Sousa. Breves reflexões sobre a historiografia inglesa: o grupo da revista Past & Present. **Dimensões**: revista de história da UFES, Vitória, n. 4, p. 111-121, 1995.

- SILVERIO, Guilherme Sebastião. **A sustentabilidade dos loteamentos Picollo, Wurzius e Cidade Campo III da cidade de Pato Branco, criados a partir do Plano Diretor de 2008**. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2013.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espaical**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. *In*: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2021.
- THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012. 3 v.
- THOMPSON, Edward Palmer. A história vista de baixo. *In*: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (org.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2001. p. 185-201.
- THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: História Oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 341-364, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n44/14003.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2021.
- VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela com**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.
- VILLAÇA, Flávio José Magalhães. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986.
- VOLTOLINI, Sittilo. **Retorno**: origens de Pato Branco. Dois Vizinhos: Artepress, 1996.
- VOLTOLINI, Sittilo. **Retorno 1**: origens de Pato Branco. 2. ed. Pato Branco: Imprepel, 2005.
- VOLTOLINI, Sittilo. **Retorno 3**: ciclo da madeira em Pato Branco. Pato Branco: Imprepel, 2000.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste**: ocupação e colonização. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.
- WACQUANT, Löic. **Os condenados da cidade**: estudos sobre marginalidade avançada. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- WEBER, William. **A Colônia Militar do Chopim**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 2006. **TORIAL**



Reitor	João Alfredo Braida
Vice-Reitora	Sandra Simone Hopner Pierozan
Chefe do Gabinete do Reitor	José Carlos Radin
Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura	Edivandro Luiz Tecchio
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis	Clovis Alencar Butzge
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas	Ricardo da Conceição
Pró-Reitor de Extensão e Cultura	Willian Simões
Pró-Reitor de Graduação	Elsio José Corá
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação	Joviles Vitório Trevisol
Pró-Reitor de Planejamento	Ilton Benoni da Silva
Secretária Especial de Obras	Daiane Regina Valentini
Secretário Especial de Tecnologia e Informação	Cassiano Carlos Zanuzzo
Procurador-Chefe	Rosano Augusto Kammers
Diretor do Campus Cerro Largo	Bruno Munchen Wenzel
Diretora do Campus Chapecó	Adriana Remião Luzardo
Diretor do Campus Erechim	Luís Fernando Santos Corrêa da Silva
Diretor do Campus Laranjeiras do Sul	Fábio Luiz Zeneratti
Diretor do Campus Passo Fundo	Jaime Giolo
Diretor do Campus Realeza	Marcos Antônio Beal
Diretor da Editora UFFS	Antonio Marcos Myskiw
Chefe do Departamento de Publicações Editoriais	Marlei Maria Diedrich
Assistente em Administração	Fabiane Pedroso da Silva Sulsbach



CONSELHO EDITORIAL

Alcione Aparecida de Almeida Alves	Aline Raquel Müller Tones
Nilce Scheffer	Wanderson Gonçalves Wanzeller
Everton Artuso	Carlos Alberto Cecatto
Guilherme Dal Bianco	Samuel da Silva Feitosa
Rosane Rossato Binotto	Danielle Nicolodelli
Izabel Gioveli	Tiago Vecchi Ricci
Roque Ismael da Costa Güllich	Rosemar Ayres dos Santos
Joice Moreira Schmalfluss	Gelson Aguiar da Silva Moser
Tassiana Potrich	Inês Claudete Burg
Maude Regina de Borba	Claudia Simone Madruga Lima
Tatiana Champion	Fabiana Elias
Alessandra Regina Müller Germani	Athany Gutierrez
Érica de Brito Pitilin	Débora Tavares de Resende e Silva
Valdir Prigol	Angela Derlise Stübe
Melissa Laus Mattos	Luiz Felipe Leão Maia Brandão
Antonio Marcos Myskiw	Sergio Roberto Massagli
Marlon Brandt	Samira Peruchi Moretto
Thiago Ingrassia Pereira	Ana Maria de Oliveira Pereira



REVISÃO Araceli Pimentel Godinho
REVISÃO FINAL Autor
Marlei Maria Diedrich
CAPA Paolo Malorgio Studio Ltda
**PROJETO GRÁFICO E
DIAGRAMAÇÃO** MC&G Design Editorial
DIVULGAÇÃO Diretoria de Comunicação Social
FORMATOS e-Pub e PDF

B177m Baldin, Rafael
Memórias da Favela do "Cabo Dito": Pato Branco (1968-2010) / Rafael Baldin.
– Chapecó: Ed. UFFS, [2024].

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5019-126-9 (PDF).
978-65-5019-125-2 (EPUB).

1. Favelas – Histórias. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela
Divisão de Bibliotecas – UFFS
Vanusa Maciel
CRB – 14/1478



Mestrado em História

